

GENTIDADES NORTEJA

Confluências para
o fortalecimento
da Educação de
Jovens e Adultos

Organizadores

Juliano Gonçalves Pereira
Cíntia Regina de Fátima
Ailse de Cássia Quadros
Kátia Edmundo



Organizadores

Juliano Gonçalves Pereira
Cíntia Regina de Fátima
Ailse de Cássia Quadros
Kátia Edmundo

GENTIDADES NORTEJA

Confluências para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos



Montes Claros / MG – Brasil
Editora do IFNMG
2026

Copyright © da Editora do IFNMG

EDITOR EXECUTIVO

Gustavo Henrique Silva de Souza

EDITORA EXECUTIVA

Alínce Alves Jardim

EDITOR EXECUTIVO

Edinei Canuto Paiva

BIBLIOTECÁRIO(A) RESPONSÁVEL

Elciax Cristina de Sousa

COORDENAÇÃO GERAL

Ailse de Cássia Quadros

COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Valdeci Ferreira dos Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Francisco Wenderson Pereira de Souza

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Nilande Mendes Barbosa e Costa

Juliano Gonçalves Pereira



COORDENAÇÃO DA PESQUISA

Juliano Gonçalves Pereira

ASSESSORIA DE PESQUISA

Cíntia Regina de Fátima (CEDAPS)

COORDENAÇÕES ADJUNTAS/PESQUISADORES

Tânia Maria Mares Figueiredo (Almenara)

Andréa Flores Oliveira (Araçuaí)

Ursulina Alves (Arinos)

Dayane Mota Santos Lisboa (Diamantina)

Viviane Mangabeira Ormundo (Janaúba)

Francisco Farlei de Carvalho Lisboa (Janaúria)

Jelson Luiz Dick (Pirapora)

Guilherme Tarcisio Leal (Porteirinha)

Lucas Diego Antunes Barbosa (Salinas)

Carlos Alberto Lopes dos Santos de Oliveira (Teófilo Otoni)

REVISÃO E EDITORAÇÃO

Revisão

Maria Teresa Caballero Brügger

Diagramação e capa

Alinne Paula da Silva

A presente obra passou por avaliação por pares, aprovada para publicação pelo Conselho Editorial da Editora do IFNMG. A presente obra recebeu financiamento por meio do Edital nº 17/2022, vinculado ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Governo Federal.

G338
2026

Gentildades Norteja: confluências para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos / Juliano Gonçalves Pereira; Cíntia Regina de Fátima; Ailse de Cássia Quadros; Kátia Edmundo (organizadores). – Montes Claros: IFNMG, 2026.

114 p. : il., color.

e-ISBN: 978-85-67611-51-8

ISBN: 978-85-67611-40-2

Inclui referências.

1. Educação de Jovens e adultos. 2. Formação de professores. I. Pereira, Juliano Gonçalves (org.). II. Fátima, Cíntia Regina de (org.). III. Quadros, Ailse de Cássia (org.). IV. Edmundo, Kátia.

CDD: 374

Bibliotecária Elciax Cristina de Sousa - CRB/6 2065

Índice para Catálogo Sistemático

1. Educação de Jovens e adultos

2026

Realizado depósito legal conforme Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora do IFNMG

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora do IFNMG

Tel.: (38) 3218-7326 – E-mail: editora@ifnmg.edu.br

Conheça a Editora do IFNMG: <https://editora.ifnmg.edu.br/>

CONSELHO CIENTÍFICO

(Portaria Reitora nº 1.317/2026)

Mariana Mapelli Paiva (IFNMG /
Campus Almenara)

Ednilton Moreira Gama (IFNMG /
Campus Almenara)

Eliane Macedo Sobrinho Santos (IFNMG /
Campus Araçuaí)

Lilian Gonçalves de Melo (IFNMG /
Campus Araçuaí)

Ernani Calazans de Oliveira (IFNMG /
Campus Araçuaí)

Alisson Macendo Amaral (IFNMG /
Campus Arinos)

Inácio Barbosa Borges (IFNMG / Campus Arinos)

Pedro Henrique Prado da Silva (IFNMG /
Campus Arinos)

André Silva de Oliveira (IFNMG / Campus Arinos)

Juliana Rocha de Meira Pires (IFNMG /
Campus Diamantina)

Dayse Lúcida Silva Santos (IFNMG /
Campus Diamantina)

Marli Silva Fróes (IFNMG / Campus Diamantina)

Dayse Aparecida Silva Pereira Coutinho (IFNMG /
Campus Janaúba)

Marineide Almeida Rocha (IFNMG /
Campus Janaúba)

Fernanda Kerley Queiroz Vieira (IFNMG /
Campus Janaúba)

Jucielle Macedo Alves (IFNMG / Campus Janaúba)

Josye Gonçalves Ferreira (IFNMG /
Campus Janaúba)

Márcio Adriano Santos (IFNMG/Campus Janaúba)

Claubert Wagner Guimarães de Menezes (IFNMG
/ Campus Janaúria)

Heron Walmor Santos Cruz (IFNMG /
Campus Janaúria)

Maria Rosilene Alves Damasceno (IFNMG/
Campus Janaúria)

José Aparecido Soares Lopes (IFNMG/
Campus Janaúria)

Josué Antunes de Macedo (IFNMG /
Campus Janaúria)

Petrônio Cândido de Lima e Silva (IFNMG /
Campus Janaúria)

Wanderson Pereira Araújo (IFNMG /
Campus Janaúria)

Edson Oliveira Neves (IFNMG / Campus Janaúria)

Roberto Comini Frota (IFNMG / Campus Janaúria)

Eduardo Cabral da Cruz (IFNMG /
Campus Janaúria)

Tattiane Gomes Costa (IFNMG / Campus Janaúria)

Pedro Borges Pimenta Júnior (IFNMG /
Campus Janaúria)

Marcos Aurélio Duarte Carvalho (IFNMG /
Campus Janaúria)

Tadeu Knewitz Zubaran (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Carlos Alexandre de Oliveira (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Fernanda de Lima Menezes (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Patrícia Teixeira Sampaio (IFNMG / Campus
Montes Claros)

Edmara Moreira Cerqueira (IFNMG /
Campus Pirapora)

Breno Alcântara Silva (IFNMG / Campus Pirapora)

Christiano Titoneli Santana (IFNMG /
Campus Pirapora)

Marília Dutra Massad (IFNMG / Campus Salinas)

Tiago Reis Dutra (IFNMG / Campus Salinas)

Tatianne Gizelle Marques Silva (IFNMG /
Campus Salinas)

Alex Sander Luiz Campos (IFNMG /
Campus Salinas)

Américo Fernando de Souza Alves (IFNMG /
Campus Teófilo Otoni)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1. NORTEJA ALMENARA.....	13
CAPÍTULO 2. NORTEJA ARAÇUAÍ	29
CAPÍTULO 3. NORTEJA DIAMANTINA.....	41
CAPÍTULO 4. NORTEJA JANAÚBA.....	55
CAPÍTULO 5. NORTEJA JANUÁRIA.....	71
CAPÍTULO 6. NORTEJA PIRAPORA.....	77
CAPÍTULO 7. NORTEJA PORTEIRINHA.....	85
CAPÍTULO 8. NORTEJA SALINAS	97
CAPÍTULO 9. NORTEJA TEÓFILO OTONI	109

PREFÁCIO

A realidade educacional da Educação de Jovens e Adultos não muda sozinha. Esforços de todas as áreas da política brasileira precisam ser canalizadas para que o direito à Educação seja garantido para todas as pessoas, em especial aos mais desfavorecidos. O desafio de retirar do isolamento as experiências que já são desenvolvidas na EJA contribui para qualificar as discussões e proposições de políticas públicas que atendam à urgência do cumprimento do direito à Educação de todas as pessoas, sobretudo as “gentidades” mais expostas aos roteiros de exclusão da Educação.

O Edital nº 17/2022, vinculado ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Governo Federal, e elaborado para contribuir com o fortalecimento da EJA, precede o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, lançado, em junho de 2024. O pacto é uma política pública importante, que reforça os esforços e compromissos do Ministério da Educação (MEC) com União, Estados, Distrito Federal e Municípios para fortalecimento da EJA.

Por meio desse edital, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) propôs sua contribuição pelo “NortEJA: IFNMG e a EJA Integrada”, que, desde 2022, tem ofertado capacitações iniciais e continuadas para estudantes e professores no norte de Minas Gerais e Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Nesta obra intitulada “Gentidades NortEJA: confluências para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos”, estão reunidas algumas das experiências do processo de implementação do NortEJA com os principais aprendizados fundamentais para a EJA, que podem ser útil ao Pacto Nacional, pela Superação do Analfabetismo, pois tem como algumas de suas finalidades centrais, ampliar a oferta de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade, e aumentar a oferta da EJA integrada à Educação Profissional.

As experiências e os aprendizados que compilam esta obra inspira educadores e políticos a tratar o público EJA com dignidade até que se interrompa repertórios de exclusão e abandono que os sujeitos EJA acumulam em suas biografias. As próximas páginas deste livro convidam a uma leitura sensível e humana que revela a importância de se tratar a EJA e a educação formal nas singularidades de seus territórios.

Desfrutem sem moderação!

Ailse de Cássia Quadros
Coordenadora-Geral do NortEJA

APRESENTAÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta-se para seu público central como última alternativa de aposta na Educação. Protocolos e pedagogias têm sido testados para desnaturalizar a exclusão na educação brasileira, revelando os mecanismos de repulsão escolar para gentidades específicas, como cunhou Darcy Ribeiro. A EJA constitui-se como uma política pública de inclusão social, para uma parcela da população brasileira que não conseguiu se manter na educação formal com idade-ano compatível. Precisa se apresentar como uma força interna na escola de imantação superior à que empurrou essas gentidades para fora, possibilitando a ela o esperar educacional defendido por Paulo Freire.

“Gentidades NortEJA: confluências para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos” configura-se como um ecossistema de possibilidades pedagógicas, destinado a inspirar iniciativas voltadas ao fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos no norte de Minas Gerais e vales do Jequitinhonha e Mucuri no Estado de Minas Gerais. A partir das experiências testadas e sistematizadas pelo Projeto NortEJA: IFNMG e a EJA Integrada, buscamos com essa obra contribuir para a construção de alternativas capazes de enfrentar os desafios historicamente presentes na EJA neste território brasileiro. Assim, o material compilado nas páginas deste livro não apenas orienta práticas educativas, mas também se integra a um movimento de promoção da inclusão social e de ampliação das oportunidades para os sujeitos da EJA.

O “NortEJA: IFNMG e a EJA Integrada” foi a proposta de contribuição do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), apresentada ao Edital nº 17/2022, vinculado ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Governo Federal, elaborado para contribuir com o fortalecimento da EJA no norte de Minas Gerais e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O desenho pedagógico do NortEJA, comprometido com o povo desse território em

superar os desafios educacionais para os sujeitos mais expostos às vulnerabilidades educacionais formais, foi contemplado, em primeiro lugar, perante todas as propostas levantadas no Brasil para este edital.

Os cursos do NortEJA foram desenvolvidos a partir de vários campus do IFNMG, precisamente com equipes de técnicos em Almenara, Araçuaí, Diamantina, Janaúba, Januária, Pirapora, Salinas e Teófilo Otoni, mas os cursos na modalidade presencial e on-line ultrapassaram os limites desses municípios, atraindo estudantes de todo o Brasil e alguns na Europa e África. De maneira geral, a proposta possibilitou a participação de mais de 2.000 cursistas do norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, alcançando comunidades urbanas, ribeirinhas, quilombolas e pessoas privadas de liberdade.

O objetivo do NortEJA foi implementar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) condizentes com as necessidades específicas de cada território. As formações abrangeram áreas como Recursos Naturais, Gestão e Negócios, Controle e Processos Industriais, Cultura e Design, Comunicação, Informação, Empreendedorismo, entre outras. Os cursos foram ofertados nas modalidades híbrida e presencial, com duração prevista no intervalo de 2 anos, no período de 2023 a 2025.

Também é importante ressaltar que o NortEJA contou com a parceria de várias organizações e instituições sociais, onde cabe destacar o acordo de trocas metodológicas com o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), instituição do Terceiro Setor que cedeu sua tecnologia social “Construção Compartilhada de Soluções Locais”, estimulando estratégias pedagógicas ousadas e capazes de mudar as realidades territoriais. Essa parceria contribuiu significativamente para a retenção e permanência dos estudantes nos cursos, qualificando a força de imantação que atrai, fortalece vínculos e corrige os fluxos educacionais adoecidos. O CEDAPS possibilitou ao NortEJA subsídios teóricos e práticos que assegurou a retenção e a elevação da taxa de conclusão dos estudantes.

Em “Gentidades NORTEJA: confluências para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos”, reunimos reflexões desenvolvidas nas práticas dos campus participantes, sistematizadas em experiências pedagógicas práticas que marcaram a realização de implementação e aprendizados do projeto em diferentes territórios.

A obra reúne 8 capítulos que, a partir de distintas perspectivas e experiências territoriais, oferece contribuições significativas para a compreensão dos desafios educacionais e as maneiras encontradas para o fortalecimento da EJA no norte de Minas Gerais.

O **Capítulo I** abre esta obra contando a experiência do NortEJA no campus IFNMG-Almenara, onde mais foi oferecido cursos FIC, inovando no alcance, modulando e levando os cursos para APACs e Presídio, além de oferecer em escolas estaduais CESEC e no próprio campus do IFNMG. A professora Tânia Maria Mares Figueiredo propõe o texto “O Projeto NortEJA No IFNMG – Campus Almenara: redimensionando a Educação Profissional na Educação de Jovens e Adultos(EJA)”, em que descreve sobre os movimentos e aprendizados da adaptação e a revisão da proposta inicial de Almenara, reforçando a importância da EJA para pessoas em situação de privação de liberdade.

No **Capítulo II**, a professora Andréa Flores Oliveira, apresenta o “Projeto NortEJA: Educação de Jovens e Adultos e Formação Técnica como Caminhos de Inclusão”, em que relata a experiência de implementação e execução do Projeto NortEJA no campus de Araçuaí, com foco nos cursos Supervisor de Apoio Operacional à Mineração e Artesanato: Trançado em Couro e Palha de Milho, Pintor de Obras Imobiliárias e Formação de Professores em Ciências da Natureza e Matemática para a EJA. Sua análise evidencia que o Projeto NortEJA se constituiu como uma ação educativa transformadora, capaz de articular políticas públicas, parcerias institucionais e práticas pedagógicas contextualizadas, reafirmando o papel da Educação como instrumento de inclusão social e de desenvolvimento regional.

No **Capítulo III**, ressalta a importância da ampliação de experiências e repertórios didáticos e metodológicos na qualificação de professores da EJA. Juliano Gonçalves Pereira, Cintia Regina de Fátima, Dayane Mota Santos Lisboa, Anne Reder e Kátia Santana Edmundo escrevem o texto “Nas encruzilhadas da EJA: contribuições da Educação não formal e de organizações da sociedade civil na formação de professores”, em que escrevem sobre a importância de parcerias estratégicas e intersetoriais que fortaleçam práticas pedagógicas na formação de professores que atuam na EJA. Destacam a parceria celebrada entre IFNMG e o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), organização da sociedade civil especializada em formação de professores para atuar na EJA.

No **Capítulo IV**, Viviane Mangabeira Ormundo e Bruna Tatianne Moura de Queirós, escrevem sobre a experiência do NortEJA-Janaúba, em que apresentam o texto “Educação que inclui, qualifica e transforma: a experiência do Projeto NortEJA no IFNMG – Campus Janaúba”. As autoras analisam os impactos da implantação dos cursos Vendedor, Microempreendedor Individual (MEI), Operador de Computador e Formação de Professores para Atuação na EJA. Discutem o contexto regional, os desafios enfrentados e os resultados alcançados, apresentando reflexões que podem subsidiar e orientar futuras iniciativas de cursos voltados a essa modalidade de ensino.

No **Capítulo V**, o professor Francisco Farlei de Carvalho Lisboa descreve a experiência NortEJA vivida em Janaúba-MG. O artigo apresenta um estudo descritivo-analítico sobre o Curso de Panificação e Confeitaria oferecido a pessoas em situação de privação de liberdade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). A iniciativa, desenvolvida por meio de parcerias interinstitucionais, buscou promover inclusão social, formação profissional e possibilidades de reinserção laboral. Com base em referências teóricas sobre educação prisional, políticas públicas e formação profissional, foi analisado o impacto da ação na trajetória dos participantes, destacando avanços nas dimensões técnica, social e subjetiva. Os resultados apontam que a educação profissional se constitui como importante ferramenta de ressocialização e reconstrução de projetos de vida, reforçando a relevância de políticas educacionais voltadas à população encarcerada.

O **Capítulo VI** fala sobre a experiência do NortEJA em Pirapora. De autoria do professor de Jelson Luiz Dick, o texto “Qualificação profissional na Educação de Jovens

e Adultos: um estudo sobre a percepção discente no Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG) – Campus Pirapora” analisa a percepção dos estudantes em relação ao processo de ensino-aprendizagem do Curso Vendedor, promovido pelo Projeto NortEJA. Evidencia como essa formação impactou as trajetórias pessoais e profissionais dos cursistas, destacando a qualificação profissional na EJA como ferramenta de valorização das experiências de vida e da construção de percursos mais sólidos de emancipação social e econômica.

Na sequência, no **Capítulo VII**, o texto “Educação de Jovens e Adultos: impactos da pandemia nas matrículas e o Programa NortEJA em Porteirinha-MG”, de Guilherme Leal e Rosemary Oliveira, analisa as tendências e oscilações nas matrículas dos cursos ofertados em Porteirinha, tendo em vista o contexto socioeconômico gerado pela pandemia de Covid-19. A experiência do NortEJA em Porteirinha aprofunda a discussão sobre a forma como a crise impactou o acesso e a permanência dos estudantes na EJA e apresenta as estratégias adotadas para minimizar esses impactos, oferecendo uma reflexão sobre a importância de políticas e ações pedagógicas que promovam a continuidade da Educação em situações adversas.

O **Capítulo VIII**, de autoria de Lucas Diego Antunes Barbosa, Lílian Gleisia Alves dos Santos e Emanuelle Cristine Soares Correia Costa, apresenta o texto “NortEJA: uma experiência de integração profissional na Educação de Jovens e Adultos em uma Escola da rede pública e na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Salinas-MG”, em que relatam as experiências dos cursos de Formação Inicial e Continuada em Panificação e Confeitaria e Agricultor Orgânico, ofertados pelo Campus-Salinas. O relato é construído a partir das perspectivas dos cursistas, dos professores responsáveis pelas disciplinas e dos gestores das instituições parceiras, evidenciando desafios, aprendizados e resultados da integração profissional na EJA.

O livro encerra com o **Capítulo IX**, intitulado “Para além da qualificação: o poder das conexões humanas na redução da evasão no Curso FIC-Vendedor”, de autoria do professor Carlos Alberto Lopes dos Santos de Oliveira, que narra a experiência do NortEJA no Campus-Teófilo Otoni. O autor analisa a relevância da construção de um ambiente saudável e acolhedor para o sucesso do curso FIC-Vendedor. Destaca as estratégias pedagógicas que valorizam a dimensão afetiva e a construção de vínculos fundamentais em cursos voltados a públicos em situação de vulnerabilidade social, sugerindo a replicação dessas práticas em iniciativas semelhantes.

Esta obra aspira revelar parte das experiências acumuladas pelo Projeto NortEJA, ressaltando os acertos e valorizando os erros do processo de implementação dessa iniciativa. Espera-se que os textos que compõem cada capítulo deste livro possam inspirar professores comprometidos com a EJA, fortalecendo as vozes comprometidas com essa modalidade educacional tão singular e importante no Brasil.

Dr. Juliano Gonçalves Pereira
Dra. Cíntia Regina de Fátima

CAPÍTULO 1

NortEJA

ALMENARA

O PROJETO NortEJA NO IFNMG –
CAMPUS ALMENARA: redimensionando
a Educação Profissional na Educação de
Jovens e Adultos (EJA)

Tânia Maria Mares Figueiredo

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não concluíram a Educação Básica na idade apropriada, o que naturalmente a torna um desafio agravado em nosso país, onde a educação formal requer mais investimentos e compromissos políticos. A EJA surge da necessidade de garantia do direito à Educação das pessoas mais vulneráveis e enfrenta desafios estruturais e históricos que comprometem seu papel na promoção da inclusão social com equidade educacional.

Embora possamos perceber avanços, a modalidade carece de investimentos robustos e consistentes e de políticas públicas fortes e eficazes, comprometidas em garantir os direitos educacionais à população que mais necessita de oportunidades, principalmente, no tocante à oferta da educação profissional, ou seja, à formação para o mundo do trabalho.

E nesse sentido, foi extremamente significativo o lançamento do Edital nº 17/2022 do Programa EJA Integrada (EPT), publicado em 15/02/2022, no Diário Oficial da União, pelo MEC/SEB, tendo como objeto,

[...] o chamamento público com o objetivo de apoiar projetos voltados para a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional, a fim de contribuir com o cumprimento da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE). **2.2.** São elegíveis ao presente Edital, para apresentação de proposta, as instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). **2.3.** A apresentação da proposta deverá indicar como proponente a unidade da RFEPCT que deseja fazer a submissão do seu projeto de EJA INTEGRADA à EPT. **2.4.** As propostas deverão incluir a oferta de cursos da EJA para o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio. (BRASIL, 2022 p.1).

A partir do objeto do referido edital, a Pró-Reitoria de Ensino/PROEN do IFNMG assumiu a tarefa de coordenar a escrita da proposta de ensino da EJA Integrada à Educação Profissional, de acordo com a chamada pública e atendendo aos objetivos apontados a seguir.

- » Fomentar a oferta de cursos de EJA Integrada à Educação Profissional nos municípios, nos estados e no Distrito Federal, em consonância com os arranjos produtivos locais.
- » Ampliar as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da Educação de Jovens e Adultos.
- » Apoiar o desenvolvimento de propostas pedagógicas inovadoras para o público de EJA e que integrem educação, ciência, trabalho, tecnologia e cultura.
- » Expandir a oferta de formação de profissionais (docentes, técnicos e gestores) para a oferta de EJA Integrada à Educação Profissional.
- » Induzir a cooperação pedagógica entre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os Estados, os municípios e o Distrito Federal.

- » Promover a elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos, articulada à educação profissional.

Ancorado nos objetivos citados, foi elaborada a proposta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de formação de professores e estudantes vinculados aos cursos técnicos integrados à Educação de Jovens e Adultos, com responsabilidade social e educacional inerentes às finalidades dos Institutos Federais, como consta na Lei nº 11.982, de 28 de dezembro de 2008.

A somatória desses desejos constitui o Projeto NORTEJA, alinhado à proposta de oferecer cursos profissionalizantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no norte de Minas Gerais. Da participação via chamada pública do Edital nº 17/2022 – MEC/SEB ao desenvolvimento dos cursos propostos, vale destacar que as vivências pedagógicas, didáticas e de gestão dos projetos foi deveras importantes e impactantes, fundamentais para aprendizados do IFNMG junto à EJA e, principalmente, para o campus Almenara que, nos aprendizados da implementação dos cursos, redimensionou a proposta inicial, adaptando a realidade do território de cobertura, indo além dos alcances do município-sede.

A experiência do campus de Almenara se destaca por se desafiar a levar os cursos para outros municípios e, sobretudo, para as pessoas que estão mais vulneráveis, como será apresentado mais adiante no relato dos cursos oferecidos para as pessoas em situação de privação de liberdade.

O objetivo deste capítulo é apresentar os aprendizados do processo de implementação redimensionada do Projeto NortEJA, no campus Almenara, entre os anos de 2022 e 2025. Para tanto, organizamos este artigo em categorias que dialogam com o processo de maneira sequenciada, para melhor facilitação da compreensão da leitura.

Projeto NortEJA: memórias

O Projeto NortEJA nasceu a partir da iniciativa da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e de 6 (seis) campi do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, em participar do Edital nº 17 do MEC/CPEC, que tinha por objetivo selecionar iniciativas de educação profissional para jovens e adultos matriculados nos sistemas de ensino, com o propósito de capacitá-los para o mundo do trabalho. Sob a coordenação da PROEN (Pró-Reitoria de Ensino) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, foi organizado um grupo inicial de trabalho com a finalidade de escrever uma proposta que se adequasse ao referido edital, entendendo ser esta uma iniciativa de excelência para o cumprimento do atendimento educacional da demanda da EJA no território do norte de Minas Gerais, que também é responsabilidade dos Institutos Federais, conforme consta na lei de criação (Lei nº 11.982 dessas instituições).

O referido grupo de trabalho foi organizado por profissionais dos diversos campus do IFNMG, comprometidos com o fortalecimento da EJA nessa instituição. Com um prazo

muito curto para elaboração de uma proposta de Cursos de EJA Integrada à Educação Profissional, foi necessário a utilização de uma metodologia de trabalho compartilhada com divisão de tarefas orientadas para a escrita do texto e a organização da planilha financeira.

O grupo de trabalho se desmembrou em comissões que foram amparados por portarias em cada um dos campi, cuja responsabilidade era a construção escrita de parte do projeto, apresentando a intenção do campus na oferta dos cursos FIC. Uma comissão central reuniu o trabalho das comissões e organizou o projeto que veio a ser submetido e aprovado, em primeiro lugar da classificação geral, pelo edital do Governo Federal. O desenho inicial do NORTEJA tinha a meta de qualificar 615 pessoas para Educação entre professores e estudantes jovens e adultos, devidamente matriculados ou vinculados a EJA regular, nas redes municipal e estadual de ensino.

Com a aprovação do NortEJA, a comissão geral organizou o plano de trabalho considerando 2 vertentes: **a)** cursos para estudantes da EJA ; **b)** formação de professores para atuarem na EJA. Cada campus reformulou sua proposta inicial elaborando estratégias de escuta direta do público central e definindo os cursos profissionalizantes.

Operacionalização do Projeto NortEJA

Como dito anteriormente, após o resultado oficial da chamada pública, do Edital nº 17 de 2022, cada campus participante da proposta voltou seu olhar e trabalho para a reorganização das ofertas dos cursos profissionalizantes, busca e consolidação de parcerias, como também a produção dos textos referentes às Propostas Pedagógicas dos cursos PPCs. Para tanto, certas atividades foram desenvolvidas.

- » Organização da Comissão Interna para estudos sobre a EJA, elaboração e reestruturação dos PPCs.
- » Consolidação de parcerias com as Redes de Ensino.
- » Rodas de conversa em escolas e bairros.
- » Implementação do primeiro curso FIC presencial na Escola Estadual Tancredo Neves.
- » Avaliação do material didático e dos resultados dos cursos FIC implementados.
- » Visita e parceria com a APAC Almenara.
- » Reestruturação do plano de trabalho.
- » Redimensionamento espacial e pedagógico do NortEJA.
- » Construção de metodologias de ensino e aprendizagens vivenciadas nos espaços de formação escolar e prisional.

No caso do campus Almenara, uma subcomissão apresentou a proposta de 3 cursos FIC e um curso técnico. Os cursos FIC apresentados foram Gestor de Microempresa, Cuidador de Idosos, Cafeicultor e Operador de Computadores, e o curso técnico foi de Técnico em Comércio. Tanto os cursos FIC quanto o curso técnico foram propostos a

partir das demandas locais e regionais, levantadas pela Superintendência de Ensino. A subcomissão do campus Almenara foi constituída, a partir de Portaria, de uma comissão com representantes do campus Almenara, da rede municipal e estadual de ensino. Nessa rede, havia representantes da Superintendência Regional de Ensino e das escolas que ofertavam a Educação de Jovens e Adultos.

Ao pensar na constituição de uma subcomissão, o campus Almenara procurou parceiros que pudessem colaborar na elaboração da proposta do projeto, bem como dos PPCs dos cursos, caso o projeto fosse aprovado. Portanto, fizeram parte dessa comissão os professores do campus Almenara que tinham experiência com a Educação de Jovens e Adultos, além de representantes das redes municipal e estadual de ensino, contando com servidores da Secretaria Municipal de Ensino e da Superintendência, bem como diretores e supervisores das escolas que ofertavam a Educação de Jovens e Adultos.

À medida que os trabalhos foram se desenvolvendo, foi verificada a necessidade da oferta contínua de cursos profissionalizantes, para a Educação de Jovens e Adultos, seja no formato FIC ou técnico. É importante destacar que a construção coletiva trouxe, além da vivência cooperativa do trabalho, a aproximação das redes municipais e estaduais no diálogo e nas atividades do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Almenara.

No processo de implementação, a necessidade de redimensionamento dos cursos para maior engajamento e participação do público central na estratégia NortEJA foi sendo revelada. Nas tentativas e nos ajustes saímos de uma proposta inicial de cursos em 7 territórios e passamos para 11 cursos em 22 territórios de atuação, com o detalhe de fazer chegar à população em privação de liberdade, como resume o quadro Redimensionamento do Projeto NortEJA no Campus Almenara, apresentado a seguir.

Quadro – Redimensionamento do Projeto NortEJA no Campus Almenara

Plano de trabalho inicial (2022)	Plano de trabalho atual (2025)
FIC Formação de Professores (EAD) FIC Cafeicultor (2 E.E) FIC Operador de Computadores (1 E.M) FIC Gestor de MEI (1 E.E) FIC Cuidador de Idosos (1 E.E) Curso Técnico em Comércio (1 E.E.) TOTAL: 6 cursos em 7 locais de atuação	FIC Formação de Professores (EAD) FIC Cafeicultor (2 APACs) FIC Operador de Computadores (6 APACs e 1 CESEC) FIC Gestor de MEI (1 CESEC) FIC Serralheiro – Presídio Regional de Montes Claros (PRMOC) FIC Cuidador de Idosos (1 E.E e 1 APAC) FIC Artesanato (3 APACs) FIC Panificação e Confeitaria (1 APAC e 1 PRMOC) FIC Agricultor Orgânico (1 APAC) FIC Eletricista Predial (1 APAC e 1 PRMOC) FIC Fruticultor (1 E.E). TOTAL: 11 cursos em 22 locais de atuação

Fonte: Autora (2025).

O NortEJA no sistema prisional

A Educação é um direito fundamental e uma ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal e social. No entanto, muitos jovens e adultos que estão privados de liberdade não tiveram acesso a uma educação, o que limita suas perspectivas de futuro. Além disso, a falta de qualificação profissional dificulta sua reintegração no mercado e no mundo do trabalho após o cumprimento da pena. O NortEJA desafiou enfrentar essas barreiras, proporcionando um caminho para a transformação de vidas.

O sistema prisional enfrenta desafios significativos no que diz respeito à reintegração social de indivíduos que cumpriram pena. Muitos jovens e adultos privados de liberdade enfrentam a estigmatização e a dificuldade de encontrar oportunidades de trabalho após a sua saída. O NortEJA levou para instituições de privação de liberdade a formação profissional e habilidades que possibilitam a inclusão e a reintegração dessas pessoas no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da reincidência criminal e promovendo a cidadania plena.

Em seu desenvolvimento, o NortEJA adentrou no sistema prisional, identificando possibilidade de ofertar cursos profissionalizantes que possibilitassem aos sujeitos privados de liberdade a aquisição de conhecimentos teóricos e, principalmente, práticos, que ajudam no processo de inclusão e reintegração na comunidade e no mundo do trabalho, contribuindo para a redução da reincidência criminal e promovendo a cidadania plena.

Com o NortEJA, passamos a entender e a defender que cursos de profissionalização no sistema prisional são uma estratégia essencial para promover a ressocialização dos detentos, contribuir para a redução da criminalidade e melhorar a qualidade de vida nas comunidades, como também proporcionar aos detentos a oportunidade de adquirir habilidades e conhecimentos que podem facilitar sua reintegração no mercado de trabalho após a liberdade. Isso não apenas aumenta suas chances de emprego, mas também contribui para a redução da reincidência criminal.

Para exemplificar o exposto, seguem alguns relatos e algumas opiniões dos representantes administrativos das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) parceiras e o Presídio Regional de Montes Claros, na implementação dos cursos FIC profissionalizantes desenvolvidos em seus espaços.

“Esses cursos profissionalizantes do IFNMG – Campus Almenara ajudam a desenvolver a autoestima e a responsabilidade, capacitando os indivíduos a se tornarem membros ativos e produtivos da sociedade, podendo transformar vidas, impactando positivamente não apenas os ex-recuperandos, mas também suas famílias e comunidades, promovendo um ciclo de desenvolvimento e esperança.” (Depoimento oral)

“Acredito que a profissionalização oferece as habilidades e os conhecimentos que facilitam a reintegração ao mercado de trabalho após a liberação do recuperando. E a qualidade do curso ofertado aqui, por vocês, dá maior segurança

para eles entrarem no mercado de trabalho local. Isso pode reduzir a probabilidade de reincidência criminal, uma vez que indivíduos com emprego tendem a ter mais estabilidade e menos chances de voltar ao crime.” (Depoimento oral)

“Um ambiente prisional com oportunidades de aprendizado pode ser menos propenso a conflitos e violência. Atividades educativas e de capacitação ajudam a ocupar o tempo dos internos de forma construtiva, promovendo a convivência pacífica.” (Depoimento oral)

“Os cursos de profissionalização não só transmitem habilidades técnicas, mas também promovem o desenvolvimento pessoal e a autoestima dos detentos. O aprendizado pode gerar um senso de propósito e motivação para a mudança”. (Depoimento oral)

“Muitas vezes, os detentos vêm de contextos socioeconômicos desfavorecidos. A oferta de cursos de profissionalização pode ser uma ferramenta para promover a igualdade de oportunidades, proporcionando a esses indivíduos a chance de mudar seu futuro.” (Depoimento oral)

“A implementação de programas de educação e profissionalização contribui para uma visão mais humana do sistema prisional, reconhecendo que todos têm potencial para mudar e se reintegrar à sociedade.” (Depoimento oral)

“Quando os detentos conseguem se reinserir no mercado de trabalho, isso não apenas beneficia a eles, mas também suas famílias e comunidades, contribuindo para um ambiente social mais saudável e seguro.” (Depoimento oral)

Em resumo, os cursos FIC nas APACs e no Presídio Regional de Montes Claros não apenas auxiliam na formação educacional dos condenados, mas também desempenham um papel crucial na promoção da reabilitação e reintegração social. Ao oferecer oportunidades de aprendizado, essas iniciativas ajudam a reduzir a desigualdade e a aumentar as chances de um futuro mais produtivo. Além disso, a educação pode fomentar a autoestima, a cidadania e a responsabilidade, contribuindo para a diminuição da reincidência criminal. Em última análise, o investimento em cursos FIC no sistema prisional representa uma estratégia fundamental para a transformação da vida dos indivíduos e da sociedade como um todo.

Caracterização das APACs parceiras

À medida que adentramos nas escolas formais, percebemos que as ofertas dos cursos para estudantes ligados à EJA precisam ser redimensionadas. O elevado número de estudantes evadidos impossibilitava a oferta dos cursos. A evasão é tão alta que alguns municípios não ofereciam mais a EJA para o primeiro segmento, por falta de demanda, mesmo que, extra oficialmente, era sabido que existiam jovens e adultos que não sabiam ler e escrever e outros que não continuavam na escola por ser muito cansativo, depois de uma jornada pesada de trabalho, ir à escola 5 dias por semana, sem acrescentar habilidades ligadas ao trabalho do estudante.

Tal realidade despertou a curiosidade de levarmos os cursos a estudantes em privação de liberdade, que poderiam fazer os cursos com dedicação total, fortalecendo o sistema interno educacional e anulando a taxa de evasão. Nesse cenário, surgiram as primeiras conversas e acordos com as APACs no sistema prisional.

Mas o que é uma APAC?

Esta pergunta tem uma resposta histórica e outra subjetiva, percebida e sentida por cada pessoa que vivencia o cotidiano de cada APAC, seus desafios e superações, o que nos proporciona crescimento humano, social e profissional e, principalmente, evolução espiritual.

No primeiro encontro com a representante oficial da APAC, descobrimos que a história da APAC nasce em 1972, na cidade de São José dos Campos-SP, por meio de um grupo de voluntários cristãos, sob a liderança do advogado e jornalista Dr. Mário Ottoboni, para evangelizar e dar apoio moral aos presos, no presídio Humaitá. Nessa ocasião, a sigla APAC significava “Amando o Próximo Amarás a Cristo”, para depois se denominar Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, como conhecemos hoje.

No ano de 1974, a equipe que constituía a Pastoral Penitenciária concluiu que somente uma entidade juridicamente organizada seria capaz de enfrentar as dificuldades e as vicissitudes que permeavam o dia a dia do presídio e assim foi instituída a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, uma entidade jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de auxiliar a Justiça na execução da pena, recuperando o preso, protegendo a sociedade, socorrendo as vítimas e promovendo a Justiça restaurativa.” (FBAC, 2008).

Segundo a literatura e as falas dos representantes da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) e dos diretores das APACs parceiras do Projeto NorteJA em Minas Gerais,

Método APAC caracteriza-se pelo estabelecimento de uma disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho e no envolvimento da família do recuperando. Uma das principais diferenças entre a APAC e o sistema prisional comum é que, na APAC, os próprios presos – denominados recuperandos – são corresponsáveis por sua recuperação. A APAC objetiva a recuperação do preso, a proteção da sociedade, o socorro às vítimas e a promoção da justiça restaurativa; e, para o alcance desses objetivos, se aplica uma terapêutica penal própria constituída por 12 elementos fundamentais elencados [...]: **1.** Participação da comunidade; **2.** O recuperando ajudando o recuperando; **3.** Trabalho; **4.** Espiritualidade e a importância de se fazer a experiência com Deus; **5.** Assistência jurídica; **6.** Assistência à saúde; **7.** Valorização humana; **8.** A família – do recuperando e da vítima; **9.** O voluntário e o curso para sua formação; **10.** Centro de Reintegração Social; **11.** Mérito; **12.** A jornada de libertação com Cristo. (Santos; Ferreira; Sabatiello, 2018 p.16/17).

Desse modo, o NorteEJA passou por uma remodelagem metodológica, porque, para entrarmos no sistema prisional, tínhamos que compreender o funcionamento desse sistema e daí descobrimos que tínhamos duas realidades educacionais distintas. A primeira percebia as APACs, que são associações de proteção e assistência condenados, e a segunda era a do presídio propriamente dito, que tem uma especificidade que nos despertou preocupações com que dinâmica iríamos usar para que esses lá chamados de “presos” de “condenados” pudessem ter acesso à profissionalização.

A partir do ano de 2023, experiências pedagógicas e didáticas foram sendo vivenciadas e, posteriormente, consolidadas à medida que o NorteEJA adentrava as APACs de Minas Gerais e em um presídio na cidade de Montes Claros. A experiência nos possibilitou perceber que existia um decálogo com princípios extremamente socioeducativos nas APACs, que possibilitava uma ressocialização, e que a escola teria que respeitar esse decálogo, respeitar os tempos e os espaços das APACs, o seu funcionamento e a diferença da gestão em cada unidade. Foi necessário que repensássemos metodologias junto à gestão APACs e a gestão do presídio.

O sentido educacional e social do Projeto NorteEJA no sistema prisional possibilitou compreender que a função do Instituto Federal está para além da profissionalização, mas na condição de possibilitar a autonomia dos sujeitos recuperandos e novas perspectivas de vida para eles e sua família. Cada curso desenvolvido nas APACs redimensiona o Projeto NorteEJA, tanto em seus objetivos educacionais, quanto nas metodologias de ensino e material didáticos utilizados para o êxito dos estudantes e a satisfação dos professores.

E em respeito ao trabalho humano, social e espiritual realizado pelas APACs, será apresentado, para conhecimento, um pouco da história da APAC-Almenara (4 cursos FIC), APAC-Caratinga (2 cursos FIC), APAC-Governador Valadares (2 cursos FIC), APAC-Manhuaçu (3 cursos FIC), APAC-Manhumirim (1 curso FIC) e APAC-Salinas (2 cursos FIC), parceiras fundamentais no redimensionamento do Projeto NorteEJA do IFNMG – Campus Almenara.

Portanto, trazemos informações das APACs parceiras nesta experiência do NorteEJA, com o intuito de que se conheça mais sobre essas associações que são silenciadas em nossa sociedade.

APAC de Almenara

Histórico

A APAC de Almenara-MG foi criada em 8/05/2017, com o objetivo de auxiliar o Poder Judiciário na execução da pena, recuperar os detentos com atividades de ressocialização, promover a Justiça restaurativa e contribuir para a execução da pena, nos termos permitidos pela Lei da Execução Penal. Foram atividades da fase de implantação da APAC-Almenara: **1)** em 22/09/2017, visita à unidade da APAC de Pedra Azul-MG, com o objetivo de conhecer o método apaqueano; **2)** em 5/10/2017, realização da Audiência Pública sobre o Método APAC, para expor e debater acerca da metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados; **3)** em 2/09/2019, a Prefeitura Municipal de Almenara fez a doação do terreno com 30.000m², às margens da BR 367, para realização da obra da APAC de Almenara.

Caracterização atual

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Almenara-MG tem a denominação de Centro de Reintegração Social Dr. MÁRIO OTTOBONI e está localizada na Rodovia BR 367, nº 2.100, no Bairro Cidade Nova, Almenara-MG. Com cerca de 2 anos e 9 meses de funcionamento, a APAC de Almenara tem capacidade para receber 96 recuperandos, com regime fechado, dividido entre fechado I e fechado II, sendo 72 vagas no fechado I, 24 vagas no fechado II. Com relação à equipe de trabalho, contamos com 16 funcionários, 3 estagiários, 1 psicólogo, 1 enfermeiro, 1 assistente social, 1 advogado; em parceria com a Prefeitura temos 1 médico e 1 dentista. A APAC conta com oficinas profissionalizantes nas quais os recuperandos podem desenvolver diversas habilidades, tais como, cozinha, padaria e hortas.

APAC de Almenara ainda proporciona oficinas laborativas, cursos profissionalizantes, escolaridade, acolhimento, acesso a benefícios e auxílios sociais, controle e tratamento da saúde, documentos pessoais, contatos sociais, projetos educacionais e profissionais e programas terapêuticos, como: Caminhos do Cuidado em Busca da Sobriedade, Terapia da Realidade e Valorização Humana, Caminhos da Promessa. No cotidiano, além dos funcionários, existe um quadro de voluntários, essencial para o funcionamento da APAC. Outro fator de extrema importância para o desenvolvimento da APAC são os cursos profissionalizantes realizados, pois propiciam um aprimoramento profissional do recuperando, o que faz com que possam ter melhores oportunidades de trabalho.

Fonte: APAC de Almenara.

Histórico

A história da APAC de Caratinga teve início em 2005, impulsionada pela iniciativa da professora Candice Lisboa Mourão, que, acompanhada por seus alunos do curso de Direito das Faculdades Integradas de Caratinga (FIC), realizou uma visita à APAC de Nova Lima-MG. A experiência vivida ali despertou profundo interesse no método apaqueano, levando a professora e os estudantes a incentivarem sua implantação em Caratinga. Foram atividades da fase de implantação da APAC-Almenara: **1)** em 12 de dezembro de 2005, foi realizada uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Caratinga, com o objetivo de debater a adoção da metodologia; **2)** em 23 de outubro de 2006, foi realizada, no Fórum da Comarca de Caratinga, a Assembleia Geral de fundação da APAC, quando houve a aprovação do estatuto e a eleição do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria; **3)** em 17 de abril de 2007, o prefeito Ernane Campos Porto oficializou a doação de um terreno de 25.050m² para a construção do Centro de Reintegração Social; **4)** em julho de 2008, o Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), destinou um repasse de R\$ 960.000,00 para auxiliar nas obras do CRS da APAC de Caratinga, inicialmente projetado para atender 120 recuperandos; **5)** em setembro de 2010, a APAC recebeu seus primeiros recuperandos.

Caracterização atual

A APAC de Caratinga possui atualmente (3/06/2025) capacidade para acolher 150 recuperandos, sendo 118 no regime fechado e 32 no regime semiaberto. Toda a estrutura da unidade é orientada pela filosofia apaqueana, que prioriza a dignidade humana, a corresponsabilidade e a valorização do indivíduo como meio de efetiva ressocialização. Entre as atividades produtivas, destacam-se a fábrica de blocos de concreto, a produção de bloquetes, a pizzaria, a padaria e o cultivo de hortaliças, proporcionando aos recuperandos aprendizado prático, senso de responsabilidade e oportunidade de geração de renda.

A APAC conta com um quadro funcional composto por 30 colaboradores, incluindo 1 psicólogo, 1 advogado e 1 enfermeira, além de 5 estagiários. A atuação conjunta desses profissionais é fundamental para o acompanhamento técnico, jurídico, emocional e clínico dos recuperandos. O trabalho da APAC também é fortemente apoiado por mais de 40 voluntários, que atuam de forma assídua em diversas áreas. Entre eles, médicos e dentistas, que realizam atendimentos semanais na unidade, além de educadores, religiosos e profissionais de outras áreas que contribuem com seu tempo e conhecimento. Há, ainda, estagiários de cursos como Psicologia, Fisioterapia, Medicina e Odontologia, oriundos das faculdades locais, que atuam na APAC como parte de sua formação acadêmica, contribuindo significativamente para a atenção integral aos recuperandos.

Outro grande diferencial da APAC de Caratinga é a parceria sólida com o Sistema S, que oferece cursos de qualificação profissional voltados tanto para os recuperandos quanto para os funcionários, ampliando as possibilidades de reinserção social e fortalecendo o ciclo de transformação pessoal e profissional promovido pela metodologia APAC.

Fonte: APAC de Caratinga.

Histórico

A ideia de uma APAC em Manhuaçu-MG nasceu a partir de uma visita à APAC de Itaúna-MG pela comissão composta por Dr. Antônio Carvalho, Maria Imaculada Dutra Dornelas, Jose Almeida Silva Júnior, Márcia Dutra, Rômulo do Carmo Rodrigues, Juarez Pena. Incentivados pelo então juiz da Vara Criminal, Dr. Renato Faraco e encantados com a experiência vivida, decidiram compartilhar o que viram e sentiram naquela visita, implantando o promissor Centro de Reintegração Social da metodologia apaqueana, na comarca de Manhuaçu-MG.

Após audiência pública, realizada na Câmara Municipal, ocorreu a eleição para formação da primeira diretoria. Na segunda diretoria, foi formalizada, pela presidente e sua nova diretoria, a existência jurídica da APAC que fora criada em 1º de maio de 2004, oportunidade na qual também fora elaborado o estatuto social e toda a documentação necessária para a criação da personalidade jurídica da APAC. Foram atividades na fase de implantação da APAC-Manhuaçu: **1)** em 27 de abril de 2006, obteve a doação, pela Prefeitura Municipal de Manhuaçu, de um imóvel para a edificação de Centro de Reintegração Social; **2)** no mesmo ano de 2006, realização da Conferência “Execução Penal no Sistema Prisional Brasileiro”.

A conferência pode ser vista como um divisor de águas da APAC de Manhuaçu, pois a participação do público foi muito grande, sendo que, a partir de então, diversas pessoas se interessaram em ser voluntários e dar sua contribuição para o fortalecimento da APAC de Manhuaçu.

Caracterização atual

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Manhuaçu-MG tem a denominação de Centro de Reintegração Social Dr. Franz de Castro Holzwsrth e está localizada na Rodovia BR 262, Km 33,5, no Bairro Pouso Alegre, Manhuaçu-MG. Com cerca de 12 anos e 10 meses de funcionamento, a APAC de Manhuaçu tem capacidade para receber 141 recuperandos, tendo 100 vagas para recuperandos em regime fechado (sendo o regime fechado dividido entre fechado I – 52 vagas e fechado II, 48 vagas), 8 no regime semiaberto intramuros e 33 vagas em regime semiaberto autorizado ao trabalho externo.

Com relação à equipe de trabalho, contamos com 24 funcionários, 3 estagiários, 1 psicólogo, da APAC. Por meio de convênio com a Prefeitura, temos 1 médico, 1 enfermeiro, 1 dentista, 1 farmacêutica. A APAC conta com oficinas profissionalizantes nas quais os recuperandos podem desenvolver diversas habilidades, tais como marcenaria, cozinha, padaria, serralheria, canil. No cotidiano a APAC, além dos funcionários tem um quadro de voluntários, essencial para o funcionamento da APAC.

Outro fator de extrema importância para o desenvolvimento da APAC são os cursos profissionalizantes realizados, pois propiciam um aprimoramento profissional do recuperando, o que faz com que possam ter melhores oportunidades de trabalho. O desenvolvimento da APAC ocorre no dia a dia e todas as oportunidades são extremamente importantes para a consolidação e bom desenvolvimento da APAC.

Fonte: APAC de Manhuaçu.

APAC de Salinas

Histórico

A ideia de implantar uma APAC em Salinas-MG surgiu por iniciativa do Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca, Dr. Evandro Cangussu Melo. Com o objetivo de apresentar à comunidade a proposta da metodologia apaqueana, ele convocou uma audiência pública, cuja aprovação marcou o início dos trabalhos.

A legalização da associação foi feita junto ao cartório de registros e, posteriormente, a APAC foi filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC). Foram atividades importantes da fase de implantação da APAC-Salinas: **1)** em 17 de maio de 2006, aconteceu a fundação jurídica da APAC de Salinas, que começou suas atividades em uma sala administrativa cedida pela Prefeitura Municipal, localizada na Rua Florípes Crispim, nº 565; **2)** em 2015/2016, mudança da sede para a Rua Dr. Mário Ottoboni (antiga Rua A), nº 159, bairro Chácaras do Bananal.

Caracterização atual

Atualmente, a instituição está localizada na Rua Dr. Mário Ottoboni, nº 159, no bairro Chácaras Bananal, contando com estrutura para abrigar até 90 recuperandos. A inauguração do novo Centro de Reintegração Social ocorreu em 22 de março de 2019, com a presença do Juiz de Execuções Penais da Comarca de Salinas, Dr. Irany Laraia Neto; da representante do Ministério Público, Dra. Liliane Kissila Avelar Bessa; do Presidente da FBAC, Dr. Valdeci Antônio Ferreira; e do então Presidente da APAC-Salinas, Sr. Thiago Pereira dos Santos.

Atualmente, o voluntário Fábio Marques de Carvalho exerce a função de Presidente da APAC de Salinas, e o cargo de Gerente-Geral é ocupado pelo voluntário Caetano Eustáquio Diogo. Desde sua implementação até hoje, a APAC de Salinas tem se consolidado como referência em recuperação e reintegração, pautada nos princípios da dignidade humana, da fé no ser humano e na possibilidade real de transformação.

Fonte: APAC de Salinas.

Para além das APACs e o presídio, os projetos dos cursos FIC pelo NortEJA ocuparam espaços na maior escola estadual do município de Almenara e no CESEC, onde a maioria dos estudantes são trabalhadores sem qualificação profissional.

Também, hoje, o NortEJA faz parte da matriz curricular de 2 escolas do Estado sem que aumentasse a carga horária. Então, a aquisição de uma modalidade EJA realmente integrada à educação profissional nos coloca à frente de vários institutos que sempre tem o curso FIC separado da matriz curricular. A experiência do NortEJA possibilitou um novo olhar sobre a Educação de Jovens e Adultos no Estado de Minas Gerais.

Considerações Finais

Os cursos oferecidos pelo NorteEJA representaram um grande passo para efetivação da integração da EJA das redes estadual e municipal de ensino com a rede federal, responsável pelos cursos FIC e técnico. A continuidade dessa ação articulada é de fundamental importância para inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho.

Apesar de a responsabilidade dos cursos técnicos e profissionalizantes estarem sob a responsabilidade do IFNMG – Campus Almenara, muito foi aprendido por todos os servidores que participaram direta e indiretamente do projeto, oferecendo um novo objeto de pesquisa ao Campus Almenara: Didática na Alfabetização nos Cursos Profissionalizantes do IFNMG.

A experiência do NorteEJA, desenvolvida no Campus de Almenara, reforça o compromisso dos Institutos Federais com a EJA e deixa de legado a importância de ir mais profundo no direito à Educação, até que de fato ela chegue a todas as pessoas. Reforça a mensagem ecoada por Paulo Freire quando não nos deixa esquecer que *“a realidade está aí, submetida a possibilidade de nossa intervenção nela”*.

Bibliografia

ANDRADE, D. A. **APAC**: a face humana da prisão. 4. ed. ampl. Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **APAC**: o método de ressocialização do preso reduz a reincidência ao crime. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84625-apac-metodo-de-ressocializacao-de-presos-reduz-reincidencia-ao-crime>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.833-27.841.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 20 dez. 2025.

BRUNEL, C. Jovens cada vez mais jovens na Educação de Jovens e Adultos. Porto Alegre-RS: **Mediação**, 2. ed., 2008.

FERREIRA, V.; OTTOBONI, M. **Método APAC: Sistematização de Processos**. Belo Horizonte-MG: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Programa Novos Rumos, 2016.

OLIVEIRA, M. K. de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Reunião Anual da ANPEd – 26 a 30 de setembro de 1999, Caxambu-MG. Disponível em: <http://www.cinterfor.or.uy/public/spanich>. Acesso em: 6 out. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social; Subsecretaria de Administração Prisional; Superintendência de Atendimento ao Preso. **Ensino e Profissionalização**, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/PC%20User/Desktop/Cartilha-Ensino-e-Profissionalizacao.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2025.

SANTOS; FERREIRA; SABATIELLO. **APAC: a humanização do sistema prisional: sistematização de processos e fundamentos jurídico-metodológicos que embasam a expansão do método como política pública no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://www.avsi brasil.org.br/wp-content/uploads/2021/03/APAC-humanizacao-do-sistema-prisional.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

CAPÍTULO 2

NortEJA

ARAÇUAÍ

Projeto NortEJA: educação de Jovens e Adultos e Formação Técnica como caminhos de inclusão

Andréa Flores Oliveira¹

¹ Graduada em Pedagogia, Pedagoga do IFNMG-Araçuaí, possui especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Alfabetização e Letramento. E-mail: andrea.oliveira@ifnmg.edu.br.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade essencial da Educação Básica, destinada a sujeitos que, por diferentes razões, não concluíram sua escolarização na idade regular. Jovens, adultos e idosos, cujas trajetórias são marcadas por desafios sociais, econômicos e culturais, encontram na EJA uma oportunidade concreta de retomar os estudos, ampliar horizontes e ressignificar suas experiências de vida. Em muitos casos, trata-se de pessoas cuja prioridade cotidiana está voltada ao mundo do trabalho, mas que reconhecem na educação uma ferramenta poderosa de transformação pessoal e coletiva.

Por décadas, os estudantes da EJA foram compreendidos apenas como sujeitos com trajetórias escolares interrompidas ou incompletas. Nesse sentido, Arroyo adverte.

Urge ver mais do que alunos ou ex-alunos em trajetórias escolares. Vê-los jovens-adultos em suas trajetórias humanas. Superar a dificuldade de reconhecer que, além de alunos ou jovens evadidos ou excluídos da escola, antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas, eles e elas carregam trajetórias perversas de exclusão social, vivenciam trajetórias de negação dos direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência. Negação até do direito a ser jovem. As trajetórias escolares truncadas se tornam mais perversas porque se misturam com essas trajetórias humanas. Se reforçam mutuamente. A EJA como política pública adquire uma nova configuração quando equacionada na abrangência das políticas públicas que vêm sendo exigidas por essa juventude (Arroyo, 2011, p. 24).

A EJA, enquanto política pública de acesso e continuidade à escolarização básica, representa uma conquista relativamente recente. A concepção de uma educação meramente compensatória foi superada pela de reparação de um direito historicamente negado, com vistas a garantir uma formação de qualidade e igualitária de oportunidades mediante o reingresso ao sistema educacional. Nessa perspectiva, Amorim, Dantas e Aquino afirmam ser necessário compreender a EJA

[...] como fator de desenvolvimento humano, destacando a problemática do desprestígio da Educação de Jovens e Adultos frente à precarização da educação formal, que surte efeito de negligência e negação do direito à educação, cujas consequências incidem no desenvolvimento intelectual, social e cultural do indivíduo (Amorim, Dantas e Aquino, 2017, p. 257).

Mais do que assegurar o direito à escolarização, a EJA tem como missão promover a formação integral dos estudantes, estimulando a construção de cidadãos críticos, autônomos e participativos. Conforme argumenta Arroyo (2017, p. 39), *“A EJA se caracteriza sempre por ser o lócus onde se condensa a tensa construção histórica de identidades coletivas, segregadas, oprimidas de trabalhadores. Mas também resistentes, afirmativas”*.

Ao valorizar os saberes construídos ao longo da vida, essa modalidade propõe uma educação que dialoga com a realidade dos sujeitos, favorecendo sua inclusão social, o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades.

O trabalho desempenha um papel central na vida dos estudantes da EJA, seja pela ausência dele, em razão do desemprego, seja pela busca de melhores oportunidades profissionais por meio da escolarização. Muitos iniciaram sua vivência laboral ainda na infância, acompanhando os pais, assumindo tarefas domésticas ou exercendo atividades informais. É comum encontrar nas salas de EJA alunos que chegam exaustos após uma jornada de trabalho, bem como aqueles em situação de desemprego ou inseridos na informalidade. Esses estudantes trazem consigo uma bagagem significativa de conhecimentos adquiridos em suas experiências profissionais, que podem ser potencializados quando o professor estabelece relações entre esses saberes e os conteúdos escolares.

Homens e mulheres, jovens e adultos, que interromperam os estudos em momentos anteriores, ao ingressarem na EJA, frequentemente vivenciam sentimentos de arrependimento ou vergonha. Entretanto, esse retorno é também marcado por forte desejo de transformação, impulsionado por projetos de desenvolvimento pessoal e profissional. Com o tempo, os estudantes passam a expressar orgulho por suas trajetórias, reconhecendo-se como protagonistas de uma nova etapa, na qual “recuperam o tempo perdido” com coragem e determinação.

Assim, a EJA não se limita à transmissão de conhecimentos formais ou à certificação para o mercado de trabalho; consolida-se também como espaço de convivência, escuta e acolhimento. Nesse contexto, a articulação entre EJA e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se configura como estratégia inovadora e potente. Ao integrar formação acadêmica e qualificação técnica, amplia-se a inserção no mundo do trabalho, respeitando os contextos socioculturais dos estudantes e promovendo competências alinhadas às demandas locais. Essa integração não apenas potencializa a empregabilidade, mas também contribui para o crescimento econômico regional e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

É nesse cenário que se insere o Projeto NortEJA, desenvolvido pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - Campus Araçuaí. Com foco na oferta de EJA Integrada à EPT, o projeto buscou atender às especificidades da população do Vale do Jequitinhonha, promovendo uma educação contextualizada, inclusiva e transformadora. Ao reconhecer as vivências dos estudantes como ponto de partida para o processo educativo, o NortEJA reafirmou o compromisso do IFNMG com a promoção da equidade, da justiça social e do protagonismo dos sujeitos da Educação. Encontrar caminhos que devolvam aos estudantes da EJA a alegria, a esperança e o interesse em continuar os estudos faz parte das ações cotidianas da EPT desenvolvida no IFNMG-Araçuaí. Trata-se de um compromisso ético e pedagógico com a valorização das trajetórias de vida desses sujeitos, buscando torná-los protagonistas na construção de seus próprios saberes, de suas identidades e de seus projetos de vida.

Essas ações dialogam com as ideias de Paulo Freire sobre o “ser” escola e o “pensar” escola, alinhadas à concepção de Gadotti, segundo a qual “Educar é empoderar. Mais do que ensinar é preciso reencantar. Ou melhor, ensinar, nesse contexto, é reencantar, despertar a capacidade de sonhar, despertar a crença de que é possível mudar o mundo” (Gadotti, 2008, p. 66).

A concretização do Projeto NortEJA no IFNMG – Campus Araçuaí foi viabilizada pela articulação de uma rede colaborativa comprometida com a Educação como instrumento de transformação social. A iniciativa contou com apoio fundamental das Secretarias Municipais de Educação (SME) de Araçuaí, Itinga e José Gonçalves de Minas, bem como das Superintendências Regionais de Ensino (SEE) de Araçuaí e Diamantina e a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Além disso, a parceria com a Companhia Brasileira de Lítio (CBL) trouxe uma dimensão estratégica ao projeto, fortalecendo o vínculo entre educação, território e desenvolvimento local.

Essas instituições atuaram de forma integrada para assegurar que a oferta educacional contemplasse as necessidades reais da população do Vale do Jequitinhonha. A parte da EJA voltada aos cursos básicos foi viabilizada pelas SME e pelas escolas estaduais, que disponibilizaram estrutura física, corpo docente e apoio pedagógico para acolher os estudantes em suas comunidades. Já a formação técnica, componente essencial da EPT, foi ofertada pelo IFNMG por meio de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), elaborados com foco nas demandas locais e na valorização dos saberes populares.

Ao unir esforços entre instituições públicas e privadas, o Projeto NortEJA reafirmou que a Educação é um compromisso coletivo. A presença da CBL como parceira demonstrou que o setor produtivo pode, e deve, contribuir para iniciativas que promovam a inclusão, equidade e desenvolvimento sustentável. Mais do que formar profissionais, o NortEJA formou cidadãos conscientes, capazes de sonhar e transformar seus sonhos em projetos de vida.

Essa sinergia entre EJA e EPT, mediada por parcerias sólidas e sensíveis às realidades locais, evidenciou que é possível construir uma educação pública de qualidade, que respeita as trajetórias dos sujeitos e os convida ao protagonismo. O Projeto NortEJA constitui, portanto, expressão viva do que Paulo Freire denominou “educação como prática da liberdade”: uma educação que liberta, empodera e reencanta.

Atuar na EJA requer compromisso contínuo e disposição para inovar diariamente, a fim de atender às necessidades dos estudantes. Isso implica superar desafios de natureza pedagógica, didática e relacional, bem como reinventar constantemente as práticas docentes para contemplar as particularidades dessa modalidade. Estar na EJA exige abertura ao novo, associada à capacidade de comunicação, empatia, respeito e reconhecimento da diversidade.

É fundamental compreender o mundo da cultura como ferramenta de aproximação e de interpretação das trajetórias de vida de diferentes sujeitos. Trata-se de saber ouvir sem julgar, estar junto, ora para ensinar, ora para aprender com aqueles que construíram suas vidas longe da escola. Ademais, torna-se imprescindível alinhar o currículo, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem aos saberes prévios dos estudantes, de modo a possibilitar a construção de novos entendimentos, o avanço acadêmico e o fortalecimento da atuação conjunta de docentes e discentes nesse processo.

Figs. 1– Registros das Aulas dos Cursos Fic Desenvolvidos



Fonte: Registros do IFNMG–Campus Araçuaí (2023-2025).

Este trabalho apresenta fundamentos, objetivos e impactos do Projeto NorteEJA, evidenciando como a integração entre EJA e EPT pode ser uma ferramenta eficaz para a construção de trajetórias de sucesso, autonomia e dignidade. Mais do que uma proposta pedagógica, trata-se de uma ação concreta de resistência e esperança, que transforma vidas e fortalece comunidades.

Método

A pesquisa, desenvolvida entre 2023 e 2025, teve como foco o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Araçuaí e as comunidades que participaram como público dos cursos desenvolvidos pelo Projeto NorteEJA – Campus Araçuaí .

Adotou-se uma abordagem qualitativa, voltada à compreensão dos processos formativos e das experiências dos estudantes participantes do Projeto Norteja. Para a análise, foram utilizados 2 procedimentos principais: o levantamento documental, envolvendo planos de curso, registros pedagógicos e relatórios do projeto; e a observação participante, realizada durante atividades pedagógicas e eventos formativos, possibilitando identificar interações, desafios e práticas de valorização dos saberes locais.

Curso de Supervisor de Apoio Operacional na Mineração

A implementação do Curso FIC, Supervisor de Apoio Operacional à Mineração, constituiu um marco significativo na formação de trabalhadores especializados para o Setor Mineral, na região do Vale do Jequitinhonha. A primeira turma foi viabilizada a partir de uma parceria entre as Secretarias Municipais de Educação de Araçuaí e Itinga e a Companhia Brasileira de Lítio (CBL), em consonância com os arranjos produtivos locais. O curso buscou atender às demandas específicas da mineração, promovendo uma formação qualificada capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico e social regional.

A participação da CBL foi determinante, sobretudo pela concessão de bolsas destinadas ao laboratório de mineração, o que garantiu uma abordagem prática ao processo formativo e fortaleceu a integração entre a instituição de ensino e o setor produtivo. A turma inicial contou com 40 estudantes, predominantemente jovens e adultos com idade entre 18 e 40 anos, dos quais 39 concluíram o curso e obtiveram a certificação. A elevada taxa de permanência e certificação evidenciou a efetividade das estratégias adotadas para estimular o engajamento e reduzir a evasão escolar.

Outro aspecto relevante foi a inserção dos egressos no mercado de trabalho, em especial em empresas de exploração de lítio presentes na região. Esse resultado confirma a eficácia de uma formação alinhada às necessidades do Setor Mineral, articulando teoria e prática por meio de atividades constantes de laboratório e de acompanhamento técnico. As ações de comunicação e proximidade com os estudantes também se mostraram essenciais para consolidar a permanência e a conclusão do curso.

Além da dimensão técnica, a formação contemplou a abordagem da mineração sob uma perspectiva ética e sustentável. Os alunos foram orientados a adotar práticas responsáveis, considerando tanto a preservação ambiental quanto o respeito às comunidades locais. Foram trabalhados temas relacionados à exploração de minerais abundantes na região, como espodumênio (lítio), lepidolita, quartzo, feldspato e outros, enfatizando a necessidade de conciliar a atividade econômica com o equilíbrio ecológico e a valorização dos saberes tradicionais.

Figs. 2 – Atividades do Curso Supervisor de Apoio à Mineração e Cerimônia de Certificação



Fonte: Arquivo IFNMG-Araquai (2023).

Assim, o curso não apenas qualificou a mão de obra para atender às exigências do mercado, mas também promoveu a reflexão sobre a sustentabilidade das práticas minerárias, reforçando a possibilidade de harmonizar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

Curso de Artesanato: Trançado em Couro e Palha de Milho

No ano de 2024, foi desenvolvido o Curso de Artesanato: Trançado em Couro e Palha de Milho, como parte das ações formativas voltadas à EJA, com foco na valorização dos saberes tradicionais e na qualificação técnica da população local. O curso foi ofertado de forma itinerante, contemplando 2 comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha: Limeira, no município de José Gonçalves de Minas, e Posses, no município de Leme do Prado.

A iniciativa contou com a parceria da Secretaria Municipal de Educação (SME) de José Gonçalves de Minas e da Superintendência Regional de Ensino (SEE) de Diamantina, que contribuíram diretamente para a articulação institucional, mobilização das comunidades e viabilização da infraestrutura necessária para a realização das atividades.

Com carga horária voltada à prática artesanal e ao resgate cultural, o curso teve como objetivo principal capacitar e qualificar os estudantes da EJA, por meio do ensino técnico do trançado em couro e palha de milho, técnicas ancestrais amplamente utilizadas em comunidades quilombolas da região. Ao mesmo tempo, promoveu o reconhecimento e a valorização das tradições locais, fortalecendo a identidade cultural e o sentimento de pertencimento dos participantes.

Figs. 3 – Turmas e Aulas do Curso Artesanato: Trançado em Couro e Palha de Milho



Fonte: Arquivos IFNMG-Araçuaí (2024).

Ao todo, 42 estudantes foram matriculados, entre jovens, adultos, idosos, homens e mulheres, todos oriundos das comunidades atendidas. Com grande envolvimento e dedicação, todos os participantes concluíram a formação e foram certificados, evidenciando o êxito da proposta pedagógica e o impacto positivo da ação na promoção da educação, da cultura e da geração de renda.

O curso reafirma o papel da EJA como espaço de construção coletiva do conhecimento, onde a formação técnica se alia ao respeito pelas práticas culturais, à valorização dos territórios e à promoção da cidadania.

Curso de Formação de Professores em Ciências da Natureza e Matemática para EJA

O Curso de Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representou uma iniciativa significativa no fortalecimento da prática docente direcionada a esse segmento. A formação de professores voltada para atuação na EJA, propiciou um espaço de reflexão sobre as políticas de formação, as práticas pedagógicas e os conteúdos, promovendo debates que envolveram teoria, prática e legislação, com foco na compreensão do contexto social dos educandos.

Embasado em diretrizes de políticas públicas de formação continuada, o curso promoveu a qualificação de 62 profissionais, dos quais 48 obtiveram certificação ao final, consolidando uma atuação pedagógica mais qualificada na rede de ensino local.

A formação ocorreu de forma on-line, o que possibilitou acesso a uma ampla gama de profissionais, especialmente aqueles que atuam em diferentes localidades. Além das aulas virtuais, os participantes tiveram encontros presenciais no campus de Araçuaí e nas escolas onde trabalham, fortalecendo a relação entre teoria e prática. Uma atividade emblemática foi a visita ao Planetário das escolas dos cursistas, onde eles puderam aplicar os conhecimentos adquiridos nas aulas de laboratório, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa.

Figs. 4 – Atividades do Curso de Formação de Professores



Fonte: Arquivo IFNMG–Campus-Araçuaí.

Apesar dos avanços, o curso apresentou a maior taxa de evasão registrada até então, podendo essa evasão estar relacionada à distância geográfica entre o campus e as localidades onde os professores atuam, dificultando a participação nas atividades laboratoriais presenciais.

A parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Araçuaí foi fundamental para o desenvolvimento do curso, especialmente ao garantir a alocação de horário de módulo de formação para os professores, reconhecendo a importância da formação continuada na melhoria da qualidade do ensino.

Ao final do processo, as escolas participantes receberam um kit completo para laboratórios de ciências e matemática, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas nestas áreas presentes na EJA. Assim, o curso representou uma ação estratégica de formação continuada, apesar de desafios enfrentados, com impacto potencial para a qualificação docente e para o ambiente escolar, reforçando o compromisso de ampliar e melhorar a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos na região.

Curso de Pintor de Obras Imobiliárias

O Curso de Pintor de Obras Mobiliárias desenvolvido com estudantes em situação de aprisionamento representou uma iniciativa de grande relevância social e educativa, voltada à promoção da ressocialização e à valorização do potencial de reintegração desses indivíduos na sociedade. Segundo teóricos como Foucault (2010), a Educação em contextos de privação de liberdade desempenha um papel fundamental na construção de uma nova narrativa de cidadania, contribuindo para a reconstrução da identidade e a autonomia dos sujeitos privados de liberdade.

A qualificação de pessoas em situação de aprisionamento é uma estratégia crucial na promoção da inclusão social e na redução da reincidência criminal. Assim, fornecer oportunidade de aprendizagem nesses contextos é uma intervenção que vai além da instrução técnica, promovendo a autoestima, a autonomia e o reconhecimento social dos agentes em regime de privação de liberdade.

Este curso, realizado em parceria com a SEE de Araçuaí e a SENAPPEN, contou com a participação de 12 alunos na turma. O número reduzido reflete as condições de segurança do sistema prisional, que limitam o número de participantes e reforçam o compromisso com a segurança e a disciplina. Destaca-se, ainda, o diferencial do instrutor do curso, que fez parte da própria população carcerária. Essa estratégia de formação colaborativa atua como uma ponte de resgate de cidadania, pois proporciona aos internos uma experiência de protagonismo, promovendo a valorização de suas potencialidades e a reconstrução de sua dignidade humana.

Ao envolver uma pessoa em situação de aprisionamento na função de instrutor, o curso promoveu a solidariedade, o reconhecimento de capacidades e a desconstrução de estigmas sociais, além de contribuir para a cultura da inclusão e do respeito à diversidade.

Em síntese, o Curso Pintor de Obras Mobiliárias evidenciou o papel transformador da educação prisional, que deve ser vista como uma política não apenas de ressocialização, mas também de promoção da cidadania. Assim, iniciativas como esta reforçam a importância de investir na formação de públicos vulneráveis, reafirmando o compromisso social de promover a inclusão e a reintegração por meio da educação.

Os resultados evidenciam que o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no âmbito da EJA deve estar profundamente alinhado com uma perspectiva que valoriza a trajetória individual de cada estudante. As práticas pedagógicas observadas demonstraram sensibilidade às experiências de vida, aos saberes prévios e às realidades sociais dos participantes, promovendo um ambiente educativo inclusivo e significativo. As abordagens dialógicas e emancipatórias, favoreceram a construção coletiva do conhecimento e estimulam a autonomia dos sujeitos.

A aprendizagem foi compreendida como um percurso contínuo e personalizado, no qual os professores assumiram o papel de mediador, facilitando o desenvolvimento crítico e a participação ativa dos estudantes. As ações formativas analisadas revelaram esforços concretos para integrar os saberes escolares às dimensões da vida e do trabalho, contribuindo para a prevenção da evasão e da reprovação, e fortalecendo o vínculo entre os estudantes e a escola. Tais elementos confirmaram o potencial transformador da EJA, não apenas como espaço de certificação formal, mas como território de reconstrução de identidades, de valorização dos saberes populares e de promoção da cidadania.

Pode aparecer como uma seção única, em que os resultados são apresentados e, sequencialmente, discutidos, um a, ou em sessão única em que todos os resultados são apresentados e, posteriormente, são discutidos ou, ainda, em 2 seções separadas, uma que apresenta os resultados e outra que apresenta as discussões.

Considerações Finais

A experiência relatada neste artigo evidencia a relevância da EPT como estratégia de inclusão e desenvolvimento local, especialmente, quando articulada à EJA. A oferta dos cursos por meio do Projeto NorteEJA comprovaram que a EPT pode dialogar com os saberes tradicionais, promovendo formação técnica de qualidade sem desconsiderar os contextos culturais e sociais dos territórios atendidos.

Nesse cenário, destaca-se o papel fundamental dos Institutos Federais (IFs), em especial o IFNMG – Campus-Araçuaí na construção e execução de propostas formativas contextualizadas, democráticas e inovadoras. O Campus Araçuaí reafirmou o seu compromisso de atuar como agente articulador entre políticas públicas, comunidades locais e demandas do mundo do trabalho, contribuindo para a criação de cursos que respeitam as identidades regionais e ampliam as possibilidades de geração de renda e valorização cultural.

A execução do Projeto NorteEJA fortaleceu o papel do IFNMG como espaço de emancipação, reconstrução de trajetórias e promoção da cidadania, especialmente em regiões historicamente marcadas pela desigualdade e pela invisibilidade social.

Referências

ARROYO, M. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

AMORIM, A.; DANTAS, T. R.; AQUINO, M. S. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: políticas públicas, formação de professores, gestão e diversidade multicultural. Salvador-BA: EDUFBA, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

CAPÍTULO 3

NortEJA

DIAMANTINA

NAS ENCRUZILHADAS DA EJA:
contribuições da educação não
formal e de organizações da
sociedade civil na formação de
professores NortEJA

Juliano Gonçalves Pereira¹

Cíntia Regina de Fátima²

Dayane Mota Santos Lisboa³

Anne Gretchen Reder da Costa Lima⁴

Kátia Santana Edmundo⁵

1 Pedagogo; Doutor em Educação pela UFMG; Referência Técnica da Frente de Juventude do CEDAPS; Pesquisador e Coordenador Pedagógico do Curso de Formação Continuada de Professores para Atuação em Educação de Jovens e Adultos(EJA) do NortEJA/IFNMG.

2 Licenciada em Educação Física e Pedagogia; Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP; Tutora do Curso de Formação Continuada de Professores para Atuação em Educação de Jovens e Adultos(EJA); Assessora de pesquisa do NortEJA via CEDAPS.

3 Graduada em Língua Portuguesa; Técnica Administrativo em Educação/IFNMG; Coordenadora Adjunta NortEJA.

4 Pedagoga; Coordenadora do Programa Jovens Construtores/YouthBuild – Brasil/CEDAPS.

5 Psicóloga; Doutora em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia; Diretora Executiva do CEDAPS e Professora Adjunta IDOMED/UNESA.

Introdução

[...] toda realidade está aí, submetida a possibilidade de nossa intervenção nela.”

Paulo Freire – Pedagogia da Autonomia

As tentativas frequentemente malsucedidas de enfrentar os desafios da formação de professores no Brasil tem provocado o meio acadêmico científico e social a repensar os mecanismos de formação continuadas, sobretudo aqueles comprometidos com a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Torna-se necessária a construção de ações articuladas, intersetoriais e sistêmicas, com estratégias capazes de oxigenar a educação, e a qualificação de profissionais para educar em ambientes atravessados pela cultura ocidental do imediato, do consumismo, da superficialidade de informações disseminadas pelas redes sociais e o assédio das soluções de inteligências artificiais cada vez mais presentes em nosso cotidiano.

Os estudantes da EJA tiveram suas experiências educacionais afetadas pelo abandono, sendo o ambiente escolar apenas mais uma delas. É preciso que os profissionais desta modalidade estejam atentos e preparados para mediar experiências pessoais recorrentes de ciclos que foram diversas vezes interrompidos, desafiando os vínculos necessários para uma educação transformadora. Acreditamos que o domínio de desenhos educacionais atualizados, de pedagogias rebeldes, sensíveis, afetivas e inovadoras, revela-se necessário e urgente na formação de profissionais que se desafiam a educar e serem educados por estudantes desprivilegiados da educação formal.

Dessa forma, atualizar e transformar o processo de formação de formadores caracteriza-se como um dos grandes desafios da Educação. A formação de professores da educação formal se revela cada vez mais necessitada de trocas de experiências educacionais, capazes de estimular no professor, tecnologias assistivas, intransigentes no ensino de forma crítica e emancipadora para nosso tempo. Traremos, no limite deste texto, algumas aproximações possíveis e exitosas, que contam com a presença de instituições da sociedade civil junto às instituições de educação formal, no intuito de ampliar o acervo metodológico e didático voltado à formação de profissionais para atuarem na EJA.

Defendemos ao longo deste texto que as trocas metodológicas e didáticas acumuladas no campo da aprendizagem da educação informal e da educação não formal seja um caminho promissor para uma preparação e qualificação mais robusta do profissional da EJA.

O texto é organizado a partir de um percurso que articula fundamentos teóricos e experiências concretas no campo da Educação de Jovens e Adultos. Inicialmente, são discutidas as fontes de aprendizagem educacional – formal, não formal e informal –,

destacando suas especificidades e potencialidades na formação de sujeitos ao longo da vida, chamando atenção para as estratégias metodológicas potentes para a EJA que emergem da educação não formal. Em seguida, abordam-se os principais desafios que atravessam a Educação brasileira e a EJA, com ênfase na permanência de estudantes, na formação docente e na construção de práticas pedagógicas que partem das necessidades dos sujeitos e de seus territórios. O texto avança, na apresentação do Pacto Nacional para o Fortalecimento da Educação, ressaltando o papel da articulação entre políticas públicas, educação e ação social para superação das desigualdades e violações de direitos que assolam determinados grupos sociais.

Na sequência, apresentamos a experiência do Projeto NortEJA/IFNMG que, em acordo técnico com o CEDAPS, unem forças para formação de professores da EJA e evidenciam abordagens pedagógicas sensíveis e necessárias às realidades dos educadores. Por fim, nas considerações finais, reafirmamos a importância do diálogo entre diferentes setores para o fortalecimento da Educação, sobretudo da EJA enquanto política pública e direito social.

Fontes de aprendizagem educacional: formal, não formal e informal

Não buscaremos descrever detalhadamente cada uma das formas de educação identificadas pela literatura. Esta apresentação, no limite deste texto, busca marcar as diferenças entre elas, para pensar as aproximações que podem ser possíveis e exploradas no campo do fortalecimento da EJA no Brasil.

A formação de professores para atuarem na EDUCAÇÃO FORMAL é comprometida em preparar o profissional para ocupar e atuar nos espaços próprios destinados à obtenção de conhecimento sistematizado, entre eles, as creches, escolas, institutos, faculdades e universidades, que derivam de um sistema estruturado que organiza o processo de ensino e de aprendizagem. O professor que atua na educação formal é conduzido a compreender as divisões e os níveis de ensino, que são hierárquicos e atribuem certificação ao final das etapas. Nesse processo, há a necessidade de avaliações geralmente padronizadas para todos os estudantes de uma mesma turma, sendo obrigatórias para avançar de etapa ou pré-requisito para obtenção de títulos.

Ainda na educação formal, a formação de professores pode estar voltada à transformação da realidade dos estudantes ou para o atendimento de interesses das classes dominantes, cabendo ao professor buscar dialogar e refletir suas próprias práticas. Nesse caso, o professor também é responsável por buscar em seu espaço de trabalho as ferramentas para transformação, independente das condições de financiamento oferecidas pelas políticas educacionais, investindo e aprofundando mais do que sua formação inicial ou continuada lhe proporciona. A EJA, quando oferecida nas escolas, integra-se à educação formal.

A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL também é planejada, mas supera a rigidez da educação formal, partindo das demandas da realidade e não de uma proposta pré-determinada e assimétrica. Assim, envolve grupos de pessoas que estão atentos às necessidades individuais dos participantes e, geralmente, as propostas pedagógicas envolvem dinâmicas, técnicas socioculturais. A avaliação não atribui graus de aprendizagem, mas é possível colher dados importantes sobre o desenvolvimento de cada ser humano.

Assim, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços como museus, centros de ciências, ou qualquer outro em que as atividades sejam desenvolvidas de forma bem direcionada, com um objetivo definido (Vieira, 2005 p. 21).

As estratégias da educação não formal cada dia são mais conhecidas por proporcionarem o desenvolvimento de habilidades não exploradas, de maneira intencional, no ambiente formal. Existem experiências de EJA em espaços educacionais não formais que merecem ser compartilhadas e valorizadas pelo impacto que provocam no desenvolvimento dos jovens e adultos, bem como na atuação dos professores que se inserem nos 2 espaços de Educação (formal e não formal).

Nesses ambientes, ocorre uma aprendizagem significativa a partir da troca de experiências entre indivíduos que valorizam o diferente, sendo promovida em espaços coletivos, de acordo com interesses comuns. Gohn (2006) descreve que a educação não formal está “voltada para o ser humano como um todo”, não substituindo a educação formal, mas complementa-a com experiências mais empíricas. É nesse campo que instituições como institutos, projetos sociais e organizações da sociedade civil atuam e podem desenvolver suas metodologias educacionais. A aproximação dos resultados dessas experiências na formação de professores para atuarem na EJA se revela promissora e necessária.

Ainda é preciso considerar a EDUCAÇÃO INFORMAL, pois nascemos imersos em um espaço familiar, em um determinado território e grupo social, no contexto de uma dada cultura, onde frequentamos determinados lugares, aprendemos valores, desenvolvemos gostos, conhecemos sobre nossas origens, a sobreviver, entre milhares de outras coisas que influenciam nossas ações. Somos também educados pelas nossas experiências pessoais e pelo ambiente em que crescemos. Aprendemos com o que está ao nosso redor, no ato de viver e circular pela cidade, aprendemos com nossa família, colegas, ao ler um livro, ao escutar uma música, o que nos torna constituintes de uma educação não planejada intencionalmente, mas bem consolidada e que determina quem somos.

A educação informal corresponde a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (Libâneo, 2005, p. 32).

A formação de profissionais para atuar na EJA precisa considerar as metodologias e didáticas presentes nessas 3 modalidades educacionais: a formal, a não formal e a informal, pois os sujeitos da EJA requerem diversidades metodológicas e didáticas para romperem os ciclos de interrupções da qual fazem parte. O convite de Paulo Freire em Pedagogia da Autonomia, reforçado na epígrafe deste texto, nos convida a alterarmos a realidade da formação de professores comprometidos com a EJA, ampliando suas experiências e repertórios de forma a aproximar as distintas realidades encontradas na EJA.

Desafios da Educação Brasileira e a EJA

A proposta do atual governo em construir um Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo no Brasil está ancorado nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2024, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde aponta que, no Brasil, em 2023, havia 9,1 milhões de pessoas, com 15 anos de idade ou mais, não alfabetizadas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo correspondente a 5,3%. A alfabetização de jovens, adultos e idosos se revela necessária e urgente, pois é um conhecimento fundamental para se viver em sociedade e acessar os direitos humanos essenciais, além da educação.

O texto que apresenta a proposta do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos reforça que a EJA é uma modalidade de ensino estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. No Capítulo II, Seção V, Artigo 37, fica instituído que *“a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”* (BRASIL, 1996).

Nos escritos de Paiva (2014), a EJA é pensada como campo de múltiplos aprendizados, trazendo na modalidade a reflexão a respeito das experiências e vivências que construímos enquanto mulheres, homens, mães, pais, trabalhadores, pesquisadores, intelectuais, professores e educadores. Dessa forma, é necessário que se entenda a modalidade para além de um campo de pesquisa, mas também como um espaço de militância que busca assegurar a garantia do direito à Educação ao longo da vida. Direito esse que possibilita o acesso ao ensino formal aos indivíduos que, por diversos fatores, não frequentaram a escola no tempo considerado adequado.

A EJA é determinada pela conjuntura histórica, social, política e cultural brasileira que afeta diretamente as concepções e práticas educacionais destinadas a jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica na idade prevista. Essas pessoas estão em classe, raça e possuem gênero bem-definidos. Para além da sua função de reparação histórica, a EJA se constitui como uma política pública de inclusão social, ampliando as possibilidades de transformação da realidade desse segmento, por meio da educação popular e de pedagogias sensíveis, sérias, radicais e afetuosas.

Os sujeitos da EJA, atualmente, são todas as pessoas que não lograram êxito na Educação Básica quando criança e adolescente e, conseqüentemente, tiveram uma inserção no mundo social e do trabalho fragilizada, sendo que parte desse quantitativo adentrou em processos de extrema fragmentação da vida social, a tal ponto que muitos passaram da zona de vulnerabilidade e pobreza para a de indigência. Essas pessoas foram propositalmente esquecidas nas poucas políticas de inserção e integração em EJA, porque eram ações para os menos excluídos e que, mesmo assim, não lograram o êxito pretendido pelo Estado brasileiro quanto à erradicação do analfabetismo entre a população adulta. A história da educação de adultos e a estatística não nos deixa mentir (Paiva, 1987).

As marcas da exclusão escolar que justificam a EJA reforçam essa modalidade como oportunidade para que jovens e adultos ampliem suas trajetórias afetadas pelo contexto sociocultural e histórico de marginalização. É ainda um desafio para a EJA articular esforços intersetoriais e somar forças de todas as partes da sociedade para a inclusão educacional, pois a EJA sozinha não muda a realidade que enfrenta.

É preciso intensificar os pactos que geram ou ampliam as oportunidades necessárias à construção de conhecimentos significativos, permeados por sentidos coletivos que vão além dos instrumentais e de competências formais exigidas no chamado ensino regular. Os professores que atuam nessa modalidade necessitam de espaços de formação continuada que sejam sensíveis, contextualizados e comprometidos com a compreensão das realidades sociais, culturais, econômicas e afetivas dos sujeitos da EJA. É fundamental considerar as trajetórias interrompidas de escolarização, as condições de trabalho, as responsabilidades familiares, os territórios em que vivem e as experiências de vida desses estudantes para a construção de práticas pedagógicas significativas e emancipadoras. Essa é uma das abordagens metodológicas que impacta diretamente na permanência dos estudantes na escola, um dos maiores desafios históricos da EJA ao favorecer vínculos, pertencimento e sentido para a experiência educativa.

Paiva (2014) ainda descreve que toda a escolha é intencional e segue a intenção de quem escolhe. Negritamos aqui nossa intenção de apresentar experiências de formação de professores capazes de ampliar os suportes que complementam o ensino regular, sobretudo a EJA, com metodologias e pedagogias capazes de provocar o pensar, fortalecer os vínculos fragilizados e que se revelem atraentes para os estudantes. Tais práticas precisam atravessar os muros da escola, criando um fluxo constante de dentro para fora e de fora para dentro, até que se naturalizem como pedagogias regulares, e isso só é possível com professores saudáveis, comprometidos e capacitados.

Na encruzilhada da formação de professores para atuar na EJA a que chegamos, devemos decidir se continuamos na mesma direção ou se ousamos seguir por novas direções, criando caminhos e mecanismos, capazes de corrigir os fluxos educacionais insistentes na produção de histórias traumatizadas, afetadas por protocolos e

pedagogias de exclusão. Na formação educacional de professores para atuar na EJA é necessário criar experiências de dignidade, bem-estar e bem-viver para que cheguem aos estudantes práticas acolhedoras, escuta qualificada e posturas inquietantes e inovadoras, capazes de atrair aos que, em algum momento, foram abandonados e repelidos pela educação formal.

Práticas intersetoriais para o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos

A EJA é uma política estratégica para avanços na educação brasileira. Os esforços do Governo Federal, em modular o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, como uma política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conta ainda com instituições sociais, institutos que somam forças para a superação do analfabetismo no Brasil.

Segundo informações no portal do MEC, o Pacto reúne ações colaborativas por meio da articulação intersetorial implementadas com a participação dos entes federados. Entre as finalidades do pacto estão: **a)** superar o analfabetismo; **b)** elevar a escolaridade; **c)** ampliar a oferta de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive, entre os estudantes privados de liberdade; e **d)** aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional.

Para alcançar os objetivos a que o pacto se propõe, é necessária intervenção e interlocução de todos os setores, bem como as experiências exitosas acumuladas no fortalecimento da EJA. Os dados da PNAD (2024) revelam que, no Brasil, o analfabetismo está associado à idade, mostrando que quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de pessoas não alfabetizadas. Em função disso, as práticas pedagógicas de alfabetização de adultos e idosos não podem estar dissociadas das tecnologias atuais capazes de prender atenção dos jovens e adultos deste tempo presente.

A PNAD (2024) revela que, em 2023, 5,2 milhões de pessoas não alfabetizadas tinham idade de 60 anos ou mais (a taxa de analfabetismo é de 15,4% para esse grupo). Ao incluir gradualmente os grupos etários mais novos, é possível notar uma queda no analfabetismo: 9,4% entre as pessoas com 40 anos ou mais; 6,5% entre aquelas com 25 anos ou mais; e 5,4% entre a população de 15 anos ou mais, ou seja, as gerações mais novas têm maior acesso à Educação, mostrando que os jovens possuem maiores taxas de alfabetização.

Os dados também revelam que a distribuição de pessoas alfabetizadas se concentra em determinados grupos. No que se refere às mulheres de 15 anos ou mais, em 2023, a taxa foi de 5,2%. Entre os homens, de 5,7%. Ainda, em 2023, considerando a faixa etária mais velha, a taxa das mulheres é ligeiramente superior (15,5%) à dos homens (15,4%).

Na análise por cor ou raça, chama atenção a diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas: em 2023, 3,2% das pessoas brancas de 15 anos ou mais não eram alfabetizadas. Entre as pessoas pretas ou pardas o percentual é de 7,1%. No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas brancas alcançou 8,6% e, entre as pessoas pretas ou pardas, 22,7%.

Esses dados descortinam a realidade brasileira e reforçam a mensagem central deste texto, da importância dos diversos setores da sociedade comprometidos com a EJA se aproximarem e se articularem para construir ações inteligentes e estratégicas na formação de docentes para atuar na EJA.

Projeto NortEJA e o CEDAPS juntos na Formação de Professores para EJA

Concordamos com Arroyo (2019) quando descreve que vivemos em tempos de requintados processos de opressão. Essa premissa ressalta a urgência em formar professores-docentes-educadores capazes de entender a brutal tirania de que são vítimas milhões de estudantes da EJA. Arroyo (2019) ainda acredita que Paulo Freire contradiz o pensamento pedagógico segregador, identificando-o como educador em defesa da formação humana, o que é percebido ao longo de todos os seus trabalhos e de suas práticas. O NortEJA foi estruturado sobre a premissa da formação humana, ética, social, cujo objetivo é o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

Foi com base nas inquietudes citadas, que o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) escreveu e submeteu a Proposta “*NortEJA: IFNMG e a EJA Integrada*” ao Edital nº 17/2022, vinculado ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Governo Federal, elaborado para contribuir com o fortalecimento da EJA no norte de Minas Gerais e Vales do Jequitinhonha e Mucuri. O desenho pedagógico do NortEJA é comprometido com o povo desse território e em superar os desafios educacionais para os sujeitos mais expostos às vulnerabilidades da educação formal, tendo sido contemplado, em primeiro lugar, entre todas as propostas levantadas no Brasil para este edital.

O NortEJA foi desenvolvido a partir de 9 campus do IFNMG, precisamente em Almenara, Araçuaí, Diamantina, Janaúba, Januária, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni, alcançando outros municípios, comunidades urbanas, ribeirinhas, quilombolas, pessoas privadas de liberdade e estudantes fora do Brasil.

O objetivo do NorteEJA foi implementar cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), condizentes com as necessidades específicas de cada território. As formações abrangeram áreas como Recursos Naturais, Gestão e Negócios, Controle e Processos Industriais, Cultura e Design, Comunicação, Informação, Empreendedorismo, entre outras. Os cursos foram ofertados nas modalidades híbrida e presencial, com duração prevista no intervalo de 2 anos, no período de 2023 a 2025.

O campus Diamantina iniciou suas atividades em 2015, oferecendo cursos na modalidade a distância, em parceria com municípios da região, por meio de polos de apoio presencial, vinculados a programas federais, como a Rede e-Tec Brasil, o Profucionário e o Bolsa-Formação, voltados à democratização do acesso à educação pública (IFNMG, 2016).

Atualmente, o IFNMG mantém polos presenciais em Angelândia, Aricanduva, Capelinha, Carbonita, Datas, Diamantina, Itamarandiba, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto, Serro e Turmalina, estruturados por acordos de cooperação técnica que asseguram suporte pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades da Educação a Distância. Essa estrutura consolidou o campus como um polo articulador regional, capaz de integrar municípios por meio de ações que ampliam o alcance e a efetividade das políticas públicas de educação (IFNMG, 2023).

No segundo semestre de 2023, o campus de Diamantina recebeu do Projeto NorteEJA o desafio de abrir 120 vagas para o *Curso de Formação Continuada para Atuação em Educação de Jovens e Adultos(EJA) Integrada à Educação Profissional*, ofertado em 4 polos avançados nos municípios do alto Jequitinhonha, nas cidades de Capelinha, Diamantina, Itamarandiba e Presidente Kubitschek. Das 119 inscrições realizadas, 92 profissionais se formaram e estão sendo inseridos na modalidade EJA na Educação.

Tendo em vista uma formação crítica de professores para atuar na EJA, o curso contou com parceria técnica do Centro de Promoção da Saúde(CEDAPS), organização do Terceiro Setor que repassou sua tecnologia social – a Construção Compartilhada de Soluções locais, testada e adaptada para fortalecimento da EJA –, bem como a bibliografia que serviu de base para a produção dos Planos de Intervenção Pedagógica, exigido como resultado final deste curso.

O reconhecimento e a valorização das potencialidades e tecnologias presentes nos territórios brasileiros é o princípio que embasa o propósito do Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS). O fortalecimento de parcerias que visam potencializar e promover a saúde, a educação e a proteção social individual e coletiva das pessoas e das comunidades envolvidas em seus projetos é um compromisso dessa instituição.

Em atividade desde 1993, o CEDAPS atua para fortalecer e apoiar o aprimoramento das políticas públicas sustentáveis, tendo como elemento-chave a participação comunitária e a intersetorialidade como diretriz. O CEDAPS foi criado na cidade do Rio de Janeiro e atua, entre outras agendas, com a inclusão de jovens buscando elevar a escolaridade, criar oportunidades econômicas e socioculturais, somando esforços junto à educação popular no Brasil.

Em parceria técnica com o NorteEJA/IFNMG, o CEDAPS disponibilizou o acesso a metodologias assertivas, pautadas na experiência do Curso de Formação para Docentes da EJA, oferecido pelo Programa Jovens Construtores (PJC-Brasil) em parceria com a Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEJA/RJ) da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-Rio), em 2022. Parte dessa experiência foi compilada no livro *Sensibilidade e afetos da experiência docente: aproximações do Programa Jovens Construtores às práticas pedagógicas na Educação de Jovens e adultos*. O acordo assinado entre IFNMG e CEDAPS fortaleceu a presença de ações intersetoriais no NorteEJA e a contribuição dessa organização da sociedade civil na formação de profissionais para atuar na EJA.

O Programa Jovens Construtores (PJC) é uma iniciativa do CEDAPS em parceria com o *YouthBuild International* que, desde 2009, contribui para a formação pessoal e profissional de jovens em situação de maior vulnerabilidade social e material, impactando diretamente a vida desses sujeitos, de suas famílias e de sua comunidade. O PJC oferece oportunidades de formação humana, política e técnica para os jovens, comprometendo-se com o impulsionamento da colocação dos concluintes/graduados na Educação e no mundo do trabalho, buscando inseri-los em um ecossistema em rede de proteção e cuidado. O programa é parte da Rede Internacional *Youthbuild*, presente em vários países e composta também pelas Escolas Alternativas dos Estados Unidos, onde se iniciou.

A metodologia Construção Compartilhada de Soluções Locais, desenvolvida pelo CEDAPS em iniciativas colaborativas e participativas junto ao público de jovens e adultos, enlaça o desejo estratégico da equipe de profissionais do IFNMG-Diamantina em entregar uma formação que impacte os territórios e faça a diferença na atuação dos professores e na vida dos sujeitos da EJA. Inspirados por essa metodologia, o curso ofertado possibilitou a modelagem de pedagogias de afetos, escuta qualificada de todos envolvidos na formação e o estímulo a proposição de planos de intervenção docentes que foram compilados em 3 livros destinados a orientar e esperar interações na EJA.

A educação popular não formal desenvolvida por instituições como o CEDAPS, há muito tempo, já assume responsabilidades na formação de profissionais capazes de desenvolver práticas ressocializadoras, referenciadas na pedagogia de Paulo Freire, Azoilda Loretto Trindade, entre outros. Tais ações buscam, de alguma forma, preencher lacunas da formação de professores da educação formal, mas sem a ideia de substituí-la. Ao contrário, a garantia de experiências que fortaleçam o domínio de práticas ressocializadoras e rebeldes devem sempre desaguar na escolarização. Há nas ações não formais de educação o entendimento político e emancipador de que a escolarização é conditio *sine qua non* para inclusão de qualquer sujeito em situação ou não de exposição à marginalidade.

A defesa pela escolarização plena e educação formal para todos requer profissionais altamente qualificados e preparados para os desafios educacionais do presente, capazes de fortalecer a importância social e a relevância da escola como lugar de aquisição

dos conhecimentos acumulados pela humanidade, portanto, o acesso a ela significa, consequentemente, inserção social, lugar sociabilidade e que expressa em si a educação formal, sendo mesmo a “[...] *força educativa que tudo domina*.” (Saviani, 2009, p. 21).

A aproximação de ações articuladas entre instituições públicas e do Terceiro Setor, como o CEDAPS e o IFNMG por meio do NorteEJA, é um exemplo exitoso em como somar forças ao processo de formação de professores, ampliando as experiências exitosas necessárias para os desafios da educação formal. A EJA só se fortalece com formações mais amplas e dinâmicas, que prepara profissionais para os desafios do presente.

A experiência da parceria celebrada entre o NorteEJA/IFNMG e o CEDAPS no Campus de Diamantina, em 2023, deu tanto certo, que o acordo de parceria se ampliou para todos os cursos oferecidos pelo NorteEJA, desde 2024. Os ajustes metodológicos na forma como abordar os estudantes, o estímulo a pedagogias de afetos, escuta qualificada, ações em cooperação entre estudantes e professores fortaleceram o processo pedagógico, aumentaram a taxa de retenção dos estudantes, elevando o quantitativo dos concluintes nos cursos. Essa celebração revela a potência e importância dessa parceria na formação de professores por meio da educação continuada geralmente oferecida pelas instituições da educação formal.

Considerações Finais

Diante das reflexões e análises apresentadas ao longo deste artigo, reafirma-se a importância de somar esforços para o fortalecimento da EJA no Brasil. Nesse sentido, a aproximação dos acúmulos pedagógicos e metodológicos da educação não formal somadas aos investimentos da qualificação profissional da educação formal revela-se potente e promissora para o enfrentamento dos desafios históricos da EJA. Ao favorecer práticas educativas mais contextualizadas e sensíveis às realidades territoriais, essa aproximação contribui para a permanência, o engajamento e o êxito dos estudantes, reafirmando a EJA como um campo fundamental para a garantia do direito à Educação ao longo da vida.

Contribuir na formação dos professores para atuarem na EJA, de forma crítico-reflexivo, é de extrema importância para a transformação cidadã e para a desmistificação da realidade de hierarquias sociais que a falta de acesso à educação perpetua na sociedade. É preciso estarmos atentos aos repertórios e experiências que os espaços não formais de educação têm criado na formação de professores, com pedagogias mais livres e ousadas para estimular conhecimentos que provoquem nos estudantes da EJA rebeldias diante suas condições educacionais e de seus ciclos de vulnerabilidades, abrindo espaços para pensamentos críticos mais criativos e concretos, ancorados na prática social.

A experiência da parceria celebrada entre o NortEJA/IFNMG e o CEDAPS inspira e abre caminhos que podem e devem ser trilhados por instituições educacionais e da sociedade civil por todo o Brasil. Essa articulação fortalece a formação de professores e amplia alinhamentos metodológicos capazes de reter e engajar os estudantes da EJA. Partindo dessa constatação vivenciada no NortEJA, as organizações da sociedade civil, em seu exercício na Educação não formal, tem muito a somar e contribuir na construção conjunta de caminhos que possam levar os estudantes da EJA a esperar e, por decorrência, ousar a romper com os ciclos de opressão e desigualdade educacional ainda persistentes sobre eles.

Referências

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2005, p. 19-50.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB nº 11/2000**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília. Diário Oficial da União. 10 de maio de 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB. nº 9.394/1996**. BRASIL.

CEDAPS. **Sensibilidades e afetos da experiência docente** [livro eletrônico]: ações pedagógicas transformadoras da Educação de Jovens e Adultos / organização Juliano Gonçalves Pereira, Marina de Freitas Garcia. 1. ed. Rio de Janeiro, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOHN, M. da G.. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

INSTITUTO FEDERAL NORTE DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Montes Claros-MG. IFNMG, 2016. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao>. Acesso em: 10 out. 2025.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2024/2028**. Montes Claros-MG. IFNMG, 2023. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/elaboracao-do-pdi-2024-2028>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**, para quê. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, J. Os desafios da Educação no tempo presente no lugar da EJA: de que educação estamos falando? In: COSTA, R. P.; VIANNA, V. M. **Entrelaçando olhares por uma educação planetária**. Rio de Janeiro, Caetés. 2014. p. 77-106.

PEREIRA, A. **A educação não formal e educação social na ordem do dia**: entre conflitos e possibilidades educativas. *Metáfora Educacional*. Feira de Santana-BA, n. 15, p. 129-148, jul. – dez. 2013. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4699149.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. Os sujeitos da EJA e da Educação Social: as pessoas em situação de vulnerabilidade social. **Revista Práxis Educacional**. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/4673/3674>. Acesso em: 10 out. 2025.

SAVIANI, D.. Entrevista: A educação fora da escola. **Revista de Ciências da Educação**. UNISAL, Americana-SP, ano XI, n. 20, p. 17-27, 1º Semestre/2009.

VIEIRA, V.; BIANCONI, M. L.; DIAS, M.. Espaços não formais de ensino e o currículo de Ciências. **Ciência e Cultura**, São Paulo, n. 4, oct. /dec, 2005.

CAPÍTULO 4

NortEJA

JANAÚBA

EDUCAÇÃO QUE INCLUI, QUALIFICA
E TRANSFORMA: a experiência do
Projeto NortEJA no IFNMG – Campus
Janaúba

Viviane Mangabeira Ormundo¹
Bruna Tatianne Moura de Queirós²

1 Especialista em Redes de Computadores pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB); Técnica de Tecnologia da Informação no IFNMG – Campus Janaúba. E-mail: viviane.ormundo@ifnmg.edu.br

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Assistente Social do IFNMG – Campus Janaúba. E-mail: bruna.queiros@ifnmg.edu.br

Introdução

A Educação é direito de todos e dever do Estado, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988, no rol dos direitos sociais. A Carta Magna prevê que a Educação Básica, que compreende a pré-escola, o ensino fundamental e o médio, deva ser ofertada de modo obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos de idade. Contudo, em um cenário marcado pelas desigualdades sociais e econômicas, como é o caso do brasileiro, há muitos fatores que dificultam e/ou inviabilizam o acesso e/ou permanência à escola desse público. Entre eles, podem-se destacar a gravidez na adolescência, o trabalho infantil, e outros que incidem negativamente na trajetória escolar, sobretudo, da população mais vulnerável.

Diante desse contexto de desigualdades, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é pensada com o objetivo de garantir que a Educação Básica também possa ser ofertada àqueles sujeitos que não tiveram acesso à escola na idade certa ou que não conseguiram terminar os estudos, de modo a minimizar o problema de baixa escolarização da população brasileira e, por conseguinte, os seus impactos.

Para a materialização da EJA, diversas iniciativas foram criadas. No âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foco deste trabalho, 2 ganham destaque: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o Projeto NORTEJA, iniciativas que conjugam a oferta de Educação Básica e Qualificação Profissional, detalhadas adiante.

Nesse sentido, considerando a relevância da EJA para a inclusão social e educacional de um público historicamente excluído do sistema educacional, bem como o contato direto e contínuo de uma das pesquisadoras deste artigo com o Projeto NORTEJA, esta pesquisa se propõe a estudá-lo, com o objetivo de analisar os desafios enfrentados para a sua operacionalização e os resultados obtidos com a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Vendedor, Microempreendedor Individual (MEI), Operador de Computador e Formação de Professores para Atuação na EJA, ofertados pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Janaúba.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende contribuir para o debate acadêmico e institucional sobre a efetividade das políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, oferecendo reflexões que possam orientar a melhoria contínua de programas e projetos que atendam esse público-alvo.

IFNMG – Campus de Janaúba e a EJA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, criadas por meio da Lei Federal nº 11.892 de 2008. Suas origens remontam o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, que, após passarem por sucessivas transformações, deram origem às Escolas Agrotécnicas e aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) - (ManfredI, 2002).

O campus Janaúba, *lócus* da presente pesquisa, é parte integrante do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Fruto da integração do CEFET de Janaúria e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas, o IFNMG conta atualmente com 12 campi: Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Janaúria, Janaúba, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha, Salinas, Teófilo Otoni e 1 campus quilombola na cidade de Minas Novas (em processo de implantação).

O IFNMG – Campus Janaúba está localizado no norte de Minas Gerais, no território da Cidadania da Serra Geral, abrangendo 2 unidades: o **Campus I**, localizado na Rodovia MG 401, nº 5.525 (saída para Jaíba), com uma área de 20 hectares, e o **Campus II**, situado na Avenida Brasil, nº 334, no Centro da cidade, com uma área de 360 m². O território da Cidadania da Serra Geral tem uma área de abrangência de 21.711,619 Km²; reúne 17 municípios e conta com uma população de 293.142 habitantes, distribuída entre os municípios que o compõe: Janaúba, Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Mamonas, Mato Verde, Matias Cardoso, Monte Azul, Montezuma, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados, Santo Antônio do Retiro, Serranópolis de Minas e Verdelândia. Janaúba se apresenta como a cidade mais populosa da região, com 70.699 habitantes (IBGE, 2022).

O campus Janaúba iniciou suas atividades no ano de 2014, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – cursos de qualificação profissional de curta duração. No ano de 2016, teve início o primeiro curso de educação profissional técnica de nível médio – o Curso “Técnico em Informática para a Internet”, integrado ao Ensino Médio, com duração de 3 anos.

A primeira experiência do campus Janaúba com o público da EJA foi no ano de 2018, na abertura do Curso de Educação profissional técnica de nível médio de Agente Comunitário de Saúde, implantado em decorrência do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O referido programa é criado em 2006, por meio do Decreto nº 5.840, que estabelece que as instituições federais de educação profissional implantem

o PROEJA até o ano de 2007, e ainda, que disponibilizem no mínimo 10% das vagas de ingresso para o desenvolvimento de cursos e programas de:

I – Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores: cursos desenvolvidos de modo articulado ao Ensino Fundamental ou Médio;

II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a ser ofertada nos modos citados.

- » Concomitante: o(a) aluno(a) cursa o Ensino Médio em uma instituição externa e o ensino profissionalizante no Instituto Federal de Educação.
- » Integrado: o(a) aluno cursa o Ensino Médio e Profissionalizante no Instituto Federal.

O curso ofertado no campus Janaúba vinculado ao PROEJA foi desenvolvido de forma integrada, teve a duração de 3 anos e obteve grande destaque na região com uma turma de 40(quarenta) alunos. Porém, com a criação de outro curso na área da Saúde, o Curso Técnico em Vigilância em Saúde Integrado ao Ensino Médio (VISA), o PROEJA deixou de ser ofertado, considerando o aumento da carga horária dos docentes que passaram a atuar no VISA.

Outra iniciativa voltada à Educação de Jovens e Adultos e desenvolvida no campus foi o Projeto NortEJA, fruto do Edital de chamamento público nº 17/2022, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que dispôs sobre a Adesão ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (Programa EJA Integrada – EPT). O chamamento público teve por objetivo apoiar projetos que pudessem contribuir com o cumprimento da meta 10 do Plano Nacional de Educação, pautada pela integração da Educação Profissional à Educação de Jovens e Adultos. As propostas deveriam incluir a oferta de cursos de qualificação profissional articulados com o Ensino Fundamental e/ou Médio, bem como aqueles voltados para a formação de profissionais para atuação na EJA (docentes, técnicos e gestores).

O IFNMG fez a submissão da proposta denominada “NortEJA” e foi contemplado para executar o projeto. No campus Janaúba, o projeto foi desenvolvido por meio da oferta de 4 cursos na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), sendo 3 cursos presenciais: Vendedor, Microempreendedor Individual e Operador de Computador; e um curso na modalidade a distância: o curso de Formação de Professores para Atuação na Educação de Jovens e Adultos. Esses cursos serão objetos de análise deste artigo.

Metodologia

A avaliação da operacionalização do Projeto NortEJA no território do IFNMG Campus-Janaúba foi conduzida por meio da conjugação de métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa, combinando levantamento bibliográfico e documental.

Inicialmente, foi realizado um levantamento estrutural dos cursos ofertados pelo campus, contemplando sua proposta original e as adaptações implementadas para atender à realidade local. Esse levantamento utilizou informações contidas nos Relatórios Finais de cada curso, bem como nos registros institucionais. Ademais, foram analisados os esforços de mobilização de toda a equipe, a abrangência das campanhas de promoção dos cursos nas Escolas Estaduais e Municipais e os resultados das inscrições para os cursos presenciais e on-line.

Buscou-se identificar os impactos gerados pela implantação dos cursos, os desafios para a sua operacionalização e os resultados obtidos com a oferta. Para tanto, utilizaram-se análises de documentos institucionais, entre estes, os relatórios dos cursos, extraíndo, a partir destes, inclusive depoimentos de estudantes sobre a experiência vivida. Utilizou-se também levantamento bibliográfico.

Os cursos presenciais ofertados por meio do NortEJA foram escolhidos levando em consideração o arranjo produtivo local. A região de Janaúba destaca-se pelas atividades do Setor Terciário, particularmente no comércio especializado da fruticultura, no comércio varejista e serviços. Portanto, visando atender ao público que atua ou pretende atuar nesse setor, decidiu-se por ofertar cursos atrelados aos eixos tecnológicos em Gestão e Negócios e Informação e Comunicação, objetivando atender a área do comércio regional. Assim foram ofertados os cursos Vendedor, Microempreendedor Individual (MEI) e Operador de Computador. Todos eles ocorreram aos sábados, no período vespertino, para que pudesse oportunizar a participação de um maior número de alunos.

Em relação ao curso virtual de Formação Continuada para a Atuação na Educação de Jovens e Adultos, ele foi ofertado juntamente com os campi de Almenara, Arinos, Januária e Teófilo Otoni, considerando a necessidade de profissionais qualificados para atuar com o público da EJA.

Durante a implementação do NortEJA, foi mobilizada uma equipe multidisciplinar essencial para garantir a qualidade das atividades e o alcance dos objetivos propostos. A equipe foi composta por 1(a) coordenador(a) adjunto¹, 1 coordenadora pedagógica, um profissional de apoio pedagógico e outro de apoio de secretaria, bem como pelos professores.

¹ Houve 3 coordenadores durante a execução dos cursos. A primeira, no período de setembro de 2022 a dezembro de 2023; o segundo, no período de dezembro de 2023 a novembro de 2024 e, por fim, uma das pesquisadoras deste artigo assumiu a coordenação no período de novembro de 2024 a março de 2025. Até então atuava como apoio à secretaria.

A divulgação dos cursos foi realizada por meio das redes sociais do IFNMG, bem como por meio de visitas da equipe às escolas municipais e estaduais ofertantes da EJA, nas cidades de Janaúba e também de Nova Porteirinha, cidade limítrofe daquela – motivo pelo qual também foi escolhida. Nas visitas às escolas, foi feito contato inicial com os(as) Diretores(as), momento em que foi solicitada a autorização para realização da divulgação dos cursos nas salas de aula. Após a autorização, a equipe se deslocava até o local e divulgava os cursos, a metodologia de trabalho, a grade curricular, o horário das aulas, bem como o link para a realização da pré-inscrição. Esse link também foi divulgado no site e no Instagram do IFNMG – Campus Janaúba. Por meio do link, os alunos acessaram um formulário em que inseriram seus dados pessoais e informações de contato, manifestando interesse em um dos cursos disponíveis.

Após a fase de pré-inscrição, a seleção dos alunos seria realizada por meio de sorteio. No entanto, considerando que o número de candidatos foi inferior ao número de vagas, todos os interessados que preencheram o formulário de pré-inscrição foram convocados para realizar a matrícula presencialmente no IFNMG.

Durante o período de matrícula, a equipe manteve o trabalho de divulgação junto às escolas, permitindo que novos alunos se matriculassem – mesmo sem terem realizado a pré-inscrição – com o objetivo de atingir o número de vagas ofertadas. Contudo, apesar de ter aumentado o número de inscritos, ainda sobraram vagas ociosas, como será detalhado adiante.

Desafios e impactos na execução dos cursos do Projeto NortEJA

Oferta x Procura na EJA

Foram ofertadas 40 (quarenta) vagas para cada um dos 3 cursos presenciais do Projeto NortEJA. Para a inscrição nestes, havia a exigência mínima de o(a) aluno(a) estar cursando o Ensino Fundamental. Para o Curso de Vendedor, o(a) aluno(a) deveria estar matriculado a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e para o curso de MEI, a partir do 4º ano. Ambos os cursos foram ofertados simultaneamente, no período de agosto de 2023 a julho de 2024, com carga horária de 200 horas. Após a finalização deles, houve a oferta do Curso de Operador de Computador, cuja exigência era que o(a) candidato(a) estivesse matriculado a partir do 4º ano do Ensino Fundamental, com duração de 4 meses (agosto a novembro de 2024) e carga horária de 160 horas.

O curso a distância de formação de professores, diferente dos demais, ofertou 2 turmas. A exigência para a inscrição era que o(a) candidato(a) estivesse cursando ou concluído uma graduação (em qualquer área). Para a primeira turma foram disponibilizadas 70 (setenta) vagas. Ela ocorreu no período de outubro de 2023 a março de 2024 e teve carga horária de 160 horas. Para a segunda, houve a oferta de 50 vagas,

porém, como o número de matrículas superou as expectativas, houve uma ampliação para 132 (cento e trinta e duas) vagas. O curso ocorreu no período de maio a outubro de 2024 e teve carga horária de 200 horas.

Ao realizarmos a comparação entre o número de vagas ofertadas e o número de matrículas efetivadas, observamos que na fase de pré-matrícula (para os cursos que tiveram), o número de pessoas que fizeram inscrição para os cursos foi baixo. Houve um aumento desse quantitativo na fase de matrículas, conforme demonstrado por meio do quadro a seguir, o que denota o trabalho de busca ativa realizado pela equipe.

Quadro 1 – Tabela Resumida dos Resultados dos Cursos Ofertados

Curso	Vagas ofertadas	Pré-matrículas	Matrículas efetivadas
Vendedor	40	16	21
Microempreendedor Individual	40	14	27
Operador de Computador	40	Não houve	39
Formação de Professores para Atuação na EJA (1ª Oferta)	70	Não houve	36
Formação de Professores para Atuação na EJA (2ª Oferta)	50 +82	Não houve	132

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em registros acadêmicos.

Mesmo considerando o aumento final no número de matrículas, a discrepância entre oferta e procura dos cursos nos fez questionar sobre os motivos subjacentes a esse fenômeno. Nesse sentido nos propusemos a analisar os dados de matrícula na Educação Básica na EJA, nas escolas municipais e estaduais de Janaúba e Nova Porteirinha, já que, para realizar o curso no IFNMG, o(a) aluno(a) precisaria cursar a Educação Básica na modalidade EJA. Por meio das informações coletadas, observamos que há um reduzido número de alunos matriculados na Educação Básica na EJA em ambas as cidades e que há um decréscimo entre os anos de 2023 e 2024, conforme veremos a seguir.

Quadro 2 – Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Janaúba, nos anos de 2023 e 2024

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2023	109 alunos (56 em Escolas Estaduais Urbanas e 53 em Escolas Municipais Urbanas)	97 alunos (todos em Escolas Estaduais Urbanas)
2024	87 alunos (52 em Escolas Estaduais Urbanas e 35 em Escolas Municipais Urbanas)	85 alunos (todos em Escolas Estaduais Urbanas)

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP 2023, 2024) revelaram uma queda de 20% nas matrículas da EJA no Ensino Fundamental em Janaúba e de 12,4% no Ensino Médio. A mesma tendência foi observada no município de Nova Porteirinha, também atendido pelo campus de Janaúba, houve uma diminuição de 11% nas matrículas da EJA no Ensino Fundamental e de 13,3% no Ensino Médio.

Quadro 3 – Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Nova Porteirinha, nos anos de 2023 e 2024

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2023	55 alunos (6 em Escolas Estaduais Rurais e 49 em Escolas Municipais Urbanas)	15 alunos (11 em Escolas Estaduais Urbanas e 4 em Escolas Estaduais Rurais)
2024	49 alunos (6 em Escolas Estaduais Rurais e 43 em Escolas Municipais Urbanas)	13 alunos (todos em Escolas Estaduais Urbanas)

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Esse decréscimo no número de matrículas na EJA também foi observado em nível nacional. Conforme reportado pelo Jornal G1, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2023 (PNAD), identificou que o número de adultos matriculados na EJA caiu 7% entre os anos de 2022 e 2023, em um cenário em que 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos ainda não haviam concluído o Ensino Médio e não frequentavam nenhuma instituição de Educação Básica e em um país em que mais de 68 milhões de cidadãos não têm a escolarização básica.

Esses dados nos permitiram inferir que, apesar de ainda existir no cenário brasileiro, grande número de jovens e adultos público da EJA, há uma baixa procura por essa modalidade de ensino e, por conseguinte, um reduzido número de alunos que demandaram os cursos profissionalizantes do NortEJA, já que as ofertas estão intrinsecamente relacionadas.

É importante também lançarmos os olhares para os cursos com maior e menor procura, de modo a identificar os elementos que contribuem para tal, e assim obtermos subsídios para o planejamento de novas ofertas.

O curso com menor número de matrículas foi o de Vendedor. Notamos que essa situação pode estar associada à escolaridade exigida para o ingresso no mesmo (6o ano), maior que a exigida para os demais cursos presenciais (mínimo 4o ano). Observamos, no período de divulgação dos cursos e de realização de matrículas, que a maioria dos(as) candidatos(as) tinham escolaridade mais baixa que a exigida.

Em relação ao curso com maior procura, o de Operador de Computador, podemos inferir que esse fato se deu por se tratar de um curso solicitado pelos próprios alunos. Essa turma contou com 10 (dez) egressos dos cursos de Vendedor e Microempreendedor, que se manifestaram sobre a necessidade de oferta de cursos na área de Informática, já que tiveram a disciplina na grade curricular dos cursos realizados e gostariam

de aprofundar os seus conhecimentos. Nesse sentido, destacamos a importância de se ouvir a comunidade local, quando da implantação de novos cursos, para que haja uma maior aderência dos alunos.

Para além do ingresso, a permanência dos estudantes também precisa ser pensada, já que os dados informados demonstram que houve uma significativa evasão escolar no NortEJA, com exceção apenas do curso de Operador de Computador em que a incidência foi menor.

Quadro 4 – Número de Alunos Matriculados no NortEJA x Número de Alunos Concluintes

Curso	Matrículas Efetivadas	Alunos Certificados
Vendedor	21	5
Microempreendedor Individual	27	13
Operador de Computador	39	30
Formação de Professores para Atuação na EJA (1ª Oferta)	36	09
Formação de Professores para Atuação na EJA (2ª Oferta)	132	80

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em registros acadêmicos.

Como podemos observar, o Curso de Vendedor, assim como apresentou menor número de matrículas, foi também o que apresentou maior taxa de evasão (76,2%) entre os 3 cursos presenciais ofertados. O Curso de Microempreendedor Individual (MEI) registrou uma taxa de evasão inferior à do curso de Vendedor, porém ainda expressiva (51,9%). E o Curso de Operador de Computador se destacou pela maior procura e menor taxa de evasão (23,1%), e, por conseguinte, pela maior taxa de conclusão (76,9%). Acreditamos que o elevado índice de conclusão tenha relação com o fato de tratar-se de um curso demandado pelos alunos, como já mencionado.

Em relação aos alunos evadidos, observamos que nos 3 cursos, a idade média deles variou entre 30 e 38 anos, evidenciando uma maior tendência à desistência entre os alunos mais jovens.

Em relação aos concluintes, há uma variação no perfil etário, contudo percebemos que se trata de um público mais velho, se comparado com o perfil dos alunos que evadiram. No curso de Vendedor, a idade média dos concluintes foi de 36,2 anos, no de Operador de Computador foi de 41,4 anos, e no de MEI, os concluintes tinham idade média de 48,2 anos, a mais elevada entre os 3 três cursos.

Essas informações são úteis para entendermos o perfil dos alunos que evadem, bem como daqueles que se mantêm estudando e conseguem concluir o curso com êxito. Nesse sentido, faz-se necessário estudos que aprofundem tais discussões, sobretudo em relação aos motivos da evasão e sua relação com a faixa etária dos estudantes.

A permanência escolar e os desafios

Diante do alto índice de infrequência e, por conseguinte, da evasão nos cursos do NortEJA, diversas estratégias foram implementadas para incentivar a permanência dos alunos e minimizar o número de desistências. A principal ação desenvolvida foi a busca ativa semanal dos alunos faltosos, conduzida pela equipe de Apoio Pedagógico. Esse acompanhamento foi realizado por meio de diferentes abordagens, como contato via WhatsApp, ligações telefônicas e até mesmo visitas domiciliares, quando necessário. E ainda, busca ativa nas escolas onde os alunos estavam matriculados na EJA, por meio de uma comunicação direta com as instituições para entender melhor a situação de cada estudante.

Entre os motivos mais recorrentes da infrequência escolar destacamos: problemas familiares, necessidade de levar filhos para atividades extracurriculares (como aulas de capoeira), questões pessoais, viagens, problemas de saúde próprios ou de familiares, carga de trabalho excessiva e, em alguns casos, até prisão. Outro fator identificado foi a desmotivação, que, combinada com dificuldades pessoais, resultava na desistência gradativa do curso.

Muitos alunos asseguravam que ainda estavam interessados no curso e prometiam comparecer às aulas seguintes, no entanto, a reincidência nas faltas se tornava um padrão até que, eventualmente, declaravam a desistência.

Outra estratégia adotada em face das situações de infrequência foi a criação da premiação “Nota 10 em Frequência”. Mensalmente, os estudantes com menor quantidade de faltas eram premiados com uma pequena cesta básica. Além disso, houve também o sorteio de brindes entre os presentes, aumentando assim a participação ativa dos alunos.

Os alunos também se identificaram bastante com a parte prática dos cursos, o que, ao nosso olhar, se caracterizou como ponto positivo para a permanência. Um dos principais destaques foi a realização da Feira de Produtos e Serviços NortEJA, no Mercado Municipal de Janaúba. O evento oportunizou aos alunos a aplicação prática dos conceitos adquiridos em sala de aula, além de possibilitar a comercialização de produtos desenvolvidos por eles, proporcionando uma experiência concreta de inserção no mercado, tais como abordagem ao cliente, negociação de preço, divulgação dos produtos.

As aulas práticas foram essenciais para consolidar o aprendizado, permitindo que os alunos experimentassem situações que simulam o ambiente de trabalho. O curso também promoveu ações sociais, como a Campanha Natal Solidário, com doações de cestas básicas para os estudantes mais assíduos. Outro momento especial foi a homenagem ao Dia das Mães, reforçando valores de respeito e carinho no ambiente acadêmico.

Essas iniciativas não apenas complementam o currículo teórico, mas também contribuíram para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos, preparando-os de forma integral para os desafios do mercado de trabalho.

Como ponto negativo, destacamos o fato de os alunos não receberem nenhum auxílio financeiro da instituição, diferente de outros cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo IFNMG, como, por exemplo, aqueles vinculados ao Programa Mulheres Mil e Energife. O benefício faria uma grande diferença na vida dos estudantes e poderia contribuir para custear despesas de alimentação e transporte, pois a maioria dos alunos apresentava baixa renda.

Avaliação dos cursos sob a perspectiva dos alunos

Apesar das dificuldades, os resultados alcançados foram expressivos. Acreditamos que o projeto contribuiu significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico, pois proporcionou uma abordagem inovadora na oferta de cursos que conjugam tecnologia e capacitação profissional. O projeto NortEJA demonstrou como a educação continuada pode impactar positivamente a vida de jovens e adultos, ampliando suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e de desenvolvimento de práticas empreendedoras.

O NortEJA desempenhou um papel relevante na valorização e expansão da EJA, tanto no campus quanto na comunidade. As ações de divulgação realizadas em escolas – como visitas às salas de aula e parcerias com instituições municipais e estaduais – foram essenciais para aproximar o IFNMG da comunidade. O projeto também contribuiu para a inclusão social de jovens e adultos ao oferecer cursos de qualificação profissional para uma população com baixa escolaridade e, que, em razão disso, tem reduzidas as oportunidades de trabalho.

Extraídos dos Relatórios dos Cursos, temos os relatos de alguns(as) alunos(as) que evidenciam a importância deles para a formação pessoal e profissional.

A aluna N.B.F., de 28 anos, que concluiu o Curso de Vendedor e Microempreendedor, destacou que teve uma experiência enriquecedora, pois aprendeu muito ao longo do curso e que, graças aos conhecimentos adquiridos, conseguiu um bom emprego em uma grande rede de supermercados. Além disso, mencionou que sua comunicação melhorou significativamente, permitindo que se expressasse melhor com gerentes e colegas de trabalho. A aluna também ressaltou que perdeu o medo de abordar clientes, o que contribuiu para uma experiência profissional mais segura e gratificante. Por fim, fez questão de agradecer aos professores pela paciência e dedicação ao longo do curso.

A aluna P.S.R., de 28 anos, que concluiu os 2 cursos (Vendedor e Microempreendedor), destacou o impacto positivo da formação em sua trajetória profissional. Segundo ela, o curso foi uma experiência maravilhosa, trazendo conhecimentos essenciais para aprimorar as vendas em seu salão de beleza, onde desenvolve a atividade de manicure e pedicure. De acordo com a aluna, ela aprendeu a identificar os melhores investimentos, evitar gastos desnecessários e desenvolver estratégias eficazes de empreendedorismo e abordagem ao cliente. Além disso, ressaltou que o curso foi completo, abrangendo desde as etapas iniciais da venda até o atendimento ao cliente e a gestão de investimentos.

A aluna N.B.S., de 62 anos, do Curso de Microempreendedor, também compartilhou sua experiência e destacou o impacto positivo da formação. Ela afirmou que o curso foi extremamente enriquecedor, ajudando-a a lidar melhor com as pessoas e a superar sua timidez. Empolgada com os aprendizados, expressou ainda o desejo de continuar se aprimorando e realizando novos cursos.

O aluno J.C.J.S., de 25 anos, do Curso de Operador de Computador, relatou que a formação foi uma verdadeira “porta de entrada” para novas oportunidades. Ele destacou que, graças ao curso, já está iniciando novos aprendizados e sente ainda mais motivação para continuar se qualificando. Além disso, expressou sua gratidão aos professores pelo conhecimento adquirido e pelo incentivo ao seu desenvolvimento profissional.

Durante a cerimônia de entrega dos certificados, ocorreu um depoimento emocionante da aluna L.A.S., de 54 anos, do Curso de Microempreendedor. Ela relatou estar emocionada ao utilizar a beca pela primeira vez e destacou que aquela era sua primeira formatura.

O aluno E.S.A. do Curso de Formação de Professores destacou que sua participação no curso foi enriquecedora, especialmente pelos conteúdos atualizados e relevantes para a atuação na EJA. A abordagem de metodologias inclusivas e políticas públicas foi fundamental para seu aprendizado. Ele ressaltou que as metodologias ativas facilitaram a aplicação prática do conhecimento em sala de aula, além de a flexibilidade do curso ter permitido a conciliação com sua rotina de trabalho. A troca de experiências com outros participantes também foi um ponto positivo, contribuindo para seu crescimento profissional. No entanto, o estudante apontou que o curso poderia ter dado mais ênfase ao uso de tecnologias digitais no ensino e abordado de forma mais aprofundada os aspectos emocionais dos alunos da EJA. Além disso, considerou a carga horária intensa, o que dificultou a participação plena. Como sugestões, indicou a inclusão de um projeto final prático e o maior uso de tecnologias educacionais.

Os depoimentos reforçam, assim, a importância dos cursos para os alunos e o potencial inclusivo e transformador destes, na medida em que proporcionaram não apenas o acesso à qualificação profissional, mas também experiências marcantes na trajetória educacional e pessoal dos alunos. E, ainda, fornecem subsídios para repensar algumas práticas.

Considerações Finais

Podemos concluir, então, que o Projeto NortEJA, desenvolvido pelo IFNMG – Campus Janaúba, representou uma iniciativa significativa para a Educação de Jovens e Adultos na região. Os resultados alcançados evidenciam o impacto positivo na formação e na qualificação profissional dos participantes, contribuindo para a inserção no mercado de trabalho. A oferta de cursos presenciais e a distância permitiu atender a diferentes perfis de alunos, ampliando o acesso à Educação e promovendo também a inclusão social.

Dessa forma, o NortEJA reafirmou o compromisso do IFNMG com a promoção de uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.

Entre os produtos obtidos, destacam-se a capacitação profissional nas áreas de Vendedor, Microempreendedor Individual (MEI), Operador de Computador e Formação de Professores para atuação na EJA. O projeto proporcionou momentos de integração e valorização dos saberes dos participantes, fortalecendo o vínculo entre a instituição e a comunidade, a partir do desenvolvimento de diversas atividades, como, por exemplo, a Feira de Produtos e Serviços NortEJA.

Apesar dos pontos positivos, há que se destacar que o NortEJA enfrentou muitos desafios. O baixo número de matrículas na EJA na Educação Básica impactou negativamente na oferta dos cursos profissionalizantes, que tinham por exigência a matrícula na Educação Básica na modalidade EJA. Nesse sentido, destacamos que para novas ofertas do NortEJA é preciso pensar nesse condicionante e analisar o cenário educacional local. Caso contrário, é possível que em Janaúba não se consiga formar outras turmas do Projeto, nos moldes em que foi proposto inicialmente.

O baixo número de matrículas na EJA é um problema nacional. Vivemos em um país que luta para erradicar o analfabetismo e universalizar a Educação Básica, mas que tem uma alarmante quantidade de jovens e adultos, que ainda não concluíram a Educação Básica e que se encontram fora da escola. Nesse sentido, precisamos identificar quem são esses sujeitos e os motivos que os levam a tomar essa decisão, de modo que a EJA possa ser repensada, bem como outras políticas públicas possam ser desenvolvidas em face desse problema. Portanto, estudos que aprofundem tais discussões são necessários.

É preciso debruçarmos também nossos olhares sobre a permanência escolar e a evasão. Fica aqui a sugestão de realização de novas pesquisas. Identificar os fatores que contribuem para a permanência na EJA é de suma importância, bem como elucidar os motivos da evasão, para pensarmos em ações que possam minimizar o problema, já que observamos nesse estudo que o número de alunos evadidos foi muito expressivo no NortEJA. É preciso investigar a relação da evasão com a faixa etária dos alunos, considerando que neste estudo, houve uma maior incidência de evasão entre os alunos mais jovens.

Apesar dos desafios enfrentados pelo NortEJA, o projeto contribuiu para a verticalização do ensino, uma vez que alunos egressos fizeram outros cursos. Destacamos, inclusive, a necessidade de ouvir a comunidade, pois vimos que esse fator foi imprescindível para o sucesso, por exemplo, do Curso de Operador de Computador.

Sugerimos pensar, para novas ofertas, um Curso de Educação Profissional Técnica de nível médio, a ser ofertado de modo integrado, assim como foi desenvolvido, por meio do PROEJA, no Campus-Janaúba. Tal proposta se justifica ao considerarmos a possibilidade de atingir um maior número de pessoas, já que a exigência para a matrícula seria a conclusão do Ensino Fundamental. Por ser uma oferta de Educação Básica e profissionalizante, em turno único e na mesma instituição, o curso também otimizaria o tempo do(a) aluno(a), fator que precisa ser considerado, já que os(as) aluno(as) da EJA são jovens e adultos que, na maioria das vezes, têm várias demandas e ocupações, seja com os cuidados do lar, dos filhos e/ ou netos, o trabalho externo, entre outros.

Por fim, sugerimos também a disponibilização de um auxílio financeiro aos estudantes durante o desenvolvimento dos cursos, o que pode contribuir com a permanência escolar. A experiência tem sido positiva em outros programas e projetos da instituição e pode ser assertiva para o público da EJA.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1981**. Brasília- DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília-DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.

IFNMG. **Conheça o IFNMG**, 2025. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/perguntasfrequentes22018/17-portal/institucional/245-conheca>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de junho de 2006**. Institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 13 jun. 2006. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-5.840-de-13-de-junho-de-2006-239824>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Edital nº 17/2022. Adesão ao Programa de Apoio à Oferta da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional – **Programa EJA Integrada – EPT. 2022**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-basica/publicacoes/EDITALN17_2022EJAIntegrada.pdf.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resultados Finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais) – DOU anexo I e II**. Brasília, 2023 e 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SANTOS, E.; TENENTE, L. **Quase 9 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não concluíram a escola, apontam dados divulgados pelo MEC**. G1, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/02/22/censo-escolar-2023.ghtml>. Acesso em: 7 mar. 2025.

RELATÓRIO FINAL – **FIC VENDEDOR**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Janaúba, 2025.

RELATÓRIO FINAL – **FIC MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Janaúba, 2025.

RELATÓRIO FINAL – **FIC OPERADOR DE COMPUTADOR** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Janaúba, 2025.

RELATÓRIO FINAL – **FIC FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EJA (1ª Oferta)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Janaúba, 2024.

RELATÓRIO FINAL – **FIC FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EJA (2ª Oferta)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Janaúba, 2025.

RELATÓRIO FINAL **PROJETO NORTEJA – CAMPUS JANAÚBA**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Janaúba, 2025.

CAPÍTULO 5

NortEJA

JANUÁRIA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO
ESTRATÉGIA DE RESSOCIALIZAÇÃO:
UMA ANÁLISE DO CURSO DE
PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA PARA
RECUPERANDOS EM JANUÁRIA-MG

Francisco Farlei de Carvalho Lisboa¹

¹ Professor EBTT do IFNMG. Mestre em Educação. E-mail: francisco.lisboa@ifnmg.edu.br

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica voltada para pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade adequada. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EJA tem como finalidade assegurar o direito à Educação, considerando as características do público atendido, suas necessidades e experiências de vida, promovendo a inclusão social e o exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Além disso, conforme orientações do Ministério da Educação, a EJA contribui para a redução das desigualdades sociais ao possibilitar a retomada dos estudos por jovens, adultos e idosos. Essa modalidade valoriza os saberes prévios dos educandos e propõe práticas pedagógicas flexíveis e contextualizadas, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e adequado à realidade dos estudantes (BRASIL, 2000).

A Educação Profissional se configura como mecanismo de superação de desigualdades, promovendo oportunidades de trabalho e autonomia econômica. Segundo Machado (2010), a formação técnica não se restringe à aquisição de habilidades instrumentais, mas envolve processos formativos mais amplos, capazes de estimular autonomia, protagonismo e inserção social.

Em contextos prisionais, tais cursos assumem papel ainda mais expressivo, pois contribuem para a reconstrução de projetos de vida e para a ruptura de ciclos de exclusão. Estudos indicam que a participação em cursos profissionalizantes reduz a reincidência criminal e melhora a autoestima dos participantes (Onofre; Julião, 2013).

O debate sobre a ressocialização de pessoas privadas de liberdade tem ganhado espaço nos últimos anos, especialmente diante dos desafios estruturais do sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, reincidência e precariedade das condições de internamento. A Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) estabelece que a Educação é direito da pessoa presa, sendo instrumento fundamental para promoção da cidadania e para a reintegração social. Nesse sentido, projetos educativos desenvolvidos em parceria com instituições de ensino público se configuram como alternativas potentes na construção de políticas de inclusão.

Os Institutos Federais, enquanto instituições de educação profissional, científica e tecnológica, possuem papel estratégico na promoção de ações formativas para grupos vulneráveis. O IFNMG – campuspor meio do Programa NortEJA-Januária tem ampliado iniciativas no âmbito da educação prisional, com projetos que articulam extensão, formação profissional e políticas de cidadania. Entre tais iniciativas, destaca-se o Curso de Panificação e Confeitaria voltado a recuperandos do município.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Educação de Jovens e Adultos, em situação de privação de liberdade, deve ser integrada às redes públicas de ensino. Os Institutos Federais, portanto, tornam-se atores relevantes na implementação dessa política. Ao promover cursos no sistema prisional, o IFNMG contribui para o cumprimento de metas de inclusão e fortalecimento do direito à Educação.

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar essa experiência, discutindo seus resultados, seu impacto socioeducativo e o papel da Educação Profissional na promoção da ressocialização. Para tal, utiliza-se revisão bibliográfica, análise documental e observações realizadas durante o processo formativo.

Justifica-se pela relevância social, pois se trata de formação profissional para pessoas que estão à margem da Educação e inseridos em um cenário que não traz perspectivas positivas. Além de abordar uma temática essencial para aumentar o debate acerca das políticas públicas para a população carcerária.

Método

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa-descritiva com o objetivo de analisar a implementação e os resultados do curso de panificação e confeitaria, promovido em parceria entre o IFNMG e a APAC. Inicialmente, foi realizada a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e dos registros institucionais, permitindo compreender a organização do curso, os objetivos de aprendizagem, a carga horária e os recursos disponíveis aos internos. Segundo Cellard (2008, p. 45), *“a análise documental não apenas permite compreender a formalização das práticas institucionais, mas também revela as intenções subjacentes que orientam a construção e implementação de currículos e programas pedagógicos”*.

Em seguida, foi realizada a observação direta das atividades práticas e das interações no ambiente formativo, possibilitando acompanhar o desenvolvimento das competências técnicas, a participação dos internos e a dinâmica de ensino-aprendizagem durante as aulas de panificação e confeitaria (Minayo, 2014). Paralelamente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre educação prisional e formação profissional, abordando aspectos legais, pedagógicos e sociais que fundamentam a Educação de pessoas em cumprimento de pena (Onofre, 2007; Julião, 2011).

Por fim, os dados coletados foram submetidos à análise descritiva, permitindo sistematizar as informações, identificar padrões nas práticas educativas e avaliar os impactos do curso na qualificação profissional e na reintegração social dos internos (Gil, 2019). A integração desses procedimentos metodológicos garantiu uma compreensão abrangente do curso, considerando tanto a perspectiva institucional quanto a experiência vivenciada pelos participantes, evidenciando os desafios e potencialidades da educação profissional no contexto prisional.

Resultados e discussões

O Curso de Panificação e Confeitaria é fruto de ações articuladas entre o IFNMG – Campus Januária, por meio do Programa NorteJA, e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Januária-MG. Essa parceria possibilita transporte interno, logística, segurança e acompanhamento pedagógico. Todas as aulas, teóricas e práticas, aconteceram na APAC. O apoio institucional garantiu condições adequadas para o desenvolvimento das atividades.

A carga horária total do curso foi de 200 horas e contemplou as seguintes disciplinas.

- » Fundamentos da panificação
- » Preparo de pães e massas básicas
- » Técnicas de confeitaria
- » Boas práticas de manipulação de alimentos
- » Higiene e segurança alimentar
- » Empreendedorismo noções de gestão e vendas

A metodologia adotada priorizou aulas práticas, demonstrativas e participativas, estimulando a autonomia e o trabalho em equipe. A APAC possui em sua estrutura física uma padaria com todos os equipamentos para a Panificação e Confeitaria.

Os recuperandos selecionados apresentavam diferentes níveis de escolaridade. A maioria já havia participado de cursos profissionalizantes anteriormente. Observou-se interesse pela área alimentar e disposição para aprender, elementos essenciais para o bom desempenho no curso.

O interesse pode ser confirmado pelo êxito do curso que teve 95% dos alunos participantes concluindo o curso. Os participantes demonstraram rápida aprendizagem de técnicas básicas de panificação. Notou-se evolução no manejo de utensílios, domínio de receitas, padronização de produtos e organização do ambiente produtivo.

A participação no curso impactou positivamente aspectos subjetivos dos recuperandos.

- » Fortalecimento da autoestima
- » Aumento da disciplina
- » Cooperação e respeito no ambiente coletivo
- » Desenvolvimento do senso de responsabilidade

Esses elementos se alinham ao que Onofre e Julião (2013) descrevem como “processo educativo emancipador”.

A panificação é um setor com grande demanda, o que amplia as possibilidades de empregabilidade após a liberdade. Além da possibilidade de trabalho formal, muitos manifestaram interesse em empreender pequenos negócios locais. A educação profissional, assim, torna-se ponte para reconstrução de trajetórias.

A atuação do IFNMG demonstra o potencial transformador das políticas de extensão, capazes de conectar educação pública e direitos humanos. O projeto se destaca como prática que efetiva políticas públicas e fortalece a função social das instituições federais.

Considerações Finais

O Curso de Panificação e Confeitaria ofertado pelo IFNMG, por meio do NortEJA, aos recuperando da APAC de Januária, reafirma a educação profissional como estratégia eficiente de ressocialização. A experiência evidencia impactos positivos tanto na formação técnica quanto nas dimensões subjetivas e sociais dos participantes.

Especificamente, a profissão de Padeiro e Confeiteiro estão com alta demanda do mercado, o que poderá ajudar os recuperandos a se inserir no mercado após o cumprimento da pena.

Recomenda-se a continuidade de cursos em outras áreas, implementação de novas turmas e fortalecimento de políticas institucionais permanentes.

O êxito do projeto aponta para a necessidade de integração contínua entre educação, políticas sociais e sistema prisional, garantindo que pessoas privadas de liberdade tenham acesso a oportunidades reais de reconstrução de suas vidas.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ministério da Educação (MEC).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília-DF: MEC, 2000.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, 1984.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014.

MACHADO, L. R. S. **Educação Profissional: desafios para a prática pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, J.; TONELI, M. J. **Educação nas prisões: tensões e possibilidades**. Florianópolis-SC: EdUFSC, 2018.

ONOFRE, E. M.; JULIÃO, E. F. (Orgs.). **Educação e trabalho no sistema prisional**. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CAPÍTULO 6

NortEJA PIRAPORA

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
um estudo sobre a percepção
discente no Instituto Federal do
Norte de Minas (IFNMG) – Campus
Pirapora

Jelson Luiz Dick¹

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela UFMG e UNIMONTES. Especialização em Administração Rural pela UFLA. Mestrado em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES. Professor do eixo de Gestão e Negócios do IFNMG. E-mail: jelsondick@ifnmg.edu.br

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino essencial para garantir o direito à Educação a indivíduos que não tiveram acesso à escolarização na idade convencional ou que precisaram interromper seus estudos. No Brasil, a EJA está amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), que assegura oportunidades educacionais a jovens e adultos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da cidadania. Atualmente, milhões de jovens e adultos brasileiros retomam os estudos por meio dessa modalidade, seja por exigências do mercado de trabalho, seja por motivações pessoais (BRASIL, 1996).

Assim, a EJA desempenha um papel fundamental na inclusão educacional de indivíduos que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino básico na idade apropriada. Trata-se de um instrumento indispensável para a democratização do conhecimento e para o desenvolvimento pessoal e profissional desses estudantes.

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, a EJA ainda enfrenta desafios significativos, como altas taxas de evasão escolar, metodologias de ensino inadequadas e a ausência de políticas públicas eficazes. Esses fatores impactam diretamente a percepção dos estudantes quanto ao processo de ensino-aprendizagem, influenciando sua motivação e sua permanência na escola.

Nesse contexto, compreender como os alunos da EJA avaliam sua experiência educacional é fundamental para identificar suas expectativas, dificuldades e sugestões de melhoria. Este estudo busca analisar esses aspectos, considerando fatores pedagógicos, sociais e emocionais, com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

Ademais, a pesquisa pretende evidenciar o papel transformador da EJA, não apenas na formação acadêmica, mas também no desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes, reforçando sua importância enquanto política pública de inclusão social.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre o processo de ensino-aprendizagem, considerando fatores pedagógicos, sociais e emocionais. Para alcançar esse objetivo, busca-se avaliar o impacto da Educação na trajetória profissional e social dos estudantes, bem como analisar a motivação que os levou ao ingresso e que contribui para a permanência na EJA. Além disso, pretende-se identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos ao longo do processo de aprendizagem, analisar a eficácia das metodologias de ensino utilizadas segundo a perspectiva dos estudantes e verificar a influência de fatores externos, como trabalho, família e condições socioeconômicas, na permanência dos alunos na EJA.

A pesquisa se justifica pela necessidade de promover uma educação inclusiva e de qualidade, alinhada às demandas sociais contemporâneas, além de ampliar o debate sobre a qualidade da Educação ofertada na EJA, oferecendo subsídios para a construção de estratégias que assegurem uma aprendizagem significativa e a maior permanência dos estudantes na escola.

A relevância deste estudo reside na busca por compreender as expectativas, dificuldades e motivações dos estudantes da EJA, contribuindo para o aprimoramento das práticas educativas. Além disso, a pesquisa destaca a importância dessa modalidade de ensino na redução das desigualdades sociais e na promoção da cidadania.

Entretanto, apesar da sua relevância, a EJA enfrenta problemas persistentes, como a evasão escolar, a inadequação de metodologias e a carência de políticas públicas efetivas. Nesse cenário, compreender a percepção dos estudantes sobre o processo de ensino-aprendizagem se torna essencial para propor melhorias que atendam adequadamente às suas necessidades.

Segundo Freire (1987), a Educação deve ser um ato libertador, permitindo aos indivíduos a construção de sua autonomia e a compreensão crítica do mundo. Dessa forma, compreender a percepção dos estudantes da EJA é essencial para avaliar se essa educação tem cumprido esse papel.

Método

A pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica, aplicação de entrevistas e de questionários semiestruturados a estudantes matriculados no Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Vendedor e vinculados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Pirapora, no âmbito do Projeto NortEJA. Esse projeto é fruto de uma parceria entre o IFNMG e a Superintendência Regional de Ensino de Pirapora, destinado a alunos concluintes do Ensino Médio. A abordagem qualitativa permitiu uma compreensão aprofundada das percepções dos estudantes.

Os dados foram coletados no período de janeiro a março de 2025, possibilitando a identificação dos principais fatores motivacionais, como o desejo de obter melhores oportunidades de trabalho e a valorização da Educação. Entretanto, os desafios também se mostraram evidentes, destacando-se as dificuldades financeiras e a falta de apoio familiar.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), com a identificação de categorias emergentes relacionadas às motivações, dificuldades e expectativas dos estudantes seguiu uma abordagem descritiva, contemplando a frequência relativa das respostas e a identificação de padrões qualitativos nas respostas.

A interpretação dos resultados foi fundamentada em referenciais teóricos contemporâneos da área da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O levantamento de dados primários ocorreu por meio de questionário eletrônico, aplicado aos estudantes do curso de formação para vendedores ofertado pelo IFNMG – Campus Pirapora.

O questionário abrangeu questões organizadas em blocos temáticos: características sociodemográficas (faixa etária, gênero, renda e situação ocupacional), motivações para a matrícula e avaliação do curso (qualidade geral, metodologia de ensino, infraestrutura, acolhimento e preparação profissional).

A presente pesquisa apresenta como principal limitação metodológica a delimitação geográfica e populacional, uma vez que se restringiu à análise de uma única turma do curso, o que naturalmente compromete a possibilidade de generalização dos resultados. Todavia, a especificidade e a profundidade dos dados qualitativos coletados, em consonância com a natureza da abordagem qualitativa empregada, conferem substancial relevância científica aos achados.

Resultados e discussões

Os participantes pertenciam majoritariamente à faixa etária de 18 a 25 anos, sendo o gênero feminino predominante. A renda familiar se situava, em grande parte, entre 1 e 2 salários-mínimos, e muitos estudantes apresentavam situação ocupacional de trabalho informal ou desemprego. O perfil dos estudantes revela a predominância de trabalhadores jovens e adultos de baixa renda, reafirmando o apontado por Arroyo (2005) sobre a centralidade do trabalho na vida dos educandos da EJA. A necessidade de conciliação entre jornada de trabalho extensa e estudo é uma das principais causas de evasão, como também discutido por Torres (2005).

Esses dados corroboram estudos que apontam a vulnerabilidade econômica como um dos fatores determinantes para a inserção na EJA (Arroyo, 2005; Di Pierro, Joia & Ribeiro, 2001). Entre os principais motivos apontados para matrícula no Curso de Vendedor estavam a busca por formação e qualificação profissional, melhores oportunidades no mercado de trabalho, realização pessoal e valorização social. A escolha pela EJA, por sua vez, relacionou-se, principalmente, à possibilidade de retomar os estudos e à necessidade de obtenção de certificação educacional. Esses dados corroboram estudos de Di Pierro *et al.* (2001), que identificam a Educação como instrumento de transformação pessoal e profissional.

A maioria dos alunos classificou a qualidade do curso como boa ou excelente. Destacaram-se positivamente os conteúdos abordados, considerados aplicáveis ao cotidiano e à prática profissional de vendas. Os métodos pedagógicos, envolvendo aulas teóricas e atividades práticas, foram avaliados como facilitadores do aprendizado. Contudo, parte dos alunos sugeriu a inclusão de mais dinâmicas práticas e atividades de simulação de vendas.

Os estudantes valorizam relações pedagógicas baseadas no diálogo e respeito mútuo, conforme defendido por Freire (1996). Práticas pedagógicas dinâmicas e contextualizadas são preferidas em detrimento de metodologias tradicionais. Haddad e Di Pierro (2000) também ressaltam a necessidade de currículos flexíveis que valorizem os saberes prévios dos educandos.

A infraestrutura do campus foi, em geral, considerada adequada às necessidades do curso, embora algumas menções tenham apontado limitações em recursos laboratoriais específicos. O acolhimento institucional foi bem avaliado: a maioria dos estudantes relatou sentir-se respeitada e apoiada tanto por docentes quanto por funcionários administrativos. Após a conclusão do curso, a maioria dos alunos relatou se sentir preparada para atuar na área de Vendas. Um número expressivo afirmou que recomendaria o curso a outras pessoas, evidenciando a percepção positiva da formação recebida.

Os relatos indicam melhorias na autoestima, perspectivas de ascensão profissional e fortalecimento do projeto de vida dos estudantes. A Educação é reconhecida como meio de transformação pessoal e social, reafirmando a concepção de educação libertadora proposta por Freire (1996) e reforçada por Moll (2010).

Entre os desafios relatados, destacam-se a falta de tempo, as dificuldades financeiras e a inadequação das metodologias de ensino. Freire (1996) já denunciava que práticas descontextualizadas alienam o aluno trabalhador, reforçando sentimentos de exclusão e fracasso. Além disso, outras dificuldades apontadas se referiram à conciliação de estudos com trabalho e responsabilidades familiares, distância percorrida até o campus e falta de recursos financeiros para transporte e alimentação. Essas barreiras refletem desafios clássicos da permanência na EJA (Paiva, 2019).

Considerações Finais

A percepção dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia a relevância da oferta de conteúdos voltados à formação e qualificação profissional para essa modalidade de ensino, para a inclusão social e a melhoria das condições de vida. Apesar dos avanços, permanecem desafios significativos, como a necessidade de maior suporte pedagógico, a infraestrutura adequada e a adoção de estratégias de ensino inovadoras.

Este trabalho demonstrou que a percepção dos estudantes sobre o processo de ensino-aprendizagem é influenciada por múltiplos fatores, abrangendo aspectos sociais, pedagógicos e emocionais. Destaca-se a importância da valorização das experiências dos alunos e da adaptação das metodologias de ensino para promover o êxito educacional.

Os resultados indicam uma elevada taxa de satisfação geral (65%), em consonância com as concepções de Freire (1996) acerca da importância da motivação e do sentimento de pertencimento no processo de aprendizagem. Todavia, a insatisfação com a infraestrutura (20%) evidencia a necessidade de melhorias, conforme apontado por Arroyo (2012) ao discutir as condições materiais da escola para adultos. O impacto profissional positivo relatado por 70% dos estudantes reforça a função social emancipadora da EJA, como discute Haddad (2007), e evidencia o papel fundamental da qualificação profissional na transformação das trajetórias de vida dos estudantes.

Os estudantes da EJA enfrentam múltiplos desafios: conciliação entre trabalho e estudo, dificuldades financeiras e sentimento de exclusão. A motivação para estudar inclui a busca por melhores oportunidades profissionais, realização pessoal e influência familiar. A interação professor-aluno é crucial para a permanência, sendo valorizada a escuta ativa e a contextualização dos conteúdos. Sugere-se, ainda, a aplicação de metodologias dinâmicas e inclusivas, a flexibilização de horários, o uso de tecnologias e a formação continuada de docentes para melhoria da EJA.

A análise dos dados revelou que o curso de formação para vendedores, ofertado no âmbito da EJA pelo IFNMG – Campus Pirapora, foi bem avaliado, especialmente quanto à aplicabilidade dos conteúdos, à metodologia adotada e ao acolhimento institucional. No entanto, dificuldades extrínsecas ao ambiente escolar, como a necessidade de conciliar estudo e trabalho, persistem como barreiras à permanência e ao sucesso escolar.

A motivação dos estudantes para a continuidade dos estudos está frequentemente associada à busca por melhores condições de vida, realização pessoal e valorização social. Ainda, assim, fatores como o trabalho informal e as condições socioeconômicas desfavoráveis representam obstáculos consideráveis. Nesse sentido, a qualificação profissional oferecida pela EJA se configura como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento da cidadania e para a promoção da transformação social, permitindo aos estudantes novas perspectivas no mercado de trabalho e contribuindo para a superação das desigualdades sociais.

Nesse contexto, recomenda-se a implementação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização da EJA, com investimentos que garantam melhores condições de permanência e conclusão dos estudos. Tais políticas devem contemplar o fortalecimento do suporte pedagógico, melhorias na infraestrutura escolar e práticas educativas que reconheçam e respeitem os saberes prévios dos estudantes.

Ademais, sugere-se a ampliação de estratégias pedagógicas inovadoras e a flexibilização das práticas educacionais, com o uso de tecnologias e a formação continuada de docentes, a fim de atender às necessidades específicas desse público.

Pesquisas futuras poderão aprofundar a análise de práticas pedagógicas eficazes e explorar estratégias que potencializam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes da EJA, consolidando essa modalidade como instrumento efetivo de transformação social, promoção de qualificação profissional e emancipação cidadã.

Referências

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. São Paulo: Papirus, 2005.

_____. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

ARROYO, M. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **LDB nº 9.394/96**. Brasília-DF: Senado Federal, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília-DF: MEC/SECADI, 2013.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, A.; RIBEIRO, V. M. **Educação de Jovens e Adultos**: construindo uma proposta para o município de São Paulo. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

_____. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos**: novos leitores, novos autores. São Paulo: Global Editora, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 85-98, 2000.

MOLL, J. **Educação de Jovens e Adultos**: processos, saberes e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

TORRES, R. M. **Educação de adultos**: um campo e vários desafios. Brasília-DF: UNESCO, 2005.

CAPÍTULO 7

NORTEJA

PORTEIRINHA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
impactos da pandemia nas
matrículas e o programa NortEJA em
Porteirinha-MG

Guilherme Tarcísio Leal¹
Maria Rosemary de Oliveira²

1 Mestre em Eng. Biomédica. Professor da Educação Básica no IFNMG. E-mail: guilherme.leal@ifnmg.edu.br.

2 Mestre em Educação. Professora da Educação Básica na SEE. E-mail: mro.rosemary@gmail.com

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade essencial para garantir o direito à Educação de indivíduos que não puderam completar seus estudos na idade adequada (Arroyo, 2017). No Brasil, a demanda por EJA ainda é expressiva, dado o elevado número de pessoas que não concluíram a Educação Básica.

A análise da oferta e da demanda pela EJA é fundamental para compreender a relação entre o direito à educação e as políticas públicas implementadas (Crítica Educativa, 2024). Dados recentes indicam que a redução das matrículas na EJA reflete não apenas a falta de interesse da população, mas também a ausência de iniciativas governamentais que incentivem a permanência dos estudantes nessa modalidade (Rummert & Almeida, 2021). Estudos apontam que, em diversos estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, às políticas públicas voltadas à EJA têm sido insuficientes para garantir a continuidade da Educação dos Jovens e Adultos.

O Artigo “Educação de Jovens e Adultos: impactos da pandemia nas matrículas e o Programa NortEJA em Porteirinha-MG” é resultado das indagações, experiências, buscas e compreensões vivenciadas ao longo do período de concepção e realização das atividades no programa. Diante das dificuldades de implantação, por ser curso que exigia a realização concomitante ao ensino de EJA regular, da verificação de uma limitada oferta e existência de uma grande demanda, os autores foram instigados a compreender aspectos significativos da realidade que envolvem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no referido município. Considerando os impactos da pandemia, o programa NortEJA e as dinâmicas de matrículas, este artigo apresenta uma análise das tendências e oscilações nas matrículas de alunos, relacionando-as ao contexto socioeconômico e às estratégias implementadas para mitigar os efeitos negativos no acesso à Educação de Jovens e Adultos.

Este estudo é considerado muito relevante, pois analisa uma realidade contraditória a da educação. No contexto de análise, há um grande número de estudantes que concluiu o Ensino Fundamental e Médio, contudo há grande redução do número de matrículas e limitada oferta dessa modalidade para a EJA. Entendendo a Educação como direito humano fundamental, é possível afirmar que tem ocorrido, na realidade pesquisada, uma grande exclusão social e que a correção dessa lacuna estudantil só seria possível com a criação e permanência de políticas educacionais inclusivas e adaptativas para enfrentar os desafios emergentes no cenário pós-pandemia.

O Impacto da Pandemia da Covid-19 na EJA

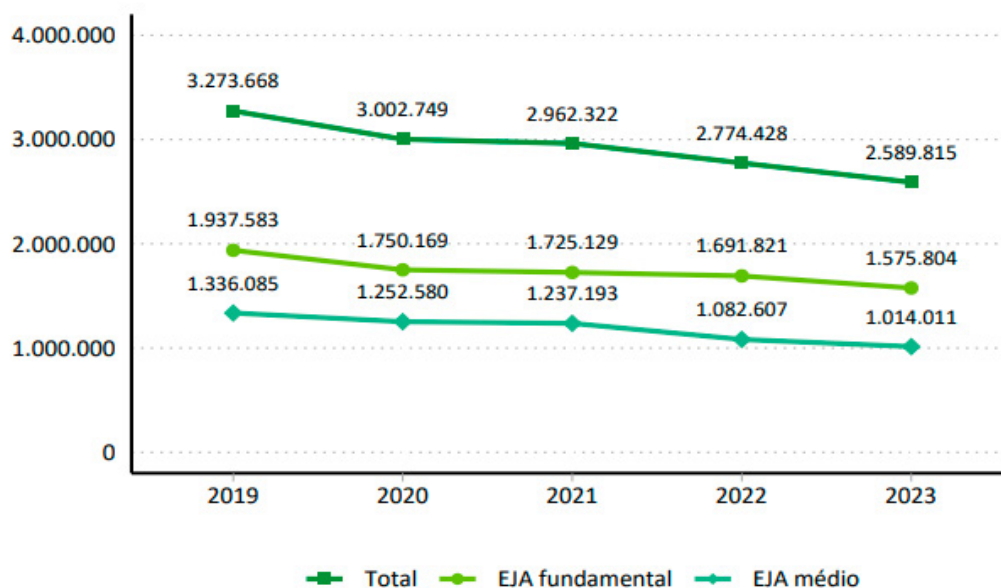
A crise sanitária da COVID-19 impactou significativamente a Educação, agravando as dificuldades já existentes na EJA, como evasão escolar e falta de incentivos para a permanência dos alunos (Cassio, 2020). A pandemia gerou um impacto significativo na EJA, resultando em uma redução acentuada de vagas e matrículas nessa modalidade. Segundo análise do artigo “A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade”, a falta de continuidade nas políticas educacionais foi um dos principais fatores que agravaram essa situação. Historicamente, a EJA tem enfrentado desafios relacionados à interrupção de programas e à ausência de estratégias consistentes, tornando difícil sustentar projetos que combatam o analfabetismo e promovam a escolaridade.

No contexto pandêmico, a necessidade de ações emergenciais trouxe à tona a fragilidade de programas estruturados como campanhas temporárias. De acordo com Gomes (2023), a descontinuidade dessas iniciativas reflete a dependência de mudanças políticas e a falta de comprometimento com ações em longo prazo. Ele destaca que, ao longo do tempo, as campanhas de alfabetização e programas da EJA frequentemente assumiram caráter de ações pontuais e foram extintas com mudanças governamentais, o que prejudicou avanços significativos. Esse cenário contribuiu para a queda nas oportunidades oferecidas pela EJA e reforçou a exclusão educacional, que já era expressiva em segmentos vulneráveis da população.

De acordo com o artigo publicado no Jornal da USP (Lemos, 2024), a pandemia de Covid-19 acentuou a queda nas matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), alcançando o menor índice do século, com cerca de 2,8 milhões de matrículas em 2022. Essa redução está relacionada a diversos fatores, como a falta de continuidade das políticas educacionais, as dificuldades de acesso a tecnologias de comunicação durante o isolamento social e a inadequação das ofertas educacionais às necessidades dos estudantes, conforme aponta a professora Maria Clara Di Pierro (Lemos, 2024). Esses desafios ressaltam a necessidade de reformular estratégias e ampliar o suporte para garantir a permanência e o acesso à Educação para jovens e adultos.

O artigo de Hosken (2024) destaca uma significativa redução nas matrículas da EJA no Brasil, que alcançou 2,6 milhões em 2023, representando uma queda de 20,9% desde 2019. Diversos fatores contribuíram para essa redução, incluindo a pandemia de COVID-19, que forçou jovens e adultos a priorizarem o trabalho em detrimento dos estudos, agravando a falta de tempo e disposição para retornarem à escola. Além disso, a autora destaca que o enfraquecimento das políticas públicas e a desatualização das estratégias educacionais para atender às necessidades específicas desse público sugerem a necessidade de inovação nos programas da EJA e maior articulação de políticas intersetoriais para combater a evasão escolar.

Fig. 1 – Número de Matrículas na EJA – Brasil – 2019-2023

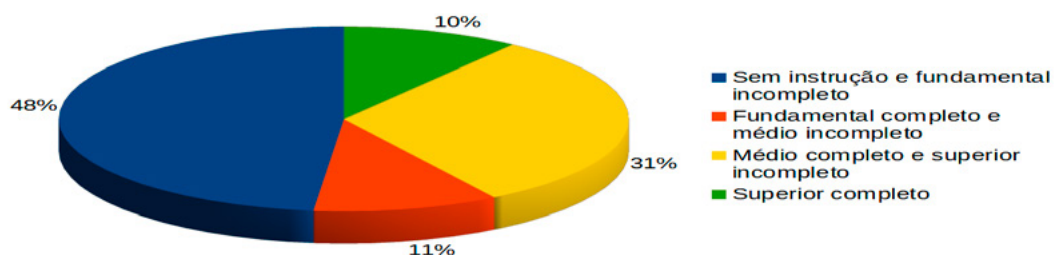


Fonte: Deed/Inep (2024). Dados do Censo Escolar da Educação Básica. Extraído de Agência de Notícias CEUB. Recuperado de: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/no-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-atingiu-menor-indice-dos-ultimos-anos/>

Escolaridade e matrículas na EJA em Porteirinha-MG

Em Porteirinha-MG, como pode ser visto na figura, o Censo de 2022 revela que, entre a população maior de 18 anos, 13.994 pessoas (aproximadamente 48%) possuem Ensino Fundamental incompleto ou não têm instrução. Além disso, 3.059 indivíduos (cerca de 11%) têm apenas o Ensino Fundamental completo ou o Ensino Médio incompleto. Um total de 8.999 pessoas (31%) concluiu o Ensino Médio ou iniciou o Ensino Superior, enquanto 2.903 pessoas (cerca de 10%) finalizaram o Ensino Superior. Com base nesses dados, pode-se concluir que a EJA, na cidade de Porteirinha, não é apenas um direito, mas também uma estratégia essencial para promover a justiça social e alavancar o desenvolvimento coletivo. Se essas iniciativas forem adequadamente incentivadas, podem mudar o futuro da cidade e de seus habitantes de forma significativa.

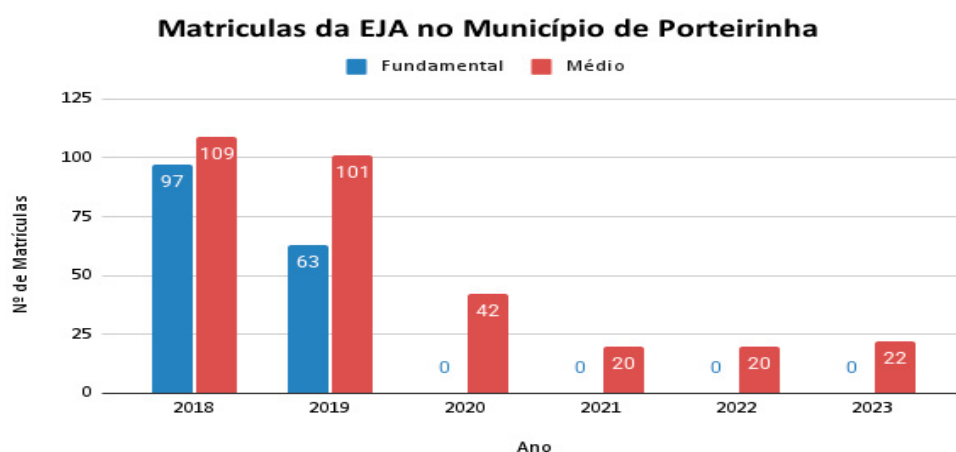
Fig. 2 – Escolaridade da População (> 18 anos) do Município de Porteirinha-MG



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Censo 2022). Acesso em: 14 mar. 2025.

Apesar disso, como pode ser visto na figura, as matrículas na EJA tradicional têm caído drasticamente. Dados do censo escolar do município de Porteirinha mostram que, em 2018, a EJA presencial tinha 97 alunos no Ensino Fundamental e 109 no Ensino Médio. Esse número caiu para 63 e 101, em 2019, e chegou a zero no Ensino Fundamental, em 2020, com apenas 42 no Ensino Médio. Nos anos seguintes, a EJA presencial continuou a apresentar baixos índices de matrícula, atingindo apenas 23 alunos no Ensino Médio, em 2023.

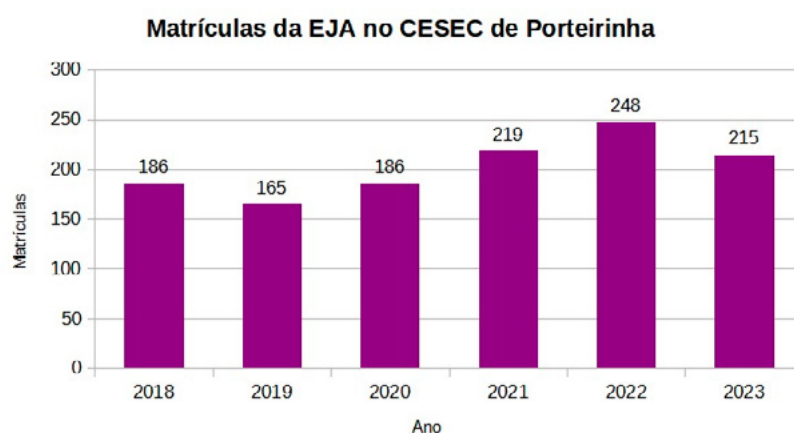
Fig. 3 – Matrículas da EJA Regular (presencial) no Município de Porteirinha-MG



Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Enquanto isso, o CESEC, que opera em regime semipresencial, apresentou um comportamento diferente. Os dados do censo escolar dessa escola (figura 3) mostram que as matrículas passaram de 186 alunos em 2018 para 248 em 2022, sugerindo uma maior adesão ao ensino flexível, especialmente durante e após a pandemia. O programa NortEJA, desenvolvido pelo IFNMG, apresenta-se como uma alternativa viável para integrar Educação Básica e qualificação profissional, garantindo maior atratividade e retenção de alunos na EJA. Esse cenário indica uma possível mudança no perfil da demanda, intensificada pelos efeitos da pandemia da Covid-19.

Fig. 4– Matrículas de Alunos da EJA no CESEC do Município de Porteirinha-MG



Fonte: <https://qedu.org.br/escola/31082091-cesec-belinha-rosa-de-jesus/censo-escolar>. Acesso : 15 mar. 2025.

Na busca por informações locais que ainda não foram divulgadas no CENSO escolar, verificou-se junto a secretaria do CESEC que o número de matrículas no ano de 2024 foi de 258, indicando que a tendência da elevação crescente a partir da pandemia continua em vigor.

Ainda, buscando dados locais, agora na Secretaria da Escola Estadual Miguel José da Cunha, que trabalha com oferta da EJA para o Ensino Médio totalmente presencial, um dos segmentos, houve uma queda vertiginosa nas matrículas dos alunos dessa modalidade.

Os dados fornecidos pela Secretaria indicam a mesma tendência de queda dos dados do CENSO, contudo como esses dados são segmentados, é possível ver que a redução ocorre, principalmente, nas turmas de entrada (primeiro e segundo períodos), a partir da crise sanitária, conforme pode ser visto na figura. O número de matrículas do primeiro período caiu de 53 alunos, no ano de 2018, para nenhuma matrícula nos anos de 2020, 2021 e 2022, encerrando a última oferta com 10 matrículas, em 2023. O que não foi diferente no que se refere ao segundo período, pois a escola matriculou 52 alunos, em 2018, e apenas 11, em 2023.

Segundo dados da Secretaria da referida escola, a partir dos anos de 2024 não foi recebida nenhuma matrícula para o primeiro e segundo período, e 18 alunos foram certificados no terceiro período em 2024. Não há matrículas para essa escola no ano de 2025.

Quanto à rede municipal, não há matrículas para a EJA desde a pandemia da Covid-19.

Quadro – Matrículas da EJA – Ensino Médio Presencial na E.E. Miguel José da Cunha

Matrículas da EJA na E. E. Miguel José da Cunha (2018 - 2024)		
Períodos	Turma	Matrículas
2018 – 1ºSemestre	1º Período	53
2018 – 1º Semestre	3º Período	44
2018 – 2º Semestre	2º Período	52
2019 – 1º Semestre	1º Período	38
2019 – 1º Semestre	3º Período	60
2019 – 2º Semestre	2º Período	30
2020 – 1º Semestre	3º Período	30
2021 – 1º Semestre	2º Período	23
2021 – 2º Semestre	3º Período	34
2022 – 1º Semestre	2º Período	28
2022 – 2º Semestre	3º Período	21
2023 – 1º Semestre	1º Período	10
2023 – 1º Semestre	3º Período	15

Matrículas da EJA na E. E. Miguel José da Cunha (2018 - 2024)		
Períodos	Turma	Matrículas
2023 – 2º Semestre	2º Período	11
2024 – 1º Semestre	3º Período	20
TOTAL		469

Fonte: Secretaria da EE Miguel José da Cunha.

Outra análise que pode ser feita é um comparativo entre o gráfico da figura 3 e o quadro. Ao fazer isso, nota-se uma divergência entre os dados , provenientes do CENSO escolar e pela Secretaria.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa diferença: o período de corte para o envio de informações ao CENSO, que exclui matrículas realizadas posteriormente; o registro contínuo de matrículas ao longo do ano, muitas vezes não sincronizado com os dados oficiais; e a possibilidade de erros, seja na coleta e registro dos dados do CENSO, seja nos sistemas internos de matrículas das escolas. Esses elementos refletem a complexidade do processo de contabilização das matrículas na EJA, especialmente em um contexto de fluxos dinâmicos e múltiplas fontes de informação. Indicando que essa diferença pode ter um ou vários fatores e que isso pode ser mais explorado em outra pesquisa.

O Programa NortEJA como alternativa para o fortalecimento da EJA

A proposta do Programa NortEJA é aliar a escolarização com a formação profissional. Em Porteirinha, o curso de Formação Inicial em Operação de Computador foi ofertado em parceria com o CESEC, permitindo que os alunos concluam o Ensino Médio ao mesmo tempo em que adquirem competências para o mundo do trabalho. O modelo semipresencial do NortEJA, com 40% da carga horária a distância, adapta-se às necessidades dos alunos da EJA, que, frequentemente, precisam conciliar estudos com trabalho e responsabilidades familiares.

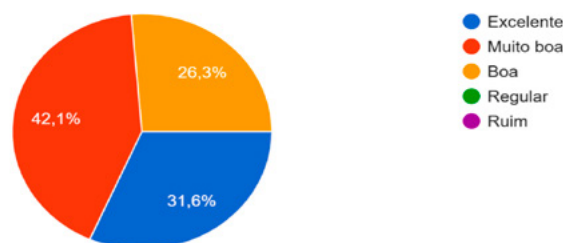
Em Porteirinha, o Projeto NortEJA trouxe o curso profissional de Operador de Computador. O curso tinha 35 vagas ofertadas, mas só 28 matrículas foram efetivadas e 17 estudantes foram certificados. O formato flexível e o suporte pedagógico foram fundamentais para minimizar a evasão e aumentar a taxa de conclusão. Tais resultados indicam que a integração entre a EJA e a educação profissional pode ser um caminho promissor para revitalizar a modalidade, visto que a educação profissional desempenha um papel significativo na revitalização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente em um contexto de desafios educacionais e socioeconômicos intensificados pela pandemia de Covid-19.

Ao integrar formação acadêmica e qualificação profissional, o curso oferece uma oportunidade única para os alunos adquirirem habilidades diretamente aplicáveis ao mercado de trabalho, enquanto completam sua escolaridade. Essa dualidade é essencial para tornar a EJA mais atrativa e relevante para sua audiência-alvo.

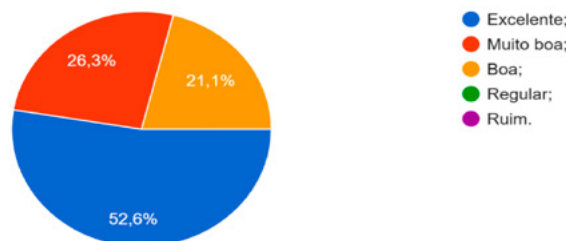
De acordo com o Relatório Final do Curso de Operador de Computador em Porteirinha, os gráficos de motivação (figura 4) dos alunos sugerem que experiências educacionais envolventes e de alta qualidade, como aquelas oferecidas em cursos de Empreendedorismo e Software de Escritório, elevam o interesse e a satisfação dos alunos. Uma hipótese percebida no Curso de Operador de Computador é a combinação de uma abordagem prática em conteúdos teóricos, promovendo uma conexão direta entre aprendizado e aplicabilidade, o que potencialmente reduz a evasão escolar.

Fig. 4 – Respostas dos Alunos da EJA quanto a Experiência nas Aulas no Curso FIC

Marque a opção que melhor define sua experiência nas aulas de Empreendedorismo:



Marque a opção que melhor define sua experiência nas aulas de Software de Escritório:



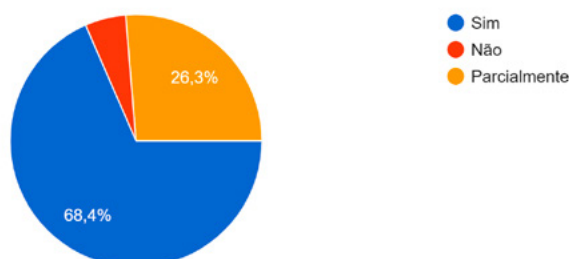
Fonte: Relatório do Curso FIC Operador de Computador em Porteirinha-MG.

O modelo do Programa NorteEJA, que combina o formato semipresencial com flexibilidade e suporte pedagógico, é especialmente adequado para alunos que precisam conciliar estudos com responsabilidades familiares e profissionais, reduzindo barreiras típicas que levam à desistência. Com a inclusão de um curso profissional como Operador de Computador, essa dinâmica é ainda mais fortalecida, oferecendo uma solução prática e acessível para as necessidades educacionais e de empregabilidade dos alunos. Na figura 5, pode ser visto que quase 70% dos alunos indicaram que o

curso atendeu suas expectativas em relação às habilidades técnicas. Além disso, outros 26% disseram que suas expectativas foram parcialmente superadas. Essas respostas mostram como a abordagem do Programa NorteEJA foi efetiva para esse público.

Fig. 5 – Respostas dos Alunos da EJA quanto ao Atendimento das Expectativas

O curso Operador de Computador - NORTEJA - atendeu às suas expectativas, em relação às habilidades técnicas adquiridas?



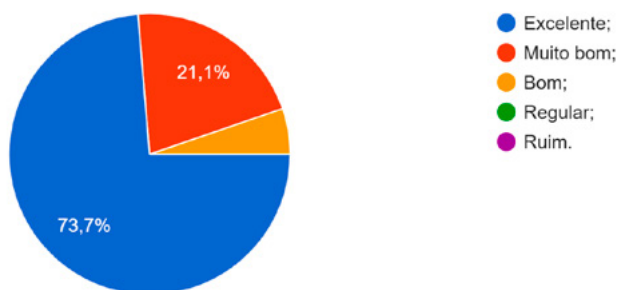
Fonte: Relatório do Curso FIC Operador de Computador em Porteirinha-MG.

Outras informações valiosas, mostradas no Relatório do curso e que ajudam a compreender a permanência dos alunos são: a avaliação dos alunos quanto a infraestrutura, os materiais didáticos e o ambiente inclusivo.

Na figura 6, é possível notar como os alunos avaliaram bem as condições da infraestrutura do prédio do IFNMG e os espaços utilizados para aulas como o laboratório de Informática contribuíram para o aprendizado do curso. Nesse gráfico, que avalia os espaços de estudo e as condições físicas do prédio, demonstra que 21,1% dos participantes classificaram esses fatores como “Muito bom” e 73,7% como “Excelente”. Essa percepção positiva reflete a qualidade da infraestrutura oferecida, criando um ambiente adequado e acolhedor para o aprendizado. Espaços de estudo bem-planejados influenciam diretamente na motivação e no engajamento dos alunos, reduzindo a probabilidade de abandono escolar.

Fig. 6 – Respostas dos Alunos da EJA quanto às Instalações Físicas do IFNMG

Como você avalia os espaços de estudo e as condições físicas do prédio para realização das atividades:

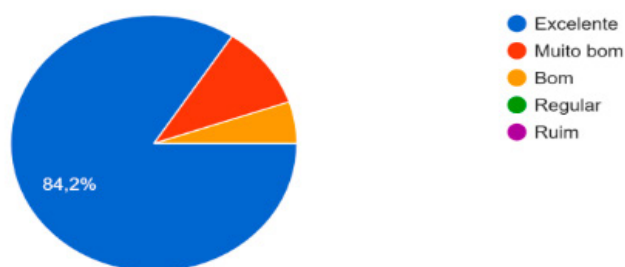


Fonte: Relatório do Curso FIC Operador de Computador em Porteirinha - MG.

A figura 7 aborda a qualidade do material didático utilizado: 84,2% dos respondentes consideraram-no “Excelente” e 10,5% “Muito bom”. A relevância e a qualidade do material fornecido reforçam o processo de aprendizagem, garantindo que os alunos sintam que estão adquirindo conhecimentos práticos e úteis, o que aumenta o comprometimento com o curso.

Fig. 7 – Respostas dos Alunos da EJA quanto ao Material Didático do Curso

Como você avalia a qualidade do material didático (livro do aluno) utilizado no curso:



Fonte: Relatório do Curso FIC Operador de Computador em Porteirinha-MG.

Por fim, a figura 8 revela que 100% dos alunos consideraram o ambiente do curso inclusivo e acolhedor. Esse resultado destaca o esforço da instituição em promover um espaço onde todos se sintam valorizados e apoiados, independentemente de suas diferenças. Um ambiente inclusivo fortalece vínculos entre alunos, equipe e professores, criando uma sensação de pertencimento que é essencial para a permanência escolar.

Fig. 8 – Respostas dos Alunos da EJA quanto ao Ambiente Inclusivo do Curso

Ao longo da realização do curso de Operador de Computador - NORTEJA -, a instituição ofereceu um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes:



Fonte: Relatório do Curso FIC Operador de Computador em Porteirinha-MG.

Esses três aspectos – infraestrutura de qualidade, material didático relevante e ambiente inclusivo – são fatores fundamentais para o sucesso do programa e desempenho de um papel crucial na retenção dos estudantes, combatendo a evasão escolar e promovendo uma educação acessível e transformadora.

Por fim, a oferta de cursos profissionais alinhados às demandas do mercado, como o de Operador de Computador, pode servir como um atrativo para novos alunos e encorajar a continuidade nos estudos, contribuindo para o aumento das matrículas na EJA e a redução da evasão escolar. Esse modelo integrador, ao mesmo tempo que promove a inclusão social, prepara indivíduos para o futuro, tanto em termos educacionais quanto profissionais.

Considerações Finais

A análise dos dados de matrícula da EJA em Porteirinha-MG revela um cenário de transição na educação de jovens e adultos. A pandemia acelerou a tendência de queda na EJA presencial, houve um enfraquecimento das políticas públicas para atender às necessidades específicas desse público, sobretudo no ensino regular, ao mesmo tempo em que impulsionou o crescimento do CESECe demonstrou o potencial do NortEJA para atender às demandas locais.

Para garantir a expansão e eficácia da EJA, é necessário investir em metodologias flexíveis, atualização das estratégias educacionais, parcerias institucionais e na integração com a educação profissional. O NortEJA se apresenta como um modelo replicável para outras regiões, fortalecendo a EJA como um direito fundamental e uma ferramenta de transformação social

Referências

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.

CASSIO, F. M. **Educação de Jovens e Adultos e a crise pandêmica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2020.

DI PIERRO, M. C. Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 142, p. 275-293, 2018. SOARES, L. Educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas para o século XXI. Campinas-SP: Papyrus, 2019.

RUMMERT, S. M.; ALMEIDA, A. M. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio de Janeiro. **Crítica Educativa**, v. 10, n. 2, 2021.

GOMES, M. M. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 17, 9 de maio de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessa-modalidade>.

LE MOS, S. Vários fatores contribuem para a queda de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. **Jornal da USP**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=740266>. Acesso em: 25 mar. 2025.

HOSKEN, F. G. Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos atingiu menor índice dos últimos anos. **Agência de Notícias CEUB**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/no-de-matriculas-na-educacao-de-jovens-e-adultos-eja-atingiu-menor-indice-dos-ultimos-anos/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CAPÍTULO 8

NortEJA

SALINAS

NortEJA: uma experiência de
integração profissional na Educação
de Jovens e Adultos em uma escola
da rede pública e na associação
de proteção e assistência aos
condenados de Salinas-MG

Lucas Diego Antunes Barbosa
Lílian Gleisia Alves dos Santos
Emanuelle Cristine Soares Correia Costa

Introdução

A Formação Inicial e Continuada se apresenta como possibilidade de ensino e consolidação da formação de estudantes enquanto cidadãos. Tem como premissas a qualificação profissional e a inclusão produtiva de estudantes jovens e adultos, possibilitando oportunidades de formação profissional, de modo a atender demandas regionais. Além disso, pode proporcionar conhecimentos, experiências teóricas e práticas para inserção no mercado de trabalho.

Percebe-se que esta ideia de ensino interligado com a identidade sociocultural dialoga com a forma de educar, em que a capacidade de aprender não se limita à adaptação do indivíduo ao meio em que vive, sobretudo prepará-lo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a. Nessa direção, é relevante considerar o conhecimento prévio dos envolvidos, de forma a potencializar atitudes que objetivem a formação de estudantes.

Nessa perspectiva, o Projeto NortEJA visa à qualificação profissional, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada, voltada ao atendimento e à inclusão produtiva de discentes que são atendidos pela modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), na área de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), que se estende do noroeste e norte de Minas ao Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

Conforme Resende, Paiva e Broutelles (2014), a articulação da EJA com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e poderá superar as dificuldades relacionadas a questões financeiras que se apresentam como o principal desafio do trabalhador estudante, na busca pela continuidade das atividades escolares. Haja vista que, o tempo de dedicação disponível para a busca de formação escolar e qualificação profissional é um tanto quanto limitada por se tratar, em sua maioria, de trabalhadores e chefes de família. Moura e Diniz (2015, p. 143) reforçam que *“para as pessoas jovens, adultas e idosas que não conseguiram concluir seus estudos na denominada idade própria, voltar a estudar pode ser uma oportunidade para ressignificar a vida, para dar um novo estímulo de vida e até para elevar a autoestima”*.

A oferta da qualificação no âmbito do NortEJA se deu por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), integrados à EJA, nível fundamental e médio. A realização dos cursos discutidos neste artigo foi de responsabilidade do IFNMG–Campus Salinas, localizado no norte de Minas, em parceria com a Escola Estadual Coronel Idalino Ribeiro (EECIR), Escola Estadual Dr. Osvaldo Prediliano Santana (EEDOPS) e Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC - Salinas), durante o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024. No segundo semestre de 2023, ofertou-se o Curso de Agricultor Orgânico; no primeiro semestre de 2024, o Curso de Panificação e Confeitaria.

Diante do exposto, este artigo teve como objetivo relatar as experiências dos cursos de Panificação e Confeitaria e Agricultor Orgânico do IFNMG – Campus Salinas, na perspectiva dos atores envolvidos neste projeto. Compreende-se por atores os participantes dos cursos, tais como: discentes, professores e gestores das instituições parceiras. Antes de avançar no relato no que diz respeito aos cursos em Salinas-MG, é preciso conhecer as experiências de outras instituições no que se refere a esse tipo de oferta, com o intuito de buscar as similaridades e discrepâncias.

Um panorama de pesquisas sobre EJA e cursos FICs

Para embasar as discussões e compreender de que maneira ocorreram as experiências semelhantes à relatada neste estudo em outras instituições, optou-se em fazer um levantamento das pesquisas realizadas no que se refere à integração de cursos FICs com a EJA. Por meio do Google acadêmico, buscou-se com as palavras-chave “EJA e FIC”, pesquisas que tivessem tratado dessa temática. Destacam-se os trabalhos de: Girardi e Lutz (2013); Resende, Paiva e Broutelles (2013); Diniz e Moura (2015) e Agne (2018).

O trabalho de Girardi e Lutz (2013) abordou as experiências de um curso FIC de Construção Civil integrado a EJA, que teve intuito de atender os alunos do regime semiaberto do Presídio Estadual de Alegrete, no Rio Grande do Sul, e de duas escolas públicas de Educação Básica. Por se tratar de um curso ofertado por pessoas que têm o seu direito de liberdade privado e pessoas livres, os autores afirmaram que existiram momentos de tensão durante as realizações das aulas. Destaca-se uma situação, em que alunos da instituição, em que ocorriam as aulas, discriminaram os alunos do regime semiaberto, dizendo que aquele espaço educacional não era para eles. Após ações de conscientização dos gestores e professores, ao final do curso, os alunos se sentiram acolhidos. Nesse sentido, Girardi e Lutz (2013. p.143) destacaram que *“a recuperação deste público depende muito das oportunidades criadas no campo da Educação, pelas Instituições que realmente fazem educação”*.

Resende, Paiva e Broutelles (2013) relataram sobre a produção de um livro de receitas elaborado em um curso de Panificação PROEJA-FIC, realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais em parceria com uma escola da Educação Básica de Argirita, em Minas Gerais. Na perspectiva dos autores, a proposta contribuiu para a contextualização da prática de panificação, dando significado às aprendizagens vivenciadas e estimulando os estudantes na construção de saberes.

Outro trabalho com a temática alinhada a este estudo, foi a pesquisa de Diniz e Moura (2015), em que se analisou a integração do curso FIC de Auxiliar Técnico em Gestão e Qualidade em Saúde a EJA, ofertada pelo Instituto Federal do Rio Grande Norte, Campus Mossoró, em um espaço prisional. Os resultados apresentados por esses autores convergem para a experiência de oferta, pelo IFNMG – Campus Salinas, de cursos para pessoas privadas de liberdade. Destacam-se 2 aspectos que se

assemelham: professores do Campus Salinas não demonstraram interesse de ministrar aulas nesses espaços, apenas um professor do quadro de efetivos ministrou uma disciplina, assim como ocorreu em Mossoró; outro ponto se refere à necessidade de ajustes pedagógicos, para que as aulas do curso de Panificação e Confeitaria da APAC pudessem ocorrer nas instalações no regime fechado. Por mais que a APAC tivesse uma padaria com uma infraestrutura adequada, não se tinha permissão judicial para deslocar os alunos para esse espaço, em razão de que era alocada nas dependências do regime semiaberto.

Agne (2018) analisou as percepções dos docentes, enfatizando a prática docente e os desafios explicitados por esses profissionais Técnico de Nível Médio em Eletromecânica na Modalidade EJA do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Chapecó. Em relação aos desafios da atuação, a autora destacou que *“a estrutura das instituições e dos modelos adotados não conseguem superar para acolher e atender as necessidades de um aluno-trabalhador, o qual precisa vencer o cansaço, as dificuldades de aprendizagem com currículos rígidos, que não consideram as especificidades da EJA (Agne, 2018, p. 106).*

Procedimentos metodológicos

Este estudo tem uma abordagem qualitativa na perspectiva de Cardano (2017). Segue o caminho da redução da extensão do domínio observado, em que se pretende relatar as experiências nos cursos de formação inicial e continuada em Panificação e Confeitaria e Agricultor Orgânico do IFNMG – Campus Salinas, na perspectiva dos atores envolvidos nesse projeto. Destaque-se que os atores envolvidos no projeto e que traremos para este artigo são os alunos, os professores e os gestores das instituições em que os cursos foram oferecidos. Optou-se, por questões de sigilo, chamar os entrevistados por 2 letras que são iniciais de seu nome e de um sobrenome sequenciado pelo ano do relato, por exemplo: CS (2023), AC (2023), MM (2024) e assim por diante.

Os dados dessa pesquisa foram embasados no Relatório Final produzido ao término dos cursos ofertados. Para a elaboração desse relatório, optou-se pelo acompanhamento presencial pela equipe pedagógica, momentos de monitoramento por meio de diálogos, planejamentos, reuniões, observações, avaliações periódicas e, ao final dos cursos, a aplicação de um questionário impresso, pelo fato de a maioria dos atores envolvidos nos cursos serem do regime fechado da APAC e não terem acesso, por exemplo, a um computador para preencherem um questionário por meio do Google formulários.

Questionou-se alunos da EECIR e da APAC sobre o que mais chamou a atenção durante a realização dos cursos de PACO e AO; de que maneira o curso poderia contribuir para inserção no mercado de trabalho e/ou no sustento familiar e que mencionassem alguma atividade prática que foi desenvolvida nos cursos. De maneira complementar, buscou-se, a partir da coleta de dados na APAC, de que modo o curso poderia contribuir para inserção no mercado de trabalho após o período de reclusão. Aos professores

que ministraram aulas se perguntou como avaliavam a participação dos alunos na disciplina que trabalhavam. Aos gestores, indagou-se sobre a importância dos cursos FICs realizados nas instituições em que eram responsáveis.

A interpretação e análise dos dados coletados realizados trouxeram informações necessárias que caracterizam os objetivos e as perspectivas dos cursos de Formação Inicial e Continuada diante da proposta de uma educação formadora. Haja vista que, o ensino promoveu diálogo entre escola, família e comunidade de forma a construir pensamento autônomo, consciência política e cidadã e emancipação do sujeito.

A experiência dos cursos de Panificação e Confeitaria e Agricultor Orgânico

Devido à agricultura geral, familiar e a agropecuária serem os arranjos produtivos de maior relevância na região, o primeiro curso FIC implantado em Salinas-MG pelo NortEJA foi de Agricultor Orgânico, atendendo a EJA de nível fundamental e médio, com carga horária de 160 (cento e sessenta) horas, com o objetivo de capacitar em agricultura orgânica, os recuperandos da APAC, jovens, adultos e idosos do município de Salinas-MG.

O curso teve início em julho de 2023 e finalização em dezembro do mesmo ano, com 46 matrículas na APAC e 18 matrículas na EECIR, sendo certificados, respectivamente, 43 e 6 estudantes. Ao decorrer do curso, os alunos receberam um kit com cadernos, lápis, borracha, apontador, régua, canetas e um caderno didático, preparado por professores formadores e validadores, com o conteúdo das disciplinas que seriam desenvolvidas no curso, a saber: Matemática Financeira; Introdução a Agroecologia; Sementes Crioulas; Comunicação e expressão oral; Trabalho e Educação ; Conservação de Alimentos Orgânicos.

As atividades do curso foram desenvolvidas a partir de aulas práticas e oficinas presenciais, com atividades desenvolvidas na forma de condutas atitudinais, oportunizando aos educandos observar, testar e comprovar os conhecimentos por meio de atividades pedagógicas complementares orientadas. Os resultados das atividades desenvolvidas se manifestam nas palavras de docentes que acompanharam todo o processo.

“A participação foi de excelência, com muito interesse de aprender tanto nas aulas práticas, quanto nas aulas teóricas com participação e manifestação dos seus conhecimentos do dia a dia. Os alunos que participaram e que eram frequentes, avalio como bom interesse e participação através dos trabalhos desenvolvidos, atividades realizadas e nas aulas teóricas (CS, 2023)”.

As atividades foram pensadas considerando o público-alvo presente na Educação de Jovens e Adultos, sendo eles: no caso da APAC, recuperandos; e no caso da EECIR,

trabalhadores e pais de família. Por conta dessas características, os planejamentos foram sofrendo adaptações durante o processo. Inicialmente, na EECIR, as aulas aconteciam somente nos pré-horários das 18h10 às 19h, o que trazia uma frequência mínima, pois os estudantes, em sua maioria, não conseguiam sair do trabalho e chegar a tempo para as aulas do curso FIC.

Desse modo, a partir de reuniões e discussões com a gestão da escola e a equipe pedagógica do NortEJA, decidiu-se realizar um trabalho integrado, em que os professores foram orientados a trabalhar com Pedagogia de Projetos juntamente com os professores das disciplinas específicas da EJA. Esse formato permitiu integrar aulas entre FIC e EJA, sem ficar presos em quadro de horários, o que também viabilizou considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, possibilitando novas formas de aprendizagem. Percebe-se, assim, como mencionado por Agne (2018), como é desafiador para as instituições de ensino a integração da formação geral com a educação profissional.

Nota-se que os espaços de ensino-aprendizagem, adaptados às especificidades da modalidade à realidade local do público e sua relação com o mundo do trabalho, permite que o sujeito não só adquira conhecimentos científicos, mas também viva e mude suas práticas sociais. É preciso compreender quem são os sujeitos da EJA, reconhecer que a diversidade é inerente às subjetividades que constituem essa modalidade de ensino, seja nos ambientes do campo, na cidade, na comunidade, no trabalho, nos presídios, no território, e outros locais onde possam se realizar as práticas de ensino. No que se refere a essas mudanças ocorridas nos estudantes, destaca-se o fragmento de uma entrevista com um recuperando da APAC, que foi questionado sobre de que maneira o curso realizado poderá contribuir para inserção no mercado de trabalho, após o término de seu período de reclusão.

“Contribuirá de forma autônoma e independente, pois foi permitido a mim maneiras práticas de empreendedorismo e facilidade em práticas de comunicação com a sociedade. E, me ajudará de forma excepcional, pois visa a minha reinserção social de forma abrangente e evolutiva. Essa nova profissão que será acrescentada em meu currículo é uma grande realização [...] (WO, 2023)”.

Em relação às limitações que ocorreram na realização do Curso de Agricultor Orgânico, destacam-se a dificuldade de aquisição de materiais para a realização das aulas práticas, o kit didático dos alunos e o lanche. Os materiais eram comprados em fornecedores diferentes, devido a especificidade, o que dificultou a cotação de preço e aquisição do material, que, por muitas vezes, demorava ser enviado pela empresa. A aquisição dos materiais foi realizada pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico(FADETEC).

Na segunda oferta do Projeto NortEJA, dessa vez com o Curso de Panificação e Confeitaria, na APAC, as aulas aconteceram no mesmo formato que o curso anterior. Já na EECIR, as aulas presenciais foram realizadas todas em formato integrado, o que favoreceu a frequência dos estudantes. Na APAC, com exceção das ferramentas digitais, muitas dessas técnicas de ensino foram adotadas e/ou adaptadas, desde que se

enquadram nas normas de segurança da instituição. Ressalta-se que nessa segunda rodada de cursos, a EJA da APAC estava vinculada a Escola Estadual Dr. Osvaldo Prediliano Santana.

O curso contou com uma carga horária de 160 (cento e sessenta) horas, a partir da concepção da proposta pedagógica do Projeto NORTEJA (PPC – FIC Panificação e Confeitaria, 2024), distribuídas entre as disciplinas: Boa Práticas de Fabricação Aplicadas à Panificação e Confeitagem; Tecnologia da Panificação; Tecnologia da Confeitaria e Empreendendo no ramo da Panificação e Confeitaria. As aulas tiveram início em março de 2024 e foram finalizadas em junho de 2024, em atendimento a 15 matrículas na APAC Salinas e 30 matrículas na EECIR, sendo certificados respectivamente, 14 e 16 pessoas.

A partir da experiência adquirida na primeira oferta da FIC, o Curso de Panificação e Confeitaria articulado à EJA para os recuperandos da APAC do regime fechado e para jovens e adultos da Escola Estadual Coronel Idalino Ribeiro ganhou amadurecimento, tornando-se mais robusto em todos os sentidos, mas, principalmente, no que concerne à perspectiva da formação integral do ser humano. Exemplifica-se esse fato a partir do seguinte fragmento da fala de um aluno.

“O certificado deste curso será de grande valia para minha inserção na sociedade e no mercado de trabalho, podendo proporcionar um emprego efetivado em uma padaria ou mercado, como também me dando a oportunidade de ser um microempreendedor. Já que ao concluir esse curso tenho todas as ferramentas para abrir um pequeno negócio, como lançar um novo produto, saboroso e barato. Na minha realidade financeira, poderei investir pouco para iniciar, mas gerir meu próprio negócio. (RM, 2024)”.

A escolha pelo Curso de Formação Inicial e Continuada em Panificação e Confeitaria se deu para atender a demanda local e regional apresentada por gestores públicos parceiros. A oferta do curso, além de promover capacitação, possibilitou incentivo à criatividade na área de Panificação e Confeitaria de modo a proporcionar geração de renda. Além disso, na APAC foi construída uma padaria que pode se tornar um local propício para experimentação das atividades propostas no curso FIC. Já para os alunos da EECIR, contou-se com parceria com a Prefeitura Municipal, que disponibilizou a padaria da Secretaria de Assistência Social para as aulas práticas.

As atividades na APAC ocorreram de forma serena, pois foi possível organizar os horários de aulas do curso com a rotina da instituição, respeitando sua realidade e suas normas, enquanto espaço dedicado à recuperação e à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Pela narrativa da professora a seguir, não tem como negar a importância da Educação dentro do ambiente em que se encontram os recuperandos.

“[...] possibilitou-me de fato experimentar a práxis docente. Demonstraram-se [recuperandos] amplamente participativos em todas as aulas, seja nos

momentos presenciais teórico-práticos seja nos exercícios propostos a distância. Entregaram criatividade, determinação e o principal “sede” pelo saber. Questionadores, dinâmicos, criativos... faltam-me adjetivos para descrever estes sujeitos tão julgados pela sociedade. Abraçaram todas as minhas propostas, e foram além, opinaram quanto ao que gostariam de realizar e em relação ao que já sabiam e gostariam de aprimorar. Sempre priorizaram o respeito para comigo e com os demais colegas. Finalizo mencionando uma ação que, por mais singela que seja, resgata a força de ser/tornar professor. Ao final das aulas, sempre era destinado a mim uma salva de palmas, como gesto de agradecimento por mais um dia de aprendizado e conhecimento compartilhado (CS, 2024)”.

Pelas palavras expressas por CS (2024), considera-se que a parceria entre o IFNMG e a APAC de Salinas foi uma atitude promissora, uma vez que é ponto fundamental pensarmos este espaço para além do caráter punitivo. A recuperação dos condenados e sua reinserção na sociedade por meio da educação e profissionalização são pertinentes não só para o condenado, e sim para toda a sociedade brasileira. Não pensar na promoção da recuperação do condenado com fins na sua reinserção social aumenta o potencial criminoso do indivíduo, resultando na reincidência no crime. Fato que é imensamente danoso para o condenado e, principalmente, nocivo para a sociedade. Tal situação se corrobora na fala a seguir do encarregado do setor financeiro da APAC.

“Quando pensamos em curso profissionalizante quase que imediatamente pensamos em profissionalização, acesso ao mercado e geração de renda. Porém acredito que para a APAC-Salinas a maior importância dos cursos FIC ministrado aos recuperandos da instituição é a elevação da autoestima, a alegria de aprender algo novo e se sentirem úteis, detentores de algum conhecimento, sensação que muitos infelizmente nunca tinham sentido (MV, 2024)”.

Não há como negar a realidade, repetir e perpetuar modelos, ciclos viciosos que tão somente reproduzam quadros que estimulem a violência, aumentando a população carcerária e devolvendo à sociedade um criminoso pior. Partindo desse princípio, é indispensável que o Estado promova ações com foco no alinhamento das necessidades humanas, harmonia e inserção social sem discriminação. Assim, a Educação é um dos caminhos para maximizar a recuperação dos condenados. Essa foi a pretensão quando se ajustou um diálogo aberto e parcerias entre as instituições envolvidas, em prol de um trabalho conjunto, humanitário e consciente, o que julgo ter atendido com sucesso, a partir do trabalho realizado, das avaliações periódicas e formativas, que também se ratificam nos depoimentos das pessoas que acompanharam e/ou fizeram parte do processo.

“Os cursos FIC de Agricultor Orgânico e de Panificação e Confeitaria foram de extrema importância e relevância social, uma vez que deu oportunidade para pessoas privadas de liberdade terem uma chance de se qualificar, gerando assim um valor de conquista de direitos por serem pessoas discriminadas pela sociedade. Mais uma vez, o Instituto Federal, por meio do NorteEJA, dá acesso a essa política pública gratuita e de qualidade (PR, 2024)”.

“O certificado deste curso será de grande valia para minha inserção no mercado de trabalho, podendo proporcionar um emprego em uma padaria ou mercado,

como também me dando a oportunidade de ser um microempreendedor, já que, ao concluir o curso, tenho todas as ferramentas para abrir um pequeno negócio. Posso lançar um novo produto, saboroso e barato, em minha realidade financeira, podendo investir pouco para iniciar, mas sabendo gerir meu negócio (RO, 2024)”.

Nota-se que, a parceria entre o IFNMG – Campus Salinas com a APAC tem buscado firmar a recuperação dos condenados com a participação dos próprios recuperandos, colocando-os como corresponsáveis pela sua recuperação. No que diz respeito à EECIR, a partir da experiência anterior, após discussão entre a equipe NorteEJA e a gestão da escola, buscamos meios de o curso acontecer de forma interdisciplinar, de forma a favorecer a frequência e participação dos educandos. O “Projeto Interdisciplinar: EJA e saberes em tecnologia da panificação e confeitaria”, foi uma experiência que deu certo. Foi fundamentado em um trabalho integrado entre o currículo do Curso FIC Panificação e Confeitaria do NorteEJA/IFNMG – Campus Salinas e a organização curricular da EJA da EECIR – Formação Geral Básica e Itinerários Formativos (Projeto de Vida, Eletivas e Aprofundamentos nas Áreas do Conhecimento).

Entre as múltiplas possibilidades que este projeto proporcionou desenvolver, destacam-se: aulas práticas, oficinas de panificação e confeitaria, aulas demonstrativas, aulas experimentais, rodas de conversas e trocas de experiências. Este curso foi muito atrativo para os estudantes, o projeto possibilitou que as aulas fossem leves, atrativas e possibilitou explorar a criatividade dos jovens e adultos (figura 1). Uma aprendizagem significativa que ultrapassa a contemporaneidade valorizando suas trajetórias históricas, sociais e culturais.

Figs. 1 – Aulas “Saberes em Panificação e Confeitaria”



Fonte: Arquivo NorteEJA/IFNMG-Salinas, 2024.

O Curso de Panificação e Confeitaria proporcionou a esses jovens e adultos que vivenciassem uma relação com suas próprias histórias, com seus próprios modos culturais de culinária que transformam sujeitos na relação com outros sujeitos.

“As receitas que aprendi no curso são uma forma de ter renda extra para ajudar em casa ou ajudar meus filhos e familiares (SL, 2024)”.

“O que mais me chamou atenção foi a boa vontade de ensinar as receitas e nos ajudar em tudo que a gente precisava. O que mais eu gostei na aula prática foi o bolo vermelho que eu fiz, eu amei a receita, e o pão doce. Vou pôr em prática todas as receitas que aprendi (DM, 2024)”.

“Pode me ajudar a conseguir um emprego em padarias ou restaurantes. Em casa também posso fazer receitas para consumo e para venda (AC, 2024)”.

Um dos grandes desafios que enfrentamos foi na integração de 4 campos da educação que, historicamente, há um bom tempo, não estão muito próximos de maneira concomitante: o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Formação Profissional Técnica Inicial e Continuada e a Educação de Jovens e Adultos. Igualmente desafiador foi conseguir que as ofertas do projeto pudessem contribuir efetivamente na melhoria da participação social, cultural, política e no mundo do trabalho dessas pessoas. Esse resultado só poderemos saber daqui há alguns anos, quando os egressos trouxerem suas histórias de vida pessoal e profissional. Outro desafio, é que este projeto seja entendido como uma ação necessária e contínua, e assim ser elevado como um programa de política pública do estado brasileiro com incentivos para os ingressantes possam ter permanência e êxito.

Considerações Finais

De maneira não convencional, mas que para a equipe NortEJA Salinas-MG faz todo sentido, escolhemos trazer para as considerações finais os registros e as percepções dos gestores sobre os cursos FIC “Agricultor Orgânico” e “Confeitaria e Panificação”. Essa escolha se deu pelo fato de serem pessoas que participaram ativamente de todo o processo, desde as aspirações, as escolhas dos cursos, as formatações, a implementação até a fase final – a certificação.

E, conseqüentemente, conseguiram registrar o que foi essa formação no contexto de cada instituição em que se encontram à frente.

A realização dos cursos FICs de Agricultor Orgânico e Panificação e Confeitaria é estratégica para a instituição, pois alinha a oferta educacional com as demandas atuais do mercado de trabalho e da sociedade. Isso não só fortalece a instituição, em termos de relevância e prestígio, mas também proporciona benefícios diretos e significativos aos alunos e à comunidade em geral (MM, 2024).

Os cursos ofertados foram de extrema importância por se tratar de uma política pública na área educacional, que teve o intuito de capacitar indivíduos privados de liberdade, muitas vezes marginalizados pela sociedade. Esse direito constitucional foi garantido e podemos constatar que foi empregado o curso de tal forma onde os recuperandos estão treinados para o mercado de trabalho, fazendo com que quando retornar a sociedade possa gerar emprego e renda para suas famílias (CE, 2024).

Apesar dos públicos atendidos terem características e realidades diferentes, pelas falas dos gestores, é inquestionável a importância da prática institucionalizada em instituições que procuram efetivar suas ações a partir de políticas públicas que possam fornecer subsídios para necessidades e reestruturação social. Os cursos de Formação Inicial e Continuada do NorteEJA- Salinas-MG, em parceria com a EEOPS, EECIR e APAC, promoveram atividades com enfoque no mercado de trabalho, melhoria de capacitação e empregabilidade do egresso. Para além disso, a valorização humana, na promoção da autoconfiança e autoestima de jovens e adultos que já trazem consigo uma diversidade de desafios impostas pela sociedade e pela economia.

Como em qualquer instituição, programas, projetos e cursos, tivemos nossas limitações e desafios: lidar com a frequência limitada de alguns estudantes, por serem pais de família, trabalhadores, cuidadores entre outros; atender a contento à diversidade do público atendido, pela adaptação dos conteúdos às suas bagagens culturais e escolares; atraso no recebimento e, conseqüentemente, na entrega de alguns materiais/recursos necessários para o exercício da prática pedagógica docente; limitações na escolha de técnicas de ensino e de metodologias ativas para atividades em sala de aula nos espaços da APAC; e, uma realidade histórica, a evasão de estudantes da EJA. Nesse sentido, na narrativa de MM (2024), podemos inferir que apenas dados secundários como número de matrículas, aprovados e evadidos não evidenciam a qualidade de um curso ou de uma instituição. É preciso ter em mente se a instituição busca cumprir seus objetivos e sua missão, se possibilita o estudante a traçar projetos de vida, de empregabilidade, inserção no mercado de trabalho e melhor condição de vida para si e seus familiares. Atitudes que mudarão o contexto social e histórico de uma população.

Não menos realista, CE (2024) reconhece o quão importante é o papel do Estado, de políticas públicas para mudar a vida das pessoas. É preciso acreditar que as pessoas precisam de oportunidades, de forma a garantir-lhes espaços de aprendizado e, conseqüentemente, de promoção de mudança do status em que se encontram.

Acreditamos, que a partir do NorteEJA, proporcionamos ao público da modalidade EJA do município de Salinas-MG, orientações para possíveis mudanças de vida e ascensão profissional por meio da promoção de conhecimentos, a partir de uma educação formal comprometida com a formação humana.

Nesse sentido, avaliando a efetividade dos cursos, acredita-se que os objetivos de ensino foram alcançados, contudo, somente daqui há algum tempo se pode verificar o impacto dos cursos na vida dos egressos. Quando tratamos de políticas públicas educacionais, sociais e econômicas, faz-se necessário o importante papel da avaliação, que é buscar conhecer a extensão do impacto gerado, ou seja, é preciso um acompanhamento sistemático, de maneira a avaliar a efetividade das ações e os resultados gerados. De tal modo que, essas avaliações possam apontar ou não para a manutenção e a permanência de projetos e programas.

Referências

AGNE, S. A. A. Sujeitos e docência do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, p. 106-121, jan./jun. 2018.

ANAMI, K. T.; OLIVEIRA, F. P. Z. de. Retrato, memória e história: a transformação da vida após a EJA – EPT. **EJA em Debate** | Ano 10, n. 18, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/3262>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CARDANO, M.. Manual de **Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Vozes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

DINIZ, A. I. P.; MOURA, D. H. Os Sentidos Da Integração No Proeja – FIC/ Fundamental: Limites e alcances de um curso desenvolvido em espaço prisional. **HOLOS**, ano 31, v. 4. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3196>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GIRARDI, G. G.; LUTZ, M. R. Saberes, integração e educação no PROEJA – FIC/ Prisional: uma experiência de sucesso em Alegrete. **EJA em Debate**, Florianópolis, ano 2, n. 2. jul. 2013. Disponível em: <https://ojs.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/1074>. Acesso: 24 fev. 2025.

PPC – FIC Agricultor Orgânico. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Salinas, 2023.

PPC – FIC Panificação e Confeitaria. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Salinas, 2024.

RESENDE, P. C. de; PAIVA, A. P. de; BROUTELLES, A. V. M. de. Construção de um livro de receitas com a turma do curso PROEJA – FIC/ Panificação do Instituto Federal do Sudeste De Minas Gerais – Campus Barbacena. **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, ano 3, n. 5. dez. 2014.

CAPÍTULO 9

NortEJA

TEÓFILO OTONI

PARA ALÉM DA QUALIFICAÇÃO:
o poder das conexões humanas
na redução da evasão no curso
FIC-Vendedor

Carlos Alberto Lopes dos Santos de Oliveira¹

¹ Doutor em Modelagem Computacional pela UERJ. Professor EBTT – IFNMG, Campus Teófilo Otoni. E-mail: carlos.santos@ifnmg.edu.br

Introdução

O Projeto NorteEJA, implementado pelo IFNMG no Vale do Mucuri, visa promover a inclusão educacional e profissional em regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas. Entre suas ações, o Curso FIC-Vendedor se destacou não apenas pela oferta de capacitação técnica em vendas a estudantes da EJA, mas pelo ambiente acolhedor construído entre discentes e docentes, que se revelou um fator decisivo para o sucesso da formação.

A evasão em cursos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um desafio recorrente, frequentemente associado a questões como falta de adaptação metodológica, dificuldades de conciliação com trabalho e desmotivação (Haddad & Di Pierro, 2000). No entanto, a experiência do FIC-Vendedor no Campus Teófilo Otoni demonstrou que estratégias centradas no bem-estar coletivo podem reverter esse cenário.

Este artigo tem como objetivo analisar como a construção de um ambiente saudável – pautado no respeito, na empatia e no engajamento da equipe – contribuiu para a diminuição da evasão e o alcance dos objetivos do curso. A pesquisa parte da seguinte questão - Como a valorização das relações interpessoais impactou a permanência e o sucesso dos cursistas no FIC-Vendedor?

Justifica-se pela relevância de práticas pedagógicas afetivas em contextos de vulnerabilidade, além de oferecer subsídios para políticas educacionais mais eficazes. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em relatos dos participantes e registros do projeto, analisados à luz de referenciais como Freire (1996) sobre educação dialógica e Tardif (2014) quanto ao papel dos saberes experienciais.

Método

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, desenvolvida no âmbito do Projeto NorteEJA no IFNMG – Campus Teófilo Otoni, localizado no município de Teófilo Otoni, Minas Gerais. A intervenção ocorreu nas dependências do campus, com a coleta de dados sendo realizada entre agosto de 2023 e agosto de 2024, período correspondente à execução do Curso FIC-Vendedor.

O curso foi conduzido por uma equipe multidisciplinar, com o pesquisador atuando como Coordenador Adjunto. Embora a execução do curso tenha sido coletiva, a presente pesquisa foi desenvolvida pelo pesquisador, que analisou os dados gerados durante a implementação do projeto, incluindo registros institucionais, relatórios de atividades e observações sistemáticas realizadas por todos os membros da equipe. O estudo focou 27 cursistas, jovens e adultos matriculados no curso, todos residentes na área urbana de Teófilo Otoni. O grupo apresentava perfis socioeconômicos diversificados, englobando trabalhadores informais e desempregados, sendo todos

simultaneamente estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em nível fundamental ou médio, em escolas do entorno do IFNMG – Campus Teófilo Otoni.

As atividades desenvolvidas, ao longo da pesquisa, incluíram aulas presenciais e remotas sobre disciplinas como Empreendedorismo e Técnicas de Vendas, complementadas por visitas técnicas a feiras e concessionárias. A equipe promoveu dinâmicas regulares de integração entre os participantes e implementou um sistema de busca ativa para monitorar e reduzir a evasão. Além das atividades pedagógicas, foram organizados momentos de descontração e acolhimento, como lanches coletivos, dinâmicas de grupo (ex.: amigo oculto), rodas de conversa e escuta ativa. Essas iniciativas, surgidas espontaneamente da equipe, criaram espaços de convivência e apoio mútuo, essenciais para o engajamento dos participantes.

Para a coleta de dados, foram utilizados 3 métodos principais: registro de relatos espontâneos dos participantes capturados durante atividades formativas e no evento de formatura, análise documental de registros institucionais como fichas de frequência e planos de aula, e observação sistemática das interações em sala de aula. Todos os dados coletados foram submetidos à técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), com categorização focada em identificar padrões relacionados às estratégias de engajamento e aos efeitos do ambiente acolhedor criado durante o curso.

A principal limitação metodológica deste estudo reside no seu recorte geográfico e populacional restrito a uma única turma do curso, o que naturalmente limita a generalização dos resultados. Contudo, a unicidade dos dados qualitativos obtidos, combinados com o caráter da abordagem investigada, conferem relevância significativa aos resultados desta pesquisa. A escolha por manter o anonimato dos participantes foi observada em todos os registros e citações, utilizando-se pseudônimos ou iniciais quando necessário para preservar a identidade dos envolvidos.

Resultados e discussões

O Curso FIC-Vendedor, desenvolvido no âmbito do Projeto NortEJA no IFNMG - Campus Teófilo Otoni, atendeu a um grupo de 27 jovens e adultos, majoritariamente mulheres (60%), com idades entre 18 e 73 anos, residentes na área urbana de Teófilo Otoni e regiões próximas. Todos os participantes eram estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em nível fundamental ou médio, oriundos de contextos socioeconômicos diversos, incluindo trabalhadores informais, desempregados e profissionais em busca de qualificação. A região, caracterizada por altos índices de vulnerabilidade social e educacional, com uma taxa de analfabetismo de 26,5% (PNUD, 2013), demandava uma abordagem que alinhasse formação técnica a um suporte psicossocial consistente.

A metodologia adotada no curso combinou teoria e prática de forma contextualizada, aproximando os conteúdos das realidades vivenciadas pelos alunos. Visitas técnicas a

espaços como feiras locais e a concessionária Orvel permitiram que os cursistas aplicassem conceitos de vendas e empreendedorismo em situações reais, enriquecendo sua aprendizagem. O uso de tecnologias inovadoras, como óculos de realidade virtual e impressora 3D, também despertou interesse e facilitou a assimilação de conhecimentos, especialmente para aqueles com pouca familiaridade com ferramentas digitais.

A experiência do curso evidenciou que a construção de um ambiente acolhedor e a valorização das relações interpessoais foram determinantes para o engajamento dos participantes e a redução da evasão. Os depoimentos dos cursistas revelam um processo profundamente transformador, em que a criação intencional de vínculos se mostrou tão crucial quanto o conteúdo pedagógico. *Joana D* descreve o percurso como *“365 dias de esforços, alegrias e vontade de desistir”*, destacando que *“o Instituto Federal nos ofereceu muito mais que conhecimento – criamos laços”*. Esse sentimento ecoa no relato de *Alex N.*: *“Cada sábado era uma caixinha de surpresas com vivências profissionais e humanas”*.

Dinâmicas de integração, como o “amigo oculto”, lanches coletivos e rodas de conversa, criaram um espaço de convivência que fortaleceu os vínculos entre alunos e equipe. Essas práticas foram “âncoras emocionais” para participantes como *Alex N.*, que confessou usar *“as gargalhadas para esconder tristezas domésticas”*. A equipe docente desempenhou papel central nesse processo, conforme atestam as múltiplas menções aos professores. *Michele P.*, educadora referenciada por vários alunos, sintetiza: *“Vocês seguraram as mãos uns dos outros até aqui”*.

Além dos 70,4% de conclusão (19 certificados), os resultados qualitativos surpreendem em profundidade. *Larissa C.* mãe que conciliava estudos com a rotina de cuidar dos filhos, declara: *“A educação é a chave que nos liberta”*. Seu relato ilustra como o curso ressignifica obstáculos – *“cheguei atrasada, mas cheguei”* – em aprendizados para a vida. A visita à concessionária Orvel, descrita por *Joana D.* como “emoção indescritível”, exemplifica a conexão teoria-prática que fez o espírito empreendedor transbordar nos alunos.

A estratégia de busca ativa foi outro pilar fundamental para garantir a permanência dos alunos. O acompanhamento individualizado, com contato semanal para identificar dificuldades e oferecer suporte, se revelou eficaz na redução da evasão, segundo *Cleide A.*: *“Agradeço aos professores que sempre me motivaram a não desistir do curso, muito obrigado pelo carinho pela dedicação de todos vocês”*. Problemas como sobrecarga de trabalho e falta de transporte foram mitigados com medidas práticas, como ajustes de horários e auxílio com passagens. Apesar desses esforços, a pausa durante o recesso escolar resultou em algumas desistências, mas a implementação de um sistema de recuperação de conteúdos via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) permitiu que parte dos evadidos retornasse ao curso.

Na discussão dos resultados, é possível estabelecer um diálogo com a literatura existente sobre a EJA. As observações corroboram estudos como os de Haddad e Di Pierro (2000), que apontam a evasão como um desafio recorrente nessa modalidade de ensino, mas também avançam ao demonstrar que estratégias centradas no

acolhimento e na construção de vínculos podem reverter esse cenário. A criação de um ambiente educativo baseado no respeito e na empatia, conforme proposto por Freire (1996), mostrou-se decisiva para fortalecer a autoestima dos participantes e promover sua permanência. Depoimentos como *“Aprendi que sou capaz de mudar minha história”* (LarissaC) ilustram o impacto dessas práticas na trajetória individual dos cursistas.

No entanto, os resultados também revelaram limitações. A evasão, ainda que reduzida, persistiu entre alunos com jornadas de trabalho extenuantes, indicando a necessidade de políticas mais amplas que envolvam empregadores e outras instituições locais na flexibilização de horários. Essa lacuna já havia sido destacada por Tardif (2014) em contextos similares, reforçando a importância de ações em conjunto para garantir o acesso e a permanência na EJA.

Em síntese, o FIC-Vendedor não apenas cumpriu seus objetivos pedagógicos, mas também se destacou como uma experiência transformadora, capaz de integrar formação técnica e desenvolvimento humano. A combinação de metodologias ativas, um ambiente acolhedor e acompanhamento personalizado se mostrou eficaz não apenas na redução da evasão, mas também na promoção de mudanças significativas na vida dos participantes.

Quando MAKeller afirma *“muito feliz de ter convivido com pessoas tão maravilhosas, cada um com uma história diferente”*, ela sintetiza o cerne do projeto - não um curso, mas um processo de ressignificação existencial, onde educadores e educandos, como nota T. Santos, viveram algo *“simplesmente inesquecível”*. Esses resultados reforçam a importância de políticas públicas que valorizem a dimensão afetiva e relacional da educação, especialmente em contextos marcados por desigualdades.

Para futuras iniciativas, recomenda-se a sistematização e divulgação dessas práticas, de modo que possam ser adaptadas e replicadas em outros cursos da EJA. Além disso, pesquisas que acompanhem os egressos do FIC-Vendedor em médio e longo prazo podem contribuir para uma compreensão mais ampla do impacto dessas formações na empregabilidade e na qualidade de vida dos participantes.

Considerações Finais

O Curso FIC-Vendedor do Projeto NorteEJA no IFNMG – Campus Teófilo Otoni demonstrou como uma abordagem educacional que combina formação técnica e acolhimento psicossocial pode transformar vidas em contextos de vulnerabilidade. Com 70,4% de conclusão entre os 27 participantes, o projeto destacou 3 elementos cruciais: a importância das relações humanas no processo educativo, a conexão entre teoria e prática por meio de metodologias ativas, e a flexibilidade institucional para adaptar-se às necessidades dos alunos. Depoimentos como *“A educação é a chave que nos liberta”* revelam que o maior impacto foi o resgate da autoestima e da capacidade de projetar futuros.

Os resultados confirmam que estratégias centradas no acolhimento – como dinâmicas de integração, acompanhamento personalizado e criação de vínculos – são tão importantes quanto o conteúdo técnico para reduzir a evasão na EJA. Ao transcender a mera transmissão de competências técnicas, o projeto demonstrou como práticas pedagógicas efetivamente ancoradas podem operar transformações existenciais profundas. Os resultados evidenciam que as propostas com foco na EJA exigem um olhar integral sobre os sujeitos – que considerem suas histórias, lutas cotidianas e potencialidades latentes. A experiência de Teófilo Otoni deixa claro que políticas públicas eficazes para educação de jovens e adultos devem articular, de forma indissociável, excelência técnica e compromisso ético com a dignidade humana. Mais do que formar vendedores, o projeto cultivou sonhos, fortaleceu identidades e, sobretudo, reafirmou a Educação como direito fundamental e caminho para construção de projetos de vida. Essa lição permanece como um legado inspirador para iniciativas similares, apontando novos horizontes para uma educação profissional verdadeiramente emancipatória.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Taxas de evasão na EJA**. Brasília: INEP, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra, 1996.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17.ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de desenvolvimento humano e econômico**. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2013.

A diversidade presente na EJA a torna uma das modalidades educacionais mais dinâmicas e desafiadoras da educação brasileira. Não se trata apenas de pessoas diversas, com diferenças etárias, mas de histórias, experiências e formas de ver o mundo que desafiam os educadores a uma sensibilidade mais aguçada, cada vez mais rara na experiência humana. Para se conectar com pessoas em fases distintas da vida, constituídas em tempos, territórios e experiências igualmente diversas, é preciso questionar a cosmovisão da educação sobre a EJA, muitas vezes concentrada na interpretação do que os olhos alcançam de forma imediata. Este livro convida educadores a aprofundar essa perspectiva por meio da cosmopercepção, na qual as sensações possam conduzir as estratégias pedagógicas e metodológicas do processo de ensino e aprendizagem na EJA. As Gentildades que compõe a EJA têm cheiro, temperatura e sabor específicos, distintos dos sujeitos das demais modalidades educacionais. Na EJA, educandos, educadores, gestores, profissionais terceirizados da escola e a comunidade se educam por meio da troca de saberes cotidianos. Essas pessoas, inscritas e forjadas em matérias práticas de sobrevivência, são, em certa medida, as mais bem preparadas para os desafios educacionais de nosso tempo. Não só leia, sinta a mensagem deste livro.



QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA DO IFNMG?

Fique por dentro de nossos títulos, autores e lançamentos.

A Editora do IFNMG está presente em:

<https://editora.ifnmg.edu.br/>

Apoio:



cedaps
Centro de
Promoção da Saúde



Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora do IFNMG

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora do IFNMG

Tel.: (38) 3218-7326 – E-mail: editora@ifnmg.edu.br

Conheça o IFNMG: <https://www.ifnmg.edu.br/>